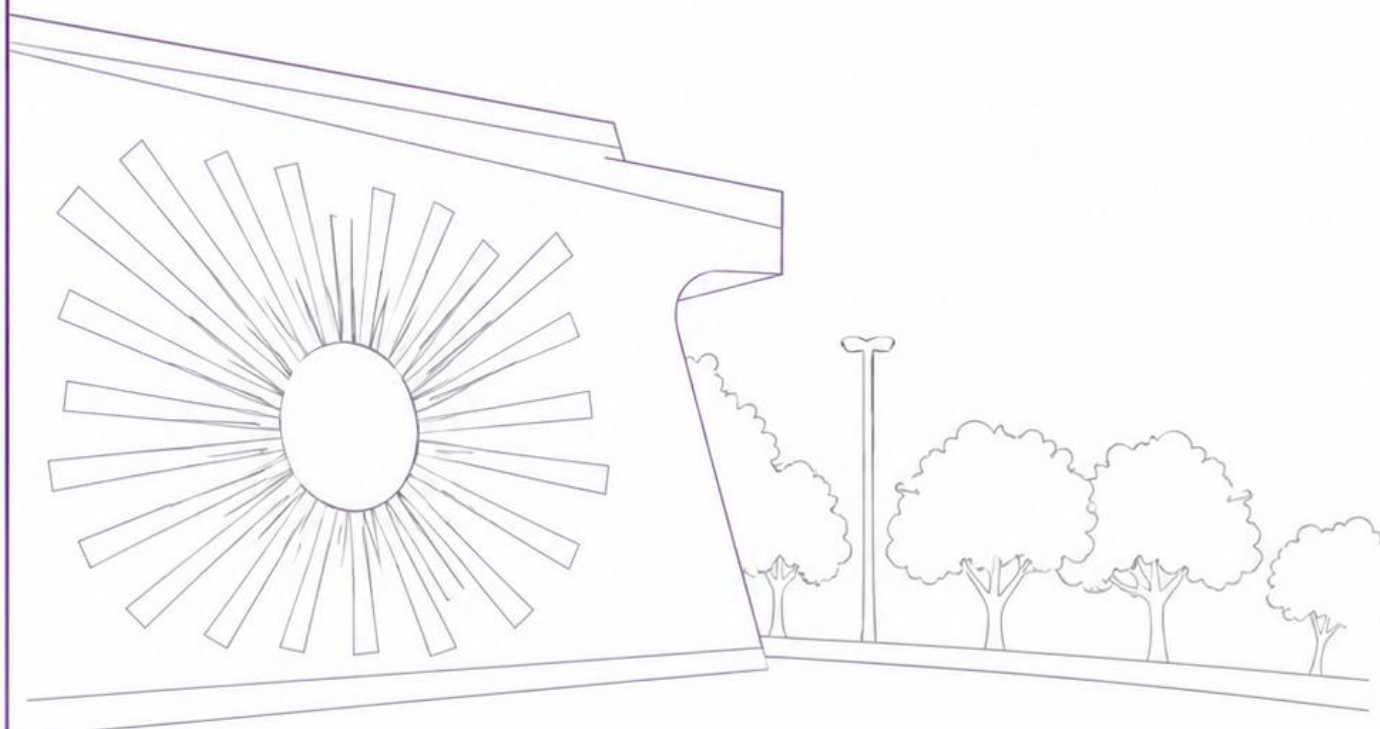


Anais da VII

MOsTRE³

Mostra de Objetos Tecnologias e
Recursos Educacionais para Educação Especial



PPGEESP

Programa de
Pós-Graduação em
Educação Especial

MOsTRE³

XI SENEI

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Anais da VII MOsTRE³

**Mostra de Objetos Tecnologias e Recursos Educacionais
para Educação Especial**

Eduardo José Manzini

Débora Regina de Paula Nunes

Flávia Roldan Viana

[Organizadores]



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons

Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando completa ou parcialmente a opinião do Programa ou dos organizadores deste livro.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Título

Objetos, Tecnologias e Recursos Educacionais para Educação Especial

Diagramação

Marcone Arruda de Almeida

Revisão

Eduardo José Manzini

Capa

Marcone Arruda de Almeida

Mostra de Objetos, Tecnologias e Recursos Educacionais para Educação Especial
(7.: 2026: Natal, RN)

Anais da VII Mostra de Objetos, Tecnologias e Recursos Educacionais para
Educação Especial – MOstRE³ 2026 [recurso eletrônico], 12 a 14 de agosto,
2026, Natal, RN, Brasil.

Disponível em:

[https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1T5Ew5eC-
EZdn968___qXtAv8q_6utoVn](https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1T5Ew5eC-EZdn968___qXtAv8q_6utoVn)

Realizado pelo Programa de Pós-graduação em Educação Especial
(PPGEEsp), Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN

ISSN: 2764-8788

1. Educação Especial. I. Mostra de Objetos, Tecnologias e Recursos Educacionais
para Educação Especial. II. Eduardo José Manzini/ Regina de Paula Nunes / Flávia
Roldan Viana.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Reitor

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Pró-reitor PPG

Rubens Maribondo do Nascimento

Pró-reitora Adjunta PPG

Fernanda Nervo Raffin

Diretora do CE

Cynara Teixeira Ribeiro

Vice-Diretora do CE

Tatyana Mabel Nobre Barbosa

Coordenadora do PPGEsp

Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva

Vice-Coordenador do PPGEsp

Jefferson Fernandes Alves

Coordenadoras de Linhas de Pesquisa PPGEEsp

Linha 1 Educação, Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Cultura – Débora Regina de Paula Nunes

Linha 2 Processos de ensino e de aprendizagem na perspectiva da Educação Especial

Adriane Cenci

Equipe Administrativa PPGEEsp

Ane Cele de Melo Nobrega - Secretária

André Luiz Lima Souza – Bolsista Técnico

Comissão organizadora

Débora Regina de Paula Nunes (UFRN, RN)

Eduardo José Manzini (UFRN, RN)

Flávia Roldan Viana (UFRN, RN)

Comissão Científica

Coordenador: Eduardo José Manzini – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Adriana Garcia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Adriane Cenci – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Aline Bregonci – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Aila Rocha – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Marília)

Arlett Krause – Universidad de La Frontera (Chile)

Carolina Schirmer – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Cátia Walter – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Celia Sousa – Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)

Débora Deliberato – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Débora Regina de Paula Nunes – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Enicéia Mendes – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Flávia Roldan Viana – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Gabriela Tannús-Valadão – Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia (MG)

Gerusa Lourenço – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Gessica Fonseca – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Jacyene Melo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Katiene Brito Pessoa da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Kátia Regina Freire – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Leonardo Marques – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Lisiê Martins – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Maria Aparecida Dias – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Maria de Jesus Gonçalves – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Márcia Pletsch – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Pedro Luiz dos Santos Filho – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Raul Paradedá – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Rita Magalhães – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Ronny Menezes – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Rosana Givigi – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Rosângela Gavioli Prieto – Universidade de São Paulo (USP)

Stefhanny Nascimento Lobo e Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Wilfredo Blanco – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Apresentação

A VII Mostra de Objetos, Tecnologias e Recursos Educacionais para Educação Especial (MOsTRE³) reúne pesquisadores, educadores e profissionais dedicados à construção de uma educação inclusiva. Os trabalhos aqui compilados refletem a riqueza de práticas e investigações que caracterizam a Educação Especial inclusiva. Estratégias pedagógicas inovadoras, recursos tecnológicos de baixo custo, formação docente e políticas de inclusão convergem para um objetivo comum: garantir o direito à educação de qualidade para todos. A MOsTRE³ reafirma a urgência de ampliar o acesso a tecnologias assistivas, comunicação aumentativa e alternativa, desenho universal para a aprendizagem e práticas colaborativas que assegurem a participação plena de estudantes com necessidades educacionais específicas.

Este volume reúne mais de oitenta trabalhos organizados em dois eixos temáticos que mapeiam as principais frentes de atuação em Educação Especial inclusiva:

Eixo 1 - Educação, Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Cultura apresenta investigações e relatos sobre o desenvolvimento e aplicação de recursos tecnológicos e de baixo custo para potencializar a aprendizagem. Destacam-se estudos sobre comunicação aumentativa e alternativa, catálogos de tecnologias assistivas acessíveis, robótica educacional, audiodescrição em contextos escolares e hospitalares, além de reflexões sobre como a cultura e as artes funcionam como instrumentos de inclusão. Integram este eixo também trabalhos que exploram a acessibilidade em diferentes espaços educacionais, da educação infantil ao ensino superior.

Eixo 2 - Processos de Ensino e de Aprendizagem na Perspectiva da Educação Especial concentra pesquisas e experiências sobre práticas pedagógicas inclusivas em diversos contextos. Os estudos abordam ensino colaborativo, formação docente inicial e continuada,

implementação de planos educacionais individualizados, atendimento educacional especializado, práticas inclusivas em salas de aula comum e em ambientes hospitalares. Integram ainda estudos sobre inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista, deficiência intelectual, deficiências múltiplas, surdocegueira e altas habilidades/superdotação, com ênfase em metodologias ativas e desenho universal para a aprendizagem.

Os estudos compartilhados na VII Mostra de Objetos, Tecnologias e Recursos Educacionais para Educação Especial (MOsTRE³) representam contribuições significativas para o avanço da educação inclusiva no Rio Grande do Norte, no Nordeste e no Brasil. Eles revelam tanto os desafios persistentes quanto as possibilidades concretas de transformação, oferecendo ao leitor um panorama atualizado das pesquisas, práticas e reflexões que movem o campo da Educação Especial. Mais que apresentar soluções prontas, estes anais propiciam o encontro entre saberes acadêmicos e experiências de campo, fortalecendo redes de colaboração que transcendem os muros da universidade e alcançam escolas, comunidades e políticas públicas.

Agradecemos a todos os autores, colaboradores, membros das comissões científica e organizadora, bem como às instituições parceiras que tornaram possível esta sétima edição. Esperamos que os trabalhos aqui publicados inspirem novas pesquisas, práticas e políticas públicas voltadas à Educação Especial inclusiva, contribuindo para uma sociedade mais justa, acessível e democrática.

Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva

Coordenadora do PPGEEsp

SUMÁRIO

O PAPEL DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E DA COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA AUMENTATIVA NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA COMUNICATIVA DE CRIANÇAS SURDAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE	16
SOS EM LIBRAS: KIT PEDAGÓGICO ACESSÍVEL PARA O ENSINO DE PRIMEIROS SOCORROS A ESTUDANTES SURDOS	17
TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS NO IFRN: DESAFIOS DA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS NOS CURSOS DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO	18
ENTRE A ESCOLA E A FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES DE UM PROGRAMA FORMATIVO EM LIBRAS PARA A COMUNICAÇÃO INCLUSIVA DE ESTUDANTES SURDOS.....	19
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E LIBRAS INSTRUMENTAL: PROPOSTA DE PESQUISA DE MESTRADO SOBRE INCLUSÃO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I	20
O ENSINO DA LIBRAS PARA SURDOS A PARTIR DO GÊNERO DO DISCURSO "HISTÓRIA EM QUADRINHOS" SOB UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA.....	21
JOGOS DIGITAIS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	22
O ESTUDO DE CASO COMO EIXO ESTRUTURANTE DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: INTERFACES COM AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	23
PRÁTICAS CURRICULARES COLABORATIVAS DIRECIONADAS AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	24
O HIPERFOCO COMO ELEMENTO DE CONEXÃO PEDAGÓGICA: A ELABORAÇÃO DE JOGOS E O FORTALECIMENTO DO VÍNCULO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	25
MICROLEARNING E JOGOS DIGITAIS COM IA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	26
RELATO DE EXPERIÊNCIA: UM LICENCIANDO EM FÍSICA PENSANDO NO PEI COMO RECURSO DE INCLUSÃO	27
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: PARTICIPAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA.....	28

CICLO TEA: FORMAÇÃO CONTINUADA E PRÁTICAS INCLUSIVAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RN	29
INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA BASEADA EM INTERESSES DE ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	30
ENTRE A DISCIPLINA E A INCLUSÃO: O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS EM UMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR DE PARNAMIRIM-RN.....	31
PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO PARA ALUNO COM AUTISMO: UM ESTUDO DE CASO NOS ANOS INICIAIS.....	32
MEDIAÇÃO ENTRE PARES E SUPORTES VISUAIS NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM PROTOCOLO OPERACIONAL DE FORMAÇÃO DE TURMA E COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL II....	33
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ALFABETIZAÇÃO DE UM ALUNO COM AUTISMO NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: ESTUDO DE CASO	34
EXPLORANDO O FUNDO DO MAR: PRÁTICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS COM TEA NOS ANOS INICIAIS	35
ESTRATÉGIAS DE LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A PERSPECTIVA DO TRABALHO COLABORATIVO NA INCLUSÃO ESCOLAR.....	36
RECURSOS ADAPTADOS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL....	37
IMPLEMENTAÇÃO DE UMA JOGOTECA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: JOGOS PEDAGÓGICOS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	38
PRÁTICAS PSICOMOTORAS NO AEE E NA SALA DE AULA PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ..	39
APRENDIZAGEM CRIATIVA E INCLUSÃO: ESTRATÉGIAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	40
FORMAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DE UM PROGRAMA FORMATIVO BASEADO EM PRÁTICAS REFLEXIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR.....	41
A OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE AS DIRETRIZES NACIONAIS	42
O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO ESPAÇO EDUCATIVO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: MEDIAÇÕES E BARREIRAS NA CASA DE ACOLHIMENTO II EM NATAL/RN	43
A MORTE SIMBÓLICA DE UMA PROFESSORA: REFLEXÕES SOBRE NEURODIVERGÊNCIA, IDENTIDADE DOCENTE E FORMAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	44
AÇÕES COLABORATIVAS COM UMA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA	45
ENTRE MÃES, ENTRE NÓS	46

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA FORMAÇÃO DO PARFOR EQUIDADE DA UFRN SOB A PERSPECTIVA DOS EGRESSOS	47
A MEDICALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE	48
COENSINO: DIFERENTES OLHARES NA CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS INCLUSIVAS	49
FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	50
O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: RELATO DE OFICINAS INCLUSIVAS	51
VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES NEURODIVERGENTES NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFRN: PERMANÊNCIA, PERTENCIMENTO E EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS	52
ENTRELACE ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO E UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PARA FORTALECER A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO RN.....	53
ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ATENDIMENTO HOSPITALAR E DOMICILIAR: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA - RN	54
COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA NO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR: PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE RECURSOS PARA UMA ESTUDANTE COM SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS.....	55
A RELAÇÃO CRIANÇA E NATUREZA EM FOCO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DE CLASSES HOSPITALARES DO RIO GRANDE DO NORTE	56
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PRÁTICA: ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA.....	57
GRUPO DE ESTUDOS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE ..	58
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: METODOLOGIAS ATIVAS, TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL	59
FORMAÇÃO EM INCLUSÃO ESCOLAR: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM GESTÃO NO ENSINO MÉDIO	60
PRÁTICA PEDAGÓGICA NA CLASSE DOMICILIAR DO GRUPO DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER: ATENDIMENTO EDUCACIONAL A ESTUDANTES ONCO-HEMATOLÓGICO	61
ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	62
GUIA DE LEITURA PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	63

COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA PARA UMA ESTUDANTE SURDA: UM ESTUDO DE CASO.....	64
EXPERIÊNCIAS MULTISSENSORIAIS E ENGAJAMENTO INFANTIL: UMA PROPOSTA INCLUSIVA COM TURMAS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	65
A MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	66
FORMAÇÃO EM SERVIÇO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE	67
ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES E LACUNAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA (2012–2024)	68
ATENÇÃO PRECOCE E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MATURIDADE SIMBÓLICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	69
CORPO EM MÚSICA E MOVIMENTO: PRÁTICAS PEDAGÓGICO MUSICAIS INCLUSIVAS COM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO	70
INFANTIL	70
CATÁLOGO DE ATIVIDADES E JOGOS ADAPTADOS COMO ESTRATÉGIA DE APOIO PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA....	71
FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ENSINO MÉDIO	72
A AFETIVIDADE NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE CRÍTICA.....	73
O ENSINO COLABORATIVO COMO PRÁTICA INCLUSIVA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA TURMA DO 8º ANO	74
MÃOS QUE ABRAÇAM E GESTOS QUE PROTEGEM: PRÁTICAS INCLUSIVAS PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ NO ENSINO FUNDAMENTAL I...	75
DOCÊNCIA ASSISTIDA NA FORMAÇÃO DE MESTRANDOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	76
RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DE NÍSIA FLORESTA/RN: ELABORAÇÃO DE UM GUIA FORMATIVO PARA PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	77
MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E TECNOLOGIA ASSISTIVA NA INCLUSÃO DE UM ALUNO COM SÍNDROME ALCOÓLICA FETAL	78
ROBÓTICA DE BAIXO CUSTO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA INTERAÇÃO E APOIO A CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UMA PROPOSTA INICIAL	79

O MAPA GEOGRÁFICO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA DE BAIXA COMPLEXIDADE: PROPOSTA DE PROJETO DE MESTRADO	80
RESUMOS EXPANDIDOS.....	81
O ESCURO TAMBÉM PRODUZ HORIZONTES: INSTALAÇÕES GEOGRÁFICAS SOBRE PERCEPÇÃO, AUSÊNCIA, MEMÓRIA E AS MÚLTIPLAS FORMAS DE HABITAR O ESPAÇO	82
PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COM UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	87
ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: O PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I	92
CATÁLOGO INCLUSIVO sobre TECNOLOGIA ASSISTIVA DE BAIXO CUSTO: ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	96
A COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA AUMENTATIVA NO CONTEXTO DA SALA REGULAR: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS A PARTIR DO OLHAR DA AUXILIAR DE CLASSE.....	101
AÇÃO COLABORATIVA COM UMA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA	106
LEITURA INTERATIVA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS INFANTIS COM COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E LEITURA DIALÓGICA	110
A comunicação como eixo organizador das práticas pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado: relato de experiência com crianças com Transtorno do Espectro Autista.....	114
A TRÍADE FAMÍLIA, ESCOLA E GUIA-INTÉRPRETE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE UMA CRIANÇA COM SURDOCEGUEIRA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	120
FORMAÇÃO DOCENTE INCLUSIVA NA GRADUAÇÃO EM FÍSICA: A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO EM DEBATE	124
A AUDIODESCRIÇÃO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR: FORMAÇÃO MULTIPROFISSIONAL COLABORATIVA EM SERVIÇO.....	129
ENTRE A UNIVERSIDADE E A ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA PARA A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	134
AÇÕES COLABORATIVAS E COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA NA PARTICIPAÇÃO DE UM ESTUDANTE COM PARALISIA CEREBRAL NA ROTINA ESCOLAR.....	139
CONECTANDO INCLUSÃO E TECNOLOGIA: FORMAÇÃO DOCENTE PARA O USO DA IA NOS INSTRUMENTAIS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	144
RESUMOS EXPANDIDOS.....	149

ATIVIDADE INTEGRADA NA FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ESCOLAS DA REGIÃO DO CARIRI	150
FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A ESCOLARIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	156
RELATO DE EXPERIÊNCIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ENSINO MÉDIO.....	162
DO ACOLHIMENTO AO PROTAGONISMO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E COLABORATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	167
O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECÍFICAS NA REDE MUNICIPAL DE NATAL: PERSPECTIVAS ATUAIS	176
PRODUÇÃO LITERÁRIA E LÚDICA, COMO ESTRATÉGIA PARA O TRABALHO DOS GÊNEROS TEXTUAIS, DE UM ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	182
NÚCLEO DE ATIVIDADES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE: FUNDAMENTOS, IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO.	187
DA INVISIBILIDADE AO DIREITO EDUCACIONAL: IMPLICAÇÕES DA LEI Nº 15.436/2026 PARA ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E DUPLA EXCEPCIONALIDADE	193
ENTRE DESAFIOS, AFETOS E APRENDIZAGENS: O OLHAR DOCENTE SOBRE O AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	198
NEURODIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	203
A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO: MEDIAÇÃO DE LEITURA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	208
A UTILIZAÇÃO DOS CONTOS DE FADA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA INCLUSIVA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	212
O COTIDIANO E OS DESAFIOS DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECILIZADO	216
ENTRE DIÁLOGOS E PRÁTICAS INCLUSIVAS: A EXPERIÊNCIA DO ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE PARNAMIRIM/RN.....	220
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM FOCO: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFRN	226

O PAPEL DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E DA COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA AUMENTATIVA NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA COMUNICATIVA DE CRIANÇAS SURDAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE

Holanda de Lima Bonifácio, Pedro Luiz dos Santos filho
holandadelima@yahoo.com.br, pedro.filho@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A seguinte proposta de pesquisa de mestrado profissional aborda a inclusão de estudantes Surdos com Transtorno do Espectro do Autismo, público-alvo da Educação Especial da educação básica, enfatizando a importância de formação docente voltada à compreensão e a articulação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Comunicação Aumentativa Alternativa (CAA). A pesquisa parte da problemática da necessidade de formação voltada para essa temática para professores das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do Município de São Gonçalo do Amarante/RN. As políticas de educação inclusiva defendem a garantia da acessibilidade comunicacional e da permanência dos estudantes público-alvo da educação especial na escola regular. Pensando em promover reflexões sobre o papel do professor na construção de práticas pedagógicas inclusivas e na possibilidade de enfrentamento da problemática identificada, propõe-se a criação de uma formação com orientações e sugestões de atividades articuladas a Libras e a CAA destinado aos professores do AEE. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva. Será realizada a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com professores que atuam no AEE. Como instrumento de coleta de dados, será utilizado um roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora, contendo questões relacionadas às práticas pedagógicas, ao uso da Libras e CAA na mediação da comunicação de estudantes surdos autistas. As entrevistas serão gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo, possibilitando a identificação de categorias temáticas relacionadas ao objeto de estudo. Espera-se contribuir com os processos de aprendizagem de alunos surdos com TEA, bem como, na formação dos professores desses alunos.

Palavras-chave: Educação Especial; Libras; Comunicação Aumentativa Alternativa.

SOS EM LIBRAS: KIT PEDAGÓGICO ACESSÍVEL PARA O ENSINO DE PRIMEIROS SOCORROS A ESTUDANTES SURDOS

Jedriana Lima da Silva, Flávia Roldan Viana
silvalimajedriana@gmail.com, flaviarviana.ufrn@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O conhecimento básico sobre primeiros socorros é essencial e pode fazer a diferença em situações de emergência no contexto escolar. Entretanto, estudantes surdos ainda enfrentam barreiras comunicacionais e linguísticas que dificultam o acesso e a compreensão desse conteúdo, devido à escassez de materiais produzidos em Libras ou adaptados às especificidades da comunidade surda. Nesse contexto, este trabalho apresenta o desenvolvimento do produto educacional “SOS em Libras”, elaborado no âmbito da disciplina Materiais e Objetos Educacionais na Perspectiva Inclusiva da Educação Especial e vinculado à pesquisa de dissertação em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEsp/UFRN). A proposta caracteriza-se como pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, e encontra-se em fase de desenvolvimento. O produto consiste em um kit pedagógico acessível destinado a estudantes surdos dos anos finais do Ensino Fundamental, composto por cartilha visual interativa, vídeos em Libras, jogo digital educativo bilíngue e manual de aplicação de oficina pedagógica acessível. Os vídeos têm a finalidade de traduzir para Libras os conteúdos apresentados na cartilha e no jogo. O jogo apresenta situações-problema relacionadas a emergências escolares, permitindo a escolha de alternativas e o recebimento de feedback imediato. A oficina organiza-se em etapas de acolhimento, exploração dos materiais e avaliação das aprendizagens. Os conteúdos contemplam temas como engasgo, desmaio, convulsão, quedas, queimaduras leves e cortes. Espera-se que a proposta favoreça a autonomia dos estudantes surdos, ampliando o acesso à informação e contribuindo para atitudes mais seguras diante de emergências no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação Especial; Libras; Primeiros Socorros.

TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS NO IFRN: DESAFIOS DA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS NOS CURSOS DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO

Tatiana Carolaine da Silva Gomes de Paula, Roberto Douglas da Costa
tatiana.carolaine@hotmail.com, douglas.costa@ifrn.edu.br

Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Projeto de pesquisa de mestrado, em andamento no programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do IFRN, investiga a atuação dos intérpretes de Libras da instituição. Esses profissionais atuam na acessibilidade linguística dos estudantes surdos, e são fundamentais para a promoção de uma educação socialmente justa e equitativa. O problema de pesquisa foca na compreensão dos desafios enfrentados por esses profissionais na Educação Profissional (EP), com foco nas disciplinas técnicas. O projeto tem como fundamentação teórica os pressupostos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) sobre a concepção de Ensino Médio Integrado, que tem como princípio uma educação para a formação humana integral. Metodologicamente, a pesquisa assume um caráter qualitativo e exploratório à luz de teóricos como Minayo (2016), e será estruturada por meio dos relatos de experiências dos participantes, cerca de 8 profissionais que já atuaram na interpretação em cursos integrados ao ensino médio. O lócus da investigação compreende os campi do IFRN que possuem histórico de matrículas de estudantes surdos no Ensino Médio Integrado. A coleta de dados ocorrerá por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas, após a devida aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Ao final do estudo, tem-se como objetivo mapear a realidade dessa práxis e subsidiar melhorias institucionais para a categoria.

Palavras-chave: Libras; Interpretação; Educação Profissional.

ENTRE A ESCOLA E A FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES DE UM PROGRAMA FORMATIVO EM LIBRAS PARA A COMUNICAÇÃO INCLUSIVA DE ESTUDANTES SURDOS

Ana Beatriz Cavalcante Silva, Flávia Roldan Viana
anab.cavalcante@outlook.com, flaviarviana.ufrn@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A fragilidade comunicacional entre a escola, o estudante surdo e a família constitui um obstáculo severo para a efetivação da educação bilíngue, especialmente diante do acesso restrito à Língua Brasileira de Sinais (Libras) no ambiente doméstico e da baixa participação familiar em práticas sinalizadoras. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar as contribuições de um programa formativo em Libras voltado à comunidade escolar e às famílias, buscando fortalecer a comunicação e promover a conscientização acerca da importância da Libras como instrumento de interação cotidiana, pertencimento e desenvolvimento linguístico. Parte-se do pressuposto de que restringir o uso da Libras ao espaço escolar limita as experiências discursivas da criança surda, impactando negativamente seu desenvolvimento social, cognitivo e afetivo. Fundamentada nos pressupostos da Educação Bilíngue de Surdos, dos Estudos Surdos e da aquisição de linguagem, a metodologia caracteriza-se como uma pesquisa-ação de abordagem qualitativa. O percurso metodológico envolveu a observação do contexto escolar, entrevistas com professores, equipe pedagógica e familiares, culminando na implementação das ações formativas. Como Produto Técnico e Tecnológico (PTT) derivado da intervenção, desenvolveram-se materiais audiovisuais educativos e estratégias contextualizadas para subsidiar a relação escola-família. Os resultados preliminares (ou esperados) indicam que a ampliação do acesso à Libras para além da escola atenua barreiras de comunicação, favorecendo o protagonismo do estudante surdo e o acolhimento familiar.

Palavras-chave: Educação Bilíngue De Surdos; Libras; Relação Escola-Família; Programa Formativo; Materiais Audiovisuais.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E LIBRAS INSTRUMENTAL: PROPOSTA DE PESQUISA DE MESTRADO SOBRE INCLUSÃO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Macilda Pedro da Silva Oliveira, Pedro Luiz dos Santos Filho

macildapedro@gmail.com, pedro.filho@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A educação de pessoas surdas no Brasil tem passado por transformações significativas impulsionadas pela produção acadêmica e pela evolução do arcabouço legal das políticas educacionais inclusivas. A Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, alterou a LDB - Lei nº 9.394/1996, inserindo a modalidade de educação bilíngue de surdos como parte integrante do sistema educacional brasileiro. Este trabalho descreve a elaboração do projeto de pesquisa que se propõe investigar as necessidades formativas dos professores do Ensino Regular e do Atendimento Educacional Especializado - AEE, que atuam em uma Escola municipal de Nova Cruz/RN, com aluno surdo matriculado no ensino fundamental - I. A ideia é compreender como se dá o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, no contexto escolar e pedagógico com vistas à elaboração do produto, formação continuada em curso de Libras Instrumental, como ferramenta pedagógica no processo de inclusão e aprendizagem de alunos surdos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, configurando-se como estudo de caso a ser desenvolvido no campo da pesquisa. O levantamento de dados ocorrerá por meio de questionário semiestruturado com perguntas fechadas e abertas buscando mapear a formação em Libras dos docentes, sua percepção, principais lacunas formativas, desafios enfrentados no processo de inclusão e aprendizagem de alunos surdos. Com base nos dados coletados e necessidades formativas identificadas, espera-se compreender o impacto do uso da Libras no cotidiano escolar, contribuir para o desenvolvimento de políticas e ações formativas voltadas à promoção de uma educação mais inclusiva para os estudantes surdos.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Formação de Professores; Libras Instrumental.

O ENSINO DA LIBRAS PARA SURDOS A PARTIR DO GÊNERO DO DISCURSO "HISTÓRIA EM QUADRINHOS" SOB UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA

Ana Cristina Teonácio Bezerra da Costa, Ronny Diógenes de Menezes
cristeonacio@gmail.com, ronny.diogenes@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para sujeitos surdos em ambientes formais de escolarização frequentemente enfrenta o desafio de metodologias fragmentadas, focadas em sinais isolados e repertórios linguísticos mínimos. Essa abordagem descontextualizada limita o desenvolvimento da competência discursiva e da fluência dos estudantes, comprometendo sua inserção acadêmica e social. Diante dessa problemática, esta pesquisa investiga como a utilização pedagógica do gênero discursivo "História em Quadrinhos" (HQ), fundamentada na perspectiva enunciativo-discursiva e dialógica de Mikhail Bakhtin, pode contribuir para o ensino de Libras como primeira língua (L1). Vinculado à Linguística Aplicada e utilizando a Análise Linguística Dialógica como ferramenta metodológica, o estudo possui caráter interventivo. O campo de execução será o Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), envolvendo professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e estudantes surdos. O principal produto desta investigação consiste no desenvolvimento de um curso autoinstrucional voltado à formação docente, com o objetivo de subsidiar o ensino do gênero discursivo HQ como ferramenta de letramento visual. O recurso integrará vídeos sinalizados e o uso de avatares digitais para criação de narrativas personalizadas, precedido pelo ensino da gramática dos quadrinhos. Espera-se que a proposta supere as práticas tradicionais baseadas na memorização, estimulando o protagonismo, o letramento contemporâneo e a produção de enunciados estruturados e contextualizados na comunidade surda.

Palavras-chave: Ensino De Libras (L1); Letramento Visual; Formação De Professores; Gêneros Do Discurso; História Em Quadrinhos.

JOGOS DIGITAIS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thaise Maria da Costa Santos Albuquerque, Géssica Fabiely Fonseca
thaisecostarn@gmail.com, gessicafonsecaufrn@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Educação Especial
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A ampliação das políticas de educação inclusiva tem impulsionado a busca por estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nesse contexto, os jogos digitais destacam-se como recursos capazes de tornar o ensino mais interativo e motivador, especialmente para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Deficiência Intelectual (DI). Estudos indicam que esses recursos favorecem o desenvolvimento da atenção, comunicação, funções executivas, autonomia e engajamento nas atividades pedagógicas quando utilizados de forma planejada e mediada pelo professor. Além disso, contribuem para a internalização de conceitos, o desenvolvimento de habilidades cognitivas e a aprendizagem de crianças com TEA em ambientes organizados e previsíveis. Apesar dessas evidências, ainda são escassos os estudos que abordam as percepções dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a utilização desses recursos. Diante dessa lacuna, esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação qualitativa, de natureza básica, com delineamento bibliográfico e caráter exploratório. Serão levantados artigos, dissertações e teses publicados entre 2015 e 2025 nas bases Periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RI/UFRN). As produções selecionadas serão submetidas à Análise de Conteúdo de Bardin, organizando os achados em categorias temáticas para identificar como a literatura científica apresenta as percepções dos professores do AEE sobre a utilização dos jogos digitais na mediação pedagógica com crianças com TEA e/ou DI na Educação Infantil.

Palavras-chave: Jogos Digitais; Atendimento Educacional Especializado; Educação Infantil.

O ESTUDO DE CASO COMO EIXO ESTRUTURANTE DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: INTERFACES COM AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Alessandra de Araújo Gonçalves Gomes, Maria de Fátima Medeiros Dantas,
Rosineide Venceslau

alegomes.rn@gmail.com, fatimamedantas@gmail.com,
rosineidevenceslau@gmail.com

Subcoordenadoria de Educação Especial – RN

Resumo: O estudo de caso configura-se como etapa estruturante na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), ao possibilitar a identificação das necessidades educacionais específicas dos estudantes público da educação especial, em uma perspectiva biopsicossocial e pedagógica. À luz das normativas vigentes, destacam-se o Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, reafirmando o direito à escolarização em classes comuns e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), fundamentado em práticas pedagógicas acessíveis e equitativas. Complementarmente, o Decreto nº 12.773/2025 consolida o PEI como instrumento obrigatório de planejamento, cuja elaboração deve estar ancorada no estudo de caso e articulada ao Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), ampliando sua função no acompanhamento e avaliação do percurso escolar do estudante. No âmbito do estado do Rio Grande do Norte, a Portaria SEI nº 4522/2024 e a Resolução CEE/RN nº 01/2025 orientam a organização dos serviços da educação especial, enfatizando a centralidade do estudo de caso na construção de respostas pedagógicas contextualizadas, colaborativas e inclusivas. Nessa direção, o estudo de caso ultrapassa uma abordagem meramente diagnóstica, assumindo caráter processual, contínuo e participativo, ao envolver professores, equipe multiprofissional e família na análise das potencialidades, barreiras e estratégias de apoio. Conclui-se que o estudo de caso se constitui como eixo articulador das práticas inclusivas, qualificando a elaboração do PEI e contribuindo para a efetivação do direito à educação de qualidade, com equidade e respeito às singularidades dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Especial Inclusiva; Estudo De Caso; Plano Educacional Individualizado.

PRÁTICAS CURRICULARES COLABORATIVAS DIRECIONADAS AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Ana karla Ferreira de Santana Rosa Gomes, Géssica Fabiely Fonseca
aksrg14818@gmail.com, gessicafonsecaufrn@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Este estudo visa analisar as práticas curriculares colaborativas direcionadas aos estudantes com deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista no ensino médio da rede pública estadual do RN. Os objetivos específicos serão: Caracterizar as práticas curriculares dos professores de educação especial e das disciplinas específicas do ensino médio; Identificar as práticas dos docentes e os entendimentos em relação ao ensino colaborativo e as práticas curriculares voltadas aos estudantes com deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista; Investigar as experiências e as formas de participação dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista com deficiência intelectual no que se refere as práticas curriculares desenvolvidas no ensino médio. O referencial teórico fundamentar-se-á nos pressupostos da Educação Inclusiva, das Práticas curriculares, do Ensino Colaborativo e do protagonismo dos estudantes. A pesquisa será desenvolvida na abordagem da pesquisa-ação. Como procedimentos metodológicos, serão utilizados observação, entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa. Para a organização e interpretação dos dados, serão adotados os Quadros de Significados em Pesquisa Qualitativa, a Análise de Conteúdo e a Análise Textual Discursiva. Espera-se que os resultados contribuam para o fortalecimento de práticas curriculares colaborativas e para a ampliação da participação dos estudantes na educação inclusiva.

Palavras-chave: Práticas Curriculares; Ensino Médio; Participação Discente.

O HIPERFOCO COMO ELEMENTO DE CONEXÃO PEDAGÓGICA: A ELABORAÇÃO DE JOGOS E O FORTALECIMENTO DO VÍNCULO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Andreza Gonçalves Cachina Carvalho

andreza.cachina@gmail.com

Centro Estadual de Educação Especial – RN

Resumo: O presente estudo analisa a viabilidade e a eficácia da utilização do hiperfoco de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) como elemento central no desenvolvimento de jogos pedagógicos no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Tradicionalmente compreendido sob uma perspectiva educacional, o interesse focalizado do aluno autista é frequentemente interpretado no cotidiano escolar como um comportamento isolador ou uma barreira para a apreensão do currículo formal. Em contrapartida, fundamentando-se nos pressupostos da neurodiversidade e na teoria histórico-cultural de Vygotsky, esta pesquisa busca ressignificar essa característica, convertendo-a em um potente engajamento e mediação cognitiva. Metodologicamente, a investigação adota uma abordagem qualitativa configurada como um estudo de caso descritivo, centralizado no acompanhamento de um estudante com TEA assistido no Centro Estadual de Educação Especial. O procedimento envolve o mapeamento do hiperfoco junto à família, seguido pela elaboração e aplicação de um jogo customizado com a temática de interesse do aluno. A coleta de dados dar-se-á por meio de observação direta sistemática, apoiada em uma ficha de indicadores pedagógicos para avaliar o tempo de atenção sustentada, a motivação e a regulação de comportamentos de ansiedade. Espera-se evidenciar que a validação da subjetividade e a inserção do hiperfoco na estrutura lúdica funcionem como uma ponte cognitiva eficaz para a construção de novos conhecimentos e para o fortalecimento do vínculo pedagógico. Os resultados pretendem contribuir para a diversificação de práticas pedagógicas inclusivas que superem o modelo normativo e homogeneizador de ensino.

Palavras-chave: Transtorno Do Espectro Autista; Atendimento Educacional Especializado; Hiperfoco; Jogos Pedagógicos; Inclusão Escolar.

MICROLEARNING E JOGOS DIGITAIS COM IA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Islander Fernandes de Andrade, Josefa Poliana Clementino Ferreira, Zenaide Barros Candido de Souza
islander.andrade.076@ufrn.edu.br, poliana.ferreira.mat@gmail.com,
zenaidebarros03@hotmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O artigo busca investigar as percepções de professores do Ensino Fundamental acerca do uso de jogos digitais produzidos por Inteligência Artificial (IA), como estratégia pedagógica para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Fundamenta-se nos pressupostos do sociointeracionismo, das tecnologias educacionais e dos princípios da educação inclusiva, discutindo as potencialidades das tecnologias digitais e da IA no contexto escolar da rede pública. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa empírica, exploratória, de abordagem quantitativa, realizada por meio de levantamento com aplicação de um questionário estruturado via Google Forms. O instrumento de coleta de dados contemplou questões relacionadas ao perfil docente, às suas experiências com inclusão escolar, ao uso de tecnologias digitais e às percepções acerca dos jogos digitais como recurso pedagógico inclusivo. Como desdobramento prático da investigação, foi desenvolvido um produto educacional na forma de *microlearning*, hospedado no Google Sites, composto por vídeos curtos voltados à criação de jogos educacionais com apoio de ferramentas de IA. Os resultados evidenciaram receptividade dos professores em relação ao uso de jogos digitais na promoção do engajamento, da autonomia e da participação de estudantes com TEA. Também foram identificados desafios relacionados à formação docente, à infraestrutura tecnológica e à integração pedagógica desses recursos na rede estadual de ensino potiguar. Espera-se que a pesquisa e seu produto educacional contribuam para o desenvolvimento de conhecimento e habilidades docentes voltadas ao uso da IA na criação de jogos educacionais mais acessíveis, inclusivos e inovadores.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Tecnologias Educacionais; Formação Docente.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: UM LICENCIANDO EM FÍSICA PENSANDO NO PEI COMO RECURSO DE INCLUSÃO

Francisco Gustavo de Gois Felipe
franciscogustavogustavo48@gmail.com

Instituto Federal do Rio Grande do Norte – João Câmara

Resumo: Este trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvido a partir da participação de um licenciando em Física na construção do artigo *Formação Docente Inclusiva na Graduação em Física: a Construção Democrática do Plano de Desenvolvimento Individualizado em Debate*. O estudo teve como objetivo refletir sobre a importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento de inclusão escolar e de formação docente, considerando as contribuições de um estudante com deficiência visual matriculado no curso de Licenciatura em Física. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-reflexivo, foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada composta por dez questões relacionadas às experiências acadêmicas do participante, às barreiras encontradas no ensino de Física, ao uso de tecnologias assistivas e à sua participação na construção do próprio PEI. Os resultados evidenciaram que as principais dificuldades estão associadas à interpretação de gráficos e outras representações visuais, mesmo diante das adaptações já disponibilizadas pela instituição. Por outro lado, o estudante relatou sentir-se acolhido por professores e colegas e reconheceu a importância dos recursos de acessibilidade disponíveis. Destacou-se, entretanto, a ausência de sua participação nos processos de elaboração do PEI, revelando um distanciamento entre as práticas institucionais e a perspectiva democrática defendida por autores como Pletsch e Glat. Conclui-se que a formação inicial de professores de Física deve promover discussões sobre acessibilidade curricular, participação estudantil e construção colaborativa do PEI, contribuindo para a democratização da qualidade da educação e para a constituição de práticas pedagógicas mais inclusivas na Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Formação Docente; Plano Educacional Individualizado.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: PARTICIPAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA

Cláudia Érica de Macêdo N. Mont'Gomery, Joyce Mariana Alves Barros
claudiaerica.montgomery@gmail.com, joyce@nei.ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O Plano Educacional Individualizado (PEI) tem se consolidado como importante instrumento de planejamento pedagógico para estudantes público-alvo da Educação Especial, especialmente aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entretanto, sua utilização ainda é frequentemente associada aos profissionais da Educação Especial, sendo pouco discutida a participação dos demais componentes curriculares em sua construção e utilização. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo compreender a participação dos professores de Educação Física nos processos de construção e utilização do PEI para estudantes com TEA no sistema público de ensino de Natal/RN. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em andamento, desenvolvida por meio de estudos de casos múltiplos. Os participantes serão professores de Educação Física com experiência no atendimento a estudantes com TEA. Como instrumentos de produção de dados serão utilizados análise documental do PEI adotado pelo município, questionário de caracterização profissional e entrevistas semiestruturadas. Os dados serão analisados por meio da Análise de Conteúdo. A pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões acerca da relação entre Educação Física escolar, Educação Especial e PEI, contribuindo para a compreensão das possibilidades, desafios e potencialidades da participação docente nesse processo. Espera-se que os resultados produzam subsídios para o fortalecimento do diálogo entre Educação Física e Educação Especial, bem como para futuras ações formativas voltadas à construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Educação Física Escolar; Plano Educacional Individualizado; Transtorno Do Espectro Autista.

CICLO TEA: FORMAÇÃO CONTINUADA E PRÁTICAS INCLUSIVAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RN

Alessandra de Araújo Gonçalves Gomes, Maria de Fátima Medeiros Dantas,
Rosineide Venceslau de Lima
alegomes.rn@gmail.com, fatimamedantas@gmail.com,
rosineidevenceslau@gmail.com

Subcoordenadoria de Educação Especial – RN

Resumo: A Subcoordenadoria de Educação Especial (SUESP), vinculada à Coordenadoria de Desenvolvimento Escolar (CODESE) da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do lazer (SEEC/RN), vem desenvolvendo ações formativas voltadas à educação especial inclusiva, com destaque para o Ciclo TEA, realizado por meio de palestras, rodas de conversas presenciais e videocasts transmitidos pelo canal oficial da SEEC no YouTube. A proposta surgiu da necessidade de fortalecer as práticas pedagógicas inclusivas nas escolas da rede estadual e municipal de ensino, oferecendo aos profissionais da educação momentos de reflexão, orientação técnica e construção de estratégias voltadas ao atendimento dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O ciclo tem como objetivo contribuir com a atuação de professores, gestores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e equipes escolares diante dos desafios da inclusão educacional. Ao longo das edições, foram abordados temas relacionados ao manejo comportamental, aprendizagem escolar, seletividade alimentar, dos instrumentais (PEI, PAEE), estudo de caso, acessibilidade curricular, práticas inclusivas e estratégias pedagógicas. As formações alcançaram ampla participação dos profissionais da educação e significativa repercussão nas plataformas digitais da SEEC/RN, consolidando-se como importante espaço de formação continuada e diálogo sobre inclusão escolar. Diante dos resultados obtidos, a SUESP propõe a continuidade e ampliação do ciclo em formato de videocast bimestral, trazendo temáticas práticas relacionadas ao cotidiano escolar e fortalecendo o compromisso da rede estadual com a efetivação da educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Transtorno Do Espectro Autista; Formação Continuada; Práticas Pedagógicas.

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA BASEADA EM INTERESSES DE ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Luana Matias César, Renata Lima de Moraes, Débora Regina de Paula Nunes
luanamoraes.lm36@gmail.com, renata.moraes.017@ufrn.edu.br,
deboranunesead@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente em níveis elevados de suporte, apresenta desafios relacionados à comunicação, interação social e engajamento em atividades estruturadas. Nesse contexto, a inclusão envolve não apenas o acesso físico e social, mas também o acesso curricular, visando o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes. No ambiente educacional, tais dificuldades podem comprometer a participação e permanência do aluno. Nesse contexto, este trabalho se configura como um estudo de caso e teve como objetivo analisar os efeitos de um recurso pedagógico estruturado com base nos interesses de um estudante com TEA nível III de suporte sobre seu engajamento e participação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com um estudante de 13 anos de uma escola pública de Natal-RN, acompanhada por três estudantes em contextos escolar, institucional (APAARN) e familiar. A partir de observações comportamentais e contextuais, foi desenvolvido um fichário de atividades baseado em interesses como dinossauros, matemática, pintura e conteúdos digitais, com uso de pictogramas do ARASAAC. Os resultados indicaram dificuldades iniciais de comunicação, interação social, coordenação motora e permanência em atividades. Após a intervenção, observou-se aumento do engajamento, tempo de permanência e participação ativa, apesar da persistência de algumas dificuldades. Conclui-se que recursos pedagógicos baseados em interesses específicos favorecem o engajamento, sendo sua eficácia influenciada por fatores contextuais e pela necessidade de intervenções contínuas e individualizadas.

Palavras-chave: Educação Especial; Transtorno Do Espectro Autista; Recursos Pedagógicos.

ENTRE A DISCIPLINA E A INCLUSÃO: O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS EM UMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR DE PARNAMIRIM-RN

Thalita Samara de Lima Silva, Kátia Regina Lopes Costa
thalita_pedagogia@hotmail.com, katia.regina.costa@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Este trabalho está embasado em uma pesquisa de mestrado profissional em Educação Especial, ainda em andamento, que investiga a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola cívico-militar de Ensino Fundamental localizada no município de Parnamirim, no Rio Grande do Norte. A importância do estudo decorre do aumento dos diagnósticos de TEA nos últimos anos, conforme evidenciado pelos dados do mais recente Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse contexto torna imprescindível ampliar as discussões sobre a escolarização desses estudantes em diferentes modelos organizacionais. A inclusão de alunos autistas em escolas cívico-militares apresenta particularidades relacionadas às características próprias desse modelo, marcado pela disciplina, hierarquia e padronização comportamental. Tais aspectos podem representar desafios frente às especificidades do TEA, como rigidez cognitiva e comportamentos repetitivos. Embora o Governo Federal tenha revogado o Decreto nº 10.004/2019, que instituía o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, alguns municípios, incluindo Parnamirim/RN, mantêm iniciativas próprias nesse sentido, suscitando reflexões sobre a compatibilidade entre esse modelo de gestão e os princípios da educação inclusiva. O estudo se apoia nas contribuições de Mantoan (2003), Sassaki (1997), Vygotsky (2011), Foucault (2001) e Lobo (2011), além de considerações sobre marcos legais que garantem o direito à educação inclusiva. Espera-se que esta pesquisa contribua para o aprofundamento do debate sobre as interfaces entre a gestão cívico-militar e a inclusão escolar, oferecendo subsídios para ampliar as condições de acesso, participação e aprendizado dos estudantes autistas.

Palavras-chave: Educação Especial; Autismo; Escola Cívico-Militar.

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO PARA ALUNO COM AUTISMO: UM ESTUDO DE CASO NOS ANOS INICIAIS

Lourdes Maria Silva de Oliveira, Débora Regina de Paula Nunes

lourdesadotern@gmail.com, debora.nunes@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Este trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvido nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental durante um estágio não obrigatório do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), realizado entre maio de 2024 e abril de 2026. A experiência consistiu no acompanhamento pedagógico de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de analisar a implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) no contexto escolar. O estudo, de abordagem qualitativa e delineamento de estudo de caso, fundamentou-se em observações do cotidiano escolar, registros em diário de campo, diálogos com as professoras e conversas com a família. Os resultados indicaram que o PEI contribuiu para o planejamento de estratégias pedagógicas individualizadas, a utilização de recursos visuais e materiais concretos e a adaptação das atividades às necessidades do estudante, favorecendo sua participação no processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, também foram identificados desafios relacionados à baixa frequência escolar, à fragilidade do trabalho colaborativo entre os profissionais envolvidos e à ausência de formação específica para a elaboração e implementação do PEI. Conclui-se que a efetivação desse instrumento depende da atuação articulada entre escola, família e equipe multiprofissional, bem como da oferta de formação continuada que subsidie práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Transtorno Do Espectro Autista; Plano Educacional Individualizado; Educação Especial; Inclusão Escolar; Prática Pedagógica.

MEDIAÇÃO ENTRE PARES E SUPORTES VISUAIS NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM PROTOCOLO OPERACIONAL DE FORMAÇÃO DE TURMA E COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Débora Regina de Paula Nunes, Noemi Barbosa da Silva
deboranunesead@gmail.com, noemi.barbosanbs@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Este projeto propõe a implementação e avaliação do Sistema Tecnológico Operacional de Acessibilidade Social e Cognitiva (STOAS-TEA) para mitigar a "exclusão interna" de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) — nível 3 de suporte, não alfabetizado e com fala não funcional matriculado em uma turma de 9º ano da rede pública do estado do Rio Grande do Norte. O objetivo é analisar os efeitos de um protocolo operacional que une a Intervenção Mediada por Pares (IMP) a suportes visuais estruturados sobre o engajamento acadêmico *on-task* e a autonomia do participante nas rotinas escolares. Metodologicamente, a pesquisa adotará um Delineamento quase-experimental de sujeito único (intra-sujeito). Três colegas neurotípicos atuarão como mediadores após capacitação teórica e prática pelo método *Behavioral Skills Training* (BST). A tecnologia assistiva consiste em um recurso físico na mesa com agendas visuais macro e microetapadas. O engajamento sob tarefa será mensurado por observação direta de registro em vídeo, utilizando o Registro de Intervalo Parcial (blocos fixos de 10 segundos) em sessões de 15 minutos, com validação por Índice de Concordância Entre Observadores (IOA) e listas de checagem de fidelidade de intervenção. Os resultados preliminares revelaram que o planejamento e as práticas pedagógicas atuais desconsideram as especificidades do TEA, resultando em isolamento e falta de engajamento nas tarefas acadêmicas. Diante disso, o protocolo desenhado ancora-se na literatura científica para atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal do estudante. Conclui-se que a proposta possui sólida viabilidade técnica e relevância social, qualificando-se como uma tecnologia assistiva replicável para a efetivação da educação inclusiva.

Palavras-chave: Mediação; Autismo; Tecnologia-Assistiva.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ALFABETIZAÇÃO DE UM ALUNO COM AUTISMO NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: ESTUDO DE CASO

Brunna Thamara Lima de Abreu, Débora Regina de Paula Nunes,

Anderson Fernandes de Alencar

brunnathamara@gmail.com, debora.nunes@ufrn.br,

anderson.alencar@ufape.edu.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Resumo: O presente estudo teve como objetivo descrever e analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas com um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), de 10 anos, matriculado no 5º ano do Ensino Fundamental I de uma escola privada de Natal/RN, com foco na adequação dessas práticas às suas necessidades educacionais, especialmente no processo de alfabetização. Trata-se de um estudo de caso descritivo, de abordagem qualitativa, realizado em uma escola privada de Ensino Fundamental I. Participaram do estudo um aluno com TEA, uma estagiária de Pedagogia e um acompanhante terapêutico. Os dados foram produzidos por meio de observações sistemáticas realizadas durante o ano letivo de 2025, registradas em diário de campo, e pela análise de atividades pedagógicas desenvolvidas pelo estudante. Os resultados evidenciaram que, embora houvesse iniciativas de adaptação curricular, as práticas pedagógicas nem sempre consideravam o nível de desenvolvimento e as necessidades específicas do aluno, comprometendo a efetividade do processo de ensino e aprendizagem. Observou-se a necessidade de maior articulação entre as práticas de alfabetização e letramento, bem como da adoção de estratégias pedagógicas acessíveis e individualizadas que favoreçam o desenvolvimento da leitura e da escrita. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva requer planejamento pedagógico centrado nas necessidades do estudante, além de investimentos na formação continuada de professores para o desenvolvimento de práticas fundamentadas em evidências e alinhadas aos princípios da educação inclusiva.

Palavras-chave: Transtorno Do Espectro Autista; Alfabetização; Adaptação Curricular; Ensino Fundamental.

EXPLORANDO O FUNDO DO MAR: PRÁTICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS COM TEA NOS ANOS INICIAIS

Idyanne Garcia Cunha, Vanessa Cristina Oliveira da Silva
idyanneacunha@gmail.com, vanessacristinaosilva@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: As turmas do 4º e 5º ano da Escola Estadual Professora Leonor Lima, localizada no bairro da Redinha, em Natal/RN, desenvolveram um trabalho interdisciplinar tendo como objeto de estudo o tema “Fundo do Mar”, a partir dos interesses manifestados pelos próprios estudantes em sala de aula. A proposta foi realizada em uma turma heterogênea, composta por seis crianças público-alvo da Educação Especial, sendo cinco com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em diferentes níveis de suporte, buscando garantir práticas pedagógicas inclusivas e significativas. O trabalho teve início com a leitura do livro *A Escolinha do Mar*, de Ruth Rocha, utilizado como elemento disparador para a exploração do universo marinho. A partir da narrativa, foram desenvolvidas atividades de diálogo, observação e construção de conhecimentos sobre os seres vivos e os ambientes do fundo do mar. Como estratégia inclusiva, foi construída uma maquete sensorial representando o ambiente marinho, na qual cada elemento foi pensado para favorecer a experimentação por meio de diferentes texturas, cores e formas. Essa vivência possibilitou que os estudantes explorassem o conteúdo de maneira concreta, favorecendo especialmente a participação das crianças com TEA. Para a confecção da maquete, foram utilizados materiais recicláveis e reutilizáveis, coletados pelos alunos e suas famílias. Essa prática promoveu a conscientização ambiental, relacionando a preservação dos oceanos ao reaproveitamento de resíduos. Os resultados evidenciaram maior engajamento, participação ativa e desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cognitivas e sensoriais. Conclui-se que práticas pedagógicas inclusivas e sustentáveis potencializam a aprendizagem significativa e o respeito à diversidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Recursos Sensoriais; Relato De Experiência.

ESTRATÉGIAS DE LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A PERSPECTIVA DO TRABALHO COLABORATIVO NA INCLUSÃO ESCOLAR

Ana Raquel Severiano Silva
araquelss23@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A proposta do trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) visa contribuir para o fortalecimento das práticas escolares inclusivas, favorecendo a aprendizagem de crianças com deficiência intelectual em processo de alfabetização. O estudo tem como objetivo analisar as estratégias de leitura desenvolvidas na alfabetização de estudantes com deficiência intelectual matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Natal, etapa que conclui o ciclo de alfabetização. A pesquisa fundamenta-se na compreensão de que o trabalho colaborativo entre os professores constitui um eixo articulador para a inclusão escolar, promovendo práticas pedagógicas mais acessíveis e significativas. O referencial teórico contempla estudos sobre alfabetização, estratégias de leitura, formação docente e inclusão escolar, com base nas contribuições de Solé (1998), Ferreira e Teberosky (1999) e Soares (2003, 2009, 2020). A investigação adota a metodologia da pesquisa-ação colaborativo-crítica, proposta por Jesus, Almeida e Sobrinho (2005), que favorece a construção coletiva do conhecimento e a reflexão sobre a prática pedagógica. Os procedimentos metodológicos incluem observação direta, entrevistas semiestruturadas, sessões de estudo e planejamento colaborativo entre os professores, além de intervenções nas práticas de alfabetização. Espera-se que os resultados contribuam para o aprimoramento das estratégias de leitura na alfabetização de crianças com deficiência intelectual, fortalecendo a formação docente, o trabalho colaborativo e a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam o desenvolvimento e a participação efetiva dos estudantes no contexto escolar.

Palavras-chave: Alfabetização; Deficiência Intelectual; Trabalho Colaborativo.

RECURSOS ADAPTADOS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Carolina França Barros Sakagushi, Eduardo José Manzini
carolinafbbarros.cb@gmail.com, eduardo.manzini@unesp.br

*Programa de Pós-Graduação em Educação Especial,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Resumo: A inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual representa um desafio para a educação básica, especialmente no ensino de Matemática, devido às exigências de abstração, raciocínio lógico e simbolização presentes nessa área do conhecimento. Nesse contexto, o uso de recursos adaptados e materiais concretos tem sido apontado como uma estratégia capaz de favorecer a aprendizagem e promover a participação destes estudantes no ambiente escolar. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições do uso de recursos adaptados no ensino de Matemática para a aprendizagem de alunos com deficiência intelectual na perspectiva da educação inclusiva. Adota-se uma abordagem de pesquisa aplicada, com intervenção pedagógica, pressupondo diagnosticar a situação de ensino para atuar sobre ela. O estudo será desenvolvido em uma escola pública de Ensino Fundamental II da rede municipal de Natal/RN, envolvendo alunos com deficiência intelectual, professores de Matemática e a professora do Atendimento Educacional Especializado. Como procedimentos, serão identificados os recursos adaptados disponíveis na escola, analisados os conteúdos matemáticos a serem trabalhados pelo professor do ensino regular, e avaliadas as habilidades lógico-matemáticas dos estudantes. A partir dessa análise inicial, é previsto a elaboração de propostas pedagógicas fundamentadas na construção de recursos adaptados, tais como jogos, de material concreto como o material dourado, tangram, e novos materiais que poderão ser confeccionados com recicláveis e recursos manipuláveis. Espera-se que os resultados contribuam para a formação docente, o fortalecimento do trabalho colaborativo entre os profissionais da educação e a ampliação das práticas inclusivas no ensino de Matemática.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Educação Especial; Matemática; Ensino.

IMPLEMENTAÇÃO DE UMA JOGOTECA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: JOGOS PEDAGÓGICOS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Christiane Medeiros de Lima, Gessica Fabiely Fonseca
christiane.1290029@educar.rn.gov.br, gessica.fonseca@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Este trabalho apresenta a proposta de implantação de uma jogoteca pedagógica no Atendimento Educacional Especializado (AEE) do Centro Estadual de Educação Especial do RN (Centrinho). A problemática foca nos desafios de organizar recursos que articulem a ludicidade às metas pedagógicas para estudantes com deficiência intelectual. O objetivo geral é implementar um acervo de jogos, selecionados e confeccionados com características de baixo custo, visando apoiar as ações docentes no AEE. A fundamentação teórica baseia-se em Vygotsky, que vê o jogo como mediador do desenvolvimento, e em Kishimoto, que destaca a intencionalidade educativa do lúdico. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, de natureza aplicada e caráter exploratório-descritivo. Os procedimentos envolvem levantamento bibliográfico, análise documental de dez Planos de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e entrevistas semiestruturadas com professores. Como Produto Técnico e Tecnológico (PTT), destaca-se a catalogação de 20 jogos organizados nas dimensões de alfabetização, letramento matemático, funções executivas e motricidade, dos quais 10 terão o uso avaliado pelos docentes. A análise de dados seguirá a técnica de Bardin. Espera-se que este PTT ofereça suporte ao planejamento, garantindo que o uso dos jogos no AEE supere o caráter recreativo e favoreça a autonomia dos estudantes.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Deficiência Intelectual; Jogoteca Pedagógica; Tecnologia Assistiva; Plano De Atendimento Educacional Especializado (PAEE).

PRÁTICAS PSICOMOTORAS NO AEE E NA SALA DE AULA PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Emanuelle Egípcia Barbosa dos Santos, Dra. Géssica Fabiely Fonseca
barbosa.emanuelleg@gmail.com, gessica.fonseca@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A alfabetização de estudantes com Deficiência Intelectual (DI) nos anos iniciais do Ensino Fundamental ainda se configura como um desafio no contexto da educação inclusiva, evidenciado pelas dificuldades persistentes na leitura e escrita. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo desenvolver uma proposta de prática pedagógica psicomotora articulada entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a sala de aula comum, por meio da construção de um portfólio com recursos voltados à alfabetização de estudantes com DI até o 3º ano. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, com caráter interventivo e aproximações com a pesquisa-ação, a ser desenvolvida na Escola Municipal Chico Santeiro (Natal/RN), tendo como lócus a sala de aula regular e a sala de recursos multifuncionais. Participarão um estudante com DI, matriculado e assíduo em ambos os ambientes educativos, e a professora da sala regular. A pesquisa será organizada em etapas: diagnóstico inicial, com observação participante, diário de campo, entrevista semiestruturada com a professora da sala regular e análise de registros pedagógicos; planejamento colaborativo entre a professora do AEE (pesquisadora) e a docente da sala comum; construção do kit psicomotor; implementação das atividades nos dois contextos; e análise dos dados com base na Análise de Conteúdo (Bardin). Espera-se contribuir para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, além de favorecer práticas mais inclusivas. Como produto final, será sistematizado um portfólio com recursos psicomotores para subsidiar a prática docente.

Palavras-chave: Alfabetização; Deficiência Intelectual; Psicomotricidade.

APRENDIZAGEM CRIATIVA E INCLUSÃO: ESTRATÉGIAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Maiuza Lopes Silva
maiuзалopes@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A educação inclusiva busca garantir a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas diferenças e necessidades específicas. Nesse contexto, estudantes com deficiência intelectual enfrentam desafios no processo de ensino-aprendizagem, especialmente quando as metodologias utilizadas não contemplam suas particularidades. Este trabalho apresenta a Aprendizagem Criativa, inspirada nas ideias de Mitchel Resnick, como estratégia para tornar o ensino mais acessível e significativo. O estudo tem como objetivo analisar como objetos pedagógicos acessíveis e metodologias criativas podem contribuir para o desenvolvimento cognitivo, social e participativo de estudantes com deficiência intelectual na 2ª série do Ensino Médio. A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, dissertações e documentos oficiais sobre Educação Inclusiva, Deficiência Intelectual, Aprendizagem Criativa e Acessibilidade Educacional. As etapas metodológicas envolveram levantamento, seleção, leitura e análise das produções científicas, além da investigação de objetos pedagógicos acessíveis aplicáveis ao contexto escolar inclusivo. Os resultados preliminares indicam que atividades práticas, colaborativas e lúdicas favorecem o protagonismo estudantil, ampliando autonomia, interação e interesse pelos conteúdos escolares. Também evidenciam que recursos acessíveis contribuem para reduzir barreiras à aprendizagem e à participação. Conclui-se que a Aprendizagem Criativa fortalece as práticas pedagógicas inclusivas, promovendo uma educação mais democrática, participativa e significativa para estudantes com deficiência intelectual, no ambiente escolar contemporâneo e inclusivo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Aprendizagem Criativa; Objetos Pedagógicos Acessíveis; Deficiência Intelectual; Ensino Médio.

FORMAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DE UM PROGRAMA FORMATIVO BASEADO EM PRÁTICAS REFLEXIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Ana Priscila Andrade de Melo Fernandes, Flávia Roldan Viana
aprisilaam@hotmail.com, flaviarviana.ufrn@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A inclusão escolar de estudantes público da Educação Especial demanda profissionais preparados para mediar os processos de aprendizagem e atuar na eliminação de barreiras que obstaculizam a participação discente na escola comum. Diante disso, esta pesquisa-ação de abordagem qualitativa tem como objetivo analisar as contribuições de um programa formativo baseado em vivências e práticas reflexivas para o desenvolvimento de saberes inclusivos com estagiários que atuam na Educação Básica. O estudo, em etapa inicial, ancora-se nos pressupostos teóricos de Schön, acerca do profissional reflexivo e da construção do conhecimento na e sobre a ação, e de Tardif, no que tange à mobilização dos saberes profissionais e sua articulação entre teoria e experiência prática. O campo de execução será uma escola da Rede Pública Municipal de Natal/RN. A metodologia estrutura-se em quatro macroetapas: (1) mapeamento de conhecimentos prévios e demandas formativas dos estagiários via questionários diagnósticos; (2) planejamento e implementação do programa de formação fundamentado no Modelo Social da Deficiência; (3) desenvolvimento do Produto Técnico e Tecnológico (PTT), consubstanciado em um Guia Formativo para Estagiários da Educação Especial; e (4) avaliação do impacto pedagógico da intervenção nas concepções dos participantes. Os dados serão tratados por meio da Análise de Conteúdo Temática. Espera-se que a proposta fomente a construção de práticas pedagógicas inclusivas, fornecendo um recurso educacional replicável e socialmente relevante para a rede de ensino parceira.

Palavras-chave: Educação Especial; Formação De Estagiários; Prática Reflexiva; Modelo Social Da Deficiência; Guia Formativo.

A OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE AS DIRETRIZES NACIONAIS

Maura Moreira da Silva Góes, Beatriz Santos Paiva, Juliana Souza de Jesus
Silva

mauramoreiras@hotmail.com, beatrizpaivapsicopedagoga@gmail.com,
julianasjs@ufba.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Serrinha-BA

Resumo: Este trabalho apresenta a cartilha *Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica – Operacionalização pelos Sistemas de Ensino*, desenvolvida no Componente Curricular Pesquisa e Prática Pedagógica I do Curso Segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal Baiano. O objetivo geral deste trabalho foi analisar e sintetizar os principais fundamentos do documento, evidenciando sua contribuição para a consolidação de uma educação inclusiva e equitativa. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada na leitura, análise e sistematização das diretrizes oficiais referentes à Educação Especial na perspectiva inclusiva. A cartilha destaca que a Educação Especial deve atuar na eliminação das barreiras que dificultam o processo de escolarização, assegurando recursos, serviços e estratégias pedagógicas adequadas às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação e outras demandas educacionais. O documento enfatiza a valorização das potencialidades dos alunos, promovendo práticas voltadas ao desenvolvimento integral e à participação ativa no ambiente escolar. Além disso, recomenda planejamento institucional, formação continuada dos profissionais, articulação entre diferentes setores, um Projeto Político-Pedagógico comprometido com os princípios da inclusão. Na escola regular, prioriza-se a matrícula em classes comuns, com suporte especializado, adaptações curriculares, flexibilização metodológica e recursos de acessibilidade, reservando as classes especiais para situações excepcionais e transitórias. A cartilha também reforça a importância da capacitação docente, do acompanhamento individualizado e da utilização de estratégias diversificadas de ensino. Dessa forma, defende uma escola inclusiva que reconheça a diversidade humana, elimine barreiras à aprendizagem e assegure oportunidades equitativas para o desenvolvimento e a participação de todos os estudantes.

Palavras-chave: Educação Especial; Adaptação Curricular; Acessibilidade.

O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO ESPAÇO EDUCATIVO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: MEDIAÇÕES E BARREIRAS NA CASA DE ACOLHIMENTO II EM NATAL/RN

Bruna Carollina Pessoa de Macedo, Kátia Regina Lopes Costa,
brunacarollinapessoa@hotmail.com, katia.regina.costa@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: As instituições de acolhimento oferecem serviços de abrigo, acolhimento e proteção temporariamente para crianças que estão em situação de vulnerabilidade social, situação de abandono, ou quando seus direitos são violados, sendo necessário afastar-se do convívio familiar. Historicamente, as instituições de acolhimento ao longo dos séculos foram concebidas sob uma ótica predominantemente assistencialista e de custódia, sendo pouco explorado seu potencial educativo, principalmente quando nos referimos as crianças com deficiência. O presente estudo tem como objetivo: analisar como ocorre o processo educativo de crianças com deficiência em contexto de acolhimento institucional, tomando como referência a Casa de Acolhimento II, em Natal/RN, refletindo sobre práticas, mediações e barreiras. Quanto aos aspectos metodológicos, a investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, análise documental e entrevistas semiestruturadas com profissionais da Casa de Acolhimento II (equipe de gestão, pedagogos e cuidadores"). Para fundamentação teórica, serão utilizados autores como: Vygotsky, Freire, Foucault, além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Espera-se que os resultados contribuam para ampliar as discussões sobre a casa de acolhimento com foco no seu potencial educativo, e como as práticas pedagógicas realizadas na instituição, contribuem para o desenvolvimento integral das crianças com deficiência.

Palavras-chave: Educação Especial; Criança Com Deficiência; Acolhimento Institucional; Práticas Pedagógicas.

A MORTE SIMBÓLICA DE UMA PROFESSORA: REFLEXÕES SOBRE NEURODIVERGÊNCIA, IDENTIDADE DOCENTE E FORMAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Camila Pereira Dantas
camilapereira09@gmail.com

UNINASSAU

Resumo: Este trabalho apresenta uma reflexão sobre os desafios enfrentados por profissionais da educação neurodivergentes em contextos que, embora defendam a inclusão em seus discursos, ainda demonstram dificuldades em acolher a diversidade em suas práticas institucionais. A partir da crônica "A Morte Simbólica de uma Professora", discute-se o impacto do diagnóstico tardio de Transtorno do Espectro Autista (TEA nível 1) e TDAH na construção da identidade profissional docente. O texto evidencia como o autoconhecimento proporcionado pelo diagnóstico pode favorecer processos de ressignificação pessoal e profissional, ao mesmo tempo em que revela barreiras atitudinais presentes nos espaços educacionais. A narrativa retrata situações de silenciamento, afastamento e deslegitimação vivenciadas por uma professora após tornar pública sua condição neurodivergente, culminando em um processo de desligamento institucional percebido como uma "morte simbólica" de sua identidade docente. Nesse contexto, o estudo propõe reflexões acerca da necessidade de práticas efetivamente inclusivas, pautadas no acolhimento, na escuta e no reconhecimento das diferenças humanas. Conclui-se que a inclusão não se limita ao atendimento dos estudantes, mas deve alcançar também os profissionais da educação, promovendo ambientes de trabalho que respeitem a diversidade e favoreçam o pertencimento de todos os sujeitos.

Palavras-chave: Neurodivergência; Identidade Docente; Inclusão.

AÇÕES COLABORATIVAS COM UMA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

Carla Fabrine Martins Gurgel, Gessica Girliane S. da Silva, Débora Deliberato
cfmgurgel@gmail.com, gessicagirliane@gmail.com,
debora.deliberato@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A escolarização de estudantes com deficiência múltipla demanda práticas colaborativas entre Educação, Saúde e família, especialmente quando envolvem necessidades complexas de comunicação. Nesse contexto, o uso integrado da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) e da Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui uma estratégia para ampliar a participação e a inclusão desses estudantes no ambiente escolar. O objetivo deste estudo foi descrever e analisar as ações colaborativas desenvolvidas com uma estudante com deficiência múltipla, visando ampliar sua comunicação, interação social e participação nos contextos escolar e familiar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso (caso de ensino), desenvolvida na perspectiva colaborativa. Participaram uma estudante de 10 anos com deficiência múltipla, sua família e uma equipe multiprofissional. Os dados foram produzidos por meio de observações, aplicação de protocolos e acompanhamento das intervenções, sendo utilizados para o planejamento e implementação de recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa associados à Libras. Os resultados evidenciaram que a construção colaborativa de pranchas de comunicação, rotinas visuais, livros adaptados e materiais acessíveis favoreceu a ampliação das habilidades comunicativas, da interação com diferentes interlocutores e da participação da estudante nas atividades escolares e familiares. Conclui-se que a articulação entre escola, família e profissionais, aliada ao uso integrado da CAA e da Libras, potencializa a comunicação e a inclusão de estudantes com deficiência múltipla, fortalecendo práticas pedagógicas mais acessíveis e colaborativas.

Palavras-chave: Deficiência Múltipla; Comunicação Aumentativa E Alternativa; Pesquisa Colaborativa; Inclusão Escolar.

ENTRE MÃES, ENTRE NÓS

Cleide Covacevich Giovannetti, Anelita Fernandes de Amorim,
Macielma Cunha da Silva
cleidecgiovannetti@gmail.com, amorimanelita66@gmail.com,
macielmacunha2712@gmail.com

*Escola Municipal Prefeito Mário Eugênio Lira,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Resumo: A ação extensionista e formativa “Entre mães, entre nós”, realizada na Escola Municipal Mário Lira, objetivou esclarecer a função do Atendimento Educacional Especializado (AEE), promover o acolhimento subjetivo das famílias e fomentar a construção de um coletivo de apoio entre mães de estudantes atípicos. O estudo investigou os motivos pelos quais o AEE é frequentemente confundido com reforço escolar, além de analisar assimetrias no acesso aos direitos legais, visando o empoderamento compartilhado. Metodologicamente, a investigação seguiu uma abordagem qualitativa de cunho colaborativo, utilizando entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa como instrumentos de coleta. Esses espaços dialógicos proporcionaram um ambiente pautado na escuta sensível e livre de julgamentos, onde o acolhimento das angústias e vivências maternas constituiu o eixo central da mediação, viabilizando interações presenciais e virtuais mediadas pela plataforma Google Meet. Como resultados preliminares, observou-se que as participantes desconheciam mecanismos para a efetivação dos direitos de seus filhos, evidenciando que a validação das falas e o compartilhamento de êxitos fortalecem as trajetórias individuais, rompendo com o isolamento emocional imposto pela rotina de cuidados. No plano técnico-metodológico, identificaram-se fragilidades na transmissão digital, ressaltando a necessidade de maior planejamento na infraestrutura tecnológica em investigações híbridas. Conclui-se que o provimento de espaços de escuta qualificada na comunidade escolar é urgente, visto que a dimensão afetiva é indissociável da garantia de direitos. A intervenção demonstrou que a desmistificação do AEE, concebido como promotor de autonomia e não mera complementação pedagógica, pode ser suprida por formações coletivas que valorizam as competências singulares do aluno atendido.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Inclusão Escolar; Acolhimento Familiar; Redes De Apoio.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA FORMAÇÃO DO PARFOR EQUIDADE DA UFRN SOB A PERSPECTIVA DOS EGRESSOS

Denise Aline Rolim Barbosa, Adriane Cenci,
denise.alline@hotmail.com, adricenci@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A consolidação da perspectiva inclusiva no cenário educacional demanda processos de formação docente que preparem os profissionais para responder às especificidades do público da Educação Especial. O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), desenvolvido em parceria com instituições de ensino superior, tem como finalidade promover a formação inicial e continuada de docentes da rede pública. Entre suas ações, destaca-se o curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva EaD, vinculado ao Parfor Equidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), voltado para ampliar o acesso à formação docente com foco na equidade, inclusão e valorização das diferentes realidades educacionais. Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo desenvolver e validar um instrumento de avaliação, em formato de questionário, para analisar os impactos da formação ofertada pela Segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UFRN na prática pedagógica de seus egressos. Metodologicamente, a investigação caracteriza-se como uma pesquisa aplicada de abordagem quanti-qualitativa. O percurso metodológico estruturar-se-á em três fases: (1) levantamento bibliográfico e documental sobre avaliação de impacto educacional; (2) elaboração das dimensões e dos itens do questionário, fundamentados nos objetivos do curso; e (3) validação de conteúdo do instrumento por meio de comitê de juízes especialistas. Como Produto Técnico e Tecnológico (PTT), o questionário finalizado buscará mensurar as contribuições da formação para a mobilização de saberes inclusivos e mudanças na atuação dos participantes. Espera-se que o instrumento sirva como referencial metodológico para o aperfeiçoamento e monitoramento de políticas públicas de formação docente.

Palavras-chave: Formação De Professores; Parfor Equidade; Educação Especial; Avaliação De Impacto.

A MEDICALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Eliene Patrício de Barros
elienep.barros@gmail.com

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte

Resumo: A medicalização na educação não é apenas um fenômeno técnico, mas um dispositivo de poder que individualiza e patologiza dificuldades escolares, desviando a atenção das causas estruturais do fracasso escolar. A escolha do tema justifica-se pela relevância social, educacional e acadêmica dessa discussão no contexto escolar. Este estudo tem como objetivo analisar as percepções de professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado da Rede Pública Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, dando visibilidade às condições concretas de trabalho docente e às pressões institucionais que atravessam o cotidiano da escola pública. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, por meio a realização de entrevistas semiestruturadas com professores em Atendimento Educacional Especializado de uma escola pública estadual, faz uso da análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2016), também ancora-se nos pressupostos críticos da Psicologia Escolar de Meira (2012), na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1995) e na patologização da infância de Barreto (2021) para a compreensão aprofundada dos discursos e experiências dos professores. Espera-se que ao analisar os conceitos ligados ao processo de medicalização educacional os professores possam atuar de forma efetiva no enfrentamento a aparente promoção do fracasso escolar de nosso Estado. Conclui-se que mapear a ótica do professor em Atendimento Educacional Especializado pode subsidiar reflexões para a formação continuada, uma vez que, no atual contexto escolar, questionar práticas que impactam negativamente o desenvolvimento de estudantes em vulnerabilidade social, favorece abordagens inclusivas e menos medicalizantes. Contribuindo assim para o campo dos estudos críticos da educação.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Medicalização; Fracasso Escolar.

COENSINO: DIFERENTES OLHARES NA CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS INCLUSIVAS

Edsandra cardozo dos Santos Costa, Beatriz Santos Paiva,
Juliana Souza de Jesus Silva

edsandra96@gmail.com, beatrizpaivapsicopedagoga@gmail.com,
julianasjs@ufba.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Serrinha-BA

Resumo: Este relato de experiência apresenta as vivências de um estágio de regência desenvolvido na perspectiva do coensino, tendo como foco o trabalho colaborativo como estratégia para o fortalecimento da educação inclusiva. O estudo teve como objetivo descrever e analisar as contribuições do ensino colaborativo para a promoção da participação, da aprendizagem e do desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e assegurem o acesso ao currículo por todos os estudantes. A experiência foi realizada em uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental I de uma escola pública municipal do território do sisal, envolvendo estudantes com e sem deficiência, a professora regente e a estagiária da Segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva. O planejamento e a execução das atividades ocorreram de forma compartilhada, fundamentados em estratégias inclusivas, adaptações pedagógicas, recursos de acessibilidade e nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), favorecendo a participação ativa e significativa dos alunos. Os resultados evidenciaram que o coensino potencializou o processo de ensino e aprendizagem ao promover a articulação entre diferentes saberes profissionais, ampliar as possibilidades de intervenção pedagógica e fortalecer práticas voltadas ao respeito às especificidades dos estudantes. A atuação colaborativa contribuiu para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes, estimulou o protagonismo discente e favoreceu reflexões críticas sobre a prática docente e a corresponsabilidade na construção de uma escola inclusiva. Conclui-se que o coensino constitui uma estratégia pedagógica relevante para a consolidação de sistemas educacionais mais equitativos, democráticos e inclusivos, fortalecendo o trabalho coletivo, promovendo oportunidades de aprendizagem para todos.

Palavras-chave: Coensino; Educação Inclusiva; Aprendizagem.

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Felipe Lucas de Souza, Érica Nazaré Arrais Pinto Pereira, Marianna Medeiros
da Silva

felipelucas.mipibu@hotmail.com, erica_arrais@hotmail.com,
marianna.medsilva@gmail.com

Subcoordenadoria de Educação Especial – RN

Resumo: O presente trabalho é um recorte da proposta formativa intitulada Inclusão e Equidade com Tecnologias Educacionais para Recomposição das Aprendizagens. Trata-se de uma ação formativa realizada pela Subcoordenadoria de Educação Especial e Coordenadoria de Inovação e Tecnologias Educacionais vinculadas a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte. O objetivo do curso foi fortalecer o engajamento dos professores da Rede Estadual de Ensino na utilização de recursos de Acessibilidade, do Desenho Universal para a Aprendizagem, da Tecnologia Assistiva e das Tecnologias Educacionais. Ofertado no ano de 2025 no período de abril a setembro, em formato on-line, por meio do Canal da Secretaria de Educação no *YouTube* e plataforma *Google Classroom*, com carga horária de 40 horas. O curso desenhou-se a partir de aula inaugural e quatro módulos com temáticas supracitadas. Neste trabalho, pretende-se compartilhar a análise quantitativa dos cursistas que atuam no Atendimento Educacional Especializado, tendo em vista que o curso destinou-se aos professores da Rede Estadual de Ensino que atuam no Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, correspondendo aos professores de Componentes Curriculares e Professores de Educação Especial destas etapas. Contudo, o curso teve uma adesão representativa de professores do Atendimento Educacional Especializado que demonstra um grande interesse por parte desses professores em seu processo de formação continuada. Vale ressaltar, que pela avaliação final do curso realizada por formulário eletrônico, os professores cursistas atuantes no AEE, mencionaram a importância dos saberes compartilhados e os desdobramentos nas práticas pedagógicas em contextos escolares.

Palavras-chave: Tecnologias Educacionais; Atendimento Educacional Especializado; Educação Inclusiva.

O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: RELATO DE OFICINAS INCLUSIVAS

Fernanda Maria da Silva Cardeal, Mábia Fernandes Silva, Sara Santos
Martins

fernanda.cardeal@urca.br, mabia.silva@urca.br, sara.martins@urca.br

Universidade Regional do Cariri – RN

Resumo: O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constitui uma abordagem pedagógica que busca garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas diferentes formas de aprender. No Atendimento Educacional Especializado (AEE), sua aplicação favorece práticas inclusivas que contemplam estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e estudantes sem deficiência. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência da utilização dos princípios do DUA no AEE por meio de oficinas inclusivas voltadas ao desenvolvimento da aprendizagem, das habilidades socioemocionais e da convivência entre os estudantes. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência desenvolvido no AEE, utilizando oficinas planejadas com base nos princípios do DUA, englobando rodas de conversa, contação de histórias, esquetes teatrais e oficinas artísticas. As atividades contemplaram múltiplas formas de engajamento, representação e expressão, envolvendo estudantes com deficiência, TEA e estudantes sem deficiência em propostas colaborativas que favoreceram o reconhecimento das emoções, o respeito às diferenças e a participação de todos. Como resultados, observou-se maior envolvimento dos estudantes nas atividades, ampliação da interação entre os participantes, desenvolvimento da autonomia, fortalecimento das habilidades socioemocionais e maior inclusão no processo de aprendizagem. As oficinas possibilitaram que todos participassem de acordo com suas potencialidades e necessidades. Conclui-se que a utilização do DUA no AEE demonstrou ser uma estratégia eficaz para promover práticas pedagógicas inclusivas, favorecendo a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento integral de todos os estudantes, contribuindo para a construção de uma cultura escolar mais acessível e inclusiva.

Palavras-chave: Desenho Universal Para A Aprendizagem; Atendimento Educacional Especializado; Práticas Inclusivas.

VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES NEURODIVERGENTES NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFRN: PERMANÊNCIA, PERTENCIMENTO E EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS

Gisely do Amaral Silva, Kátia Regina Lopes Costa
gisely.amaral.076@ufrn.edu.br, katia.regina.costa@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A pós-graduação stricto sensu é frequentemente marcada por exigências acadêmicas, produtividade e formas específicas de participação e desempenho, o que atravessa de diferentes maneiras as experiências dos estudantes. Nesse sentido, o presente trabalho constitui um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento que tem como objetivo principal compreender as vivências de estudantes neurodivergentes nos programas de pós-graduação stricto sensu vinculados ao Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), considerando aspectos relacionados à permanência na instituição, pertencimento e experiências acadêmicas. O estudo fundamenta-se na teoria sociocultural de Vygotsky, compreendendo o desenvolvimento humano como um processo constituído nas relações sociais e culturais. A produção dos dados ocorrerá por meio de instrumentos que possibilitem aos participantes narrar suas experiências acadêmicas, seus desafios e as estratégias mobilizadas para a permanência na pós-graduação. Espera-se que os resultados contribuam para ampliar as discussões sobre inclusão na educação superior, oferecendo subsídios para a construção de práticas institucionais mais acolhedoras e acessíveis, bem como para a elaboração de estratégias de apoio voltadas às demandas de estudantes neurodivergentes nos programas de pós-graduação.

Palavras-chave: Educação Especial; Pós-Graduação; Neurodivergência.

ENTRELACE ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO E UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PARA FORTALECER A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO RN

Hugo Emanuel Câmara de Oliveira, Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva
hugoemanuel.gpp@gmail.com, katienesy@ufrn.edu.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O projeto *Entrelace entre Ministério Público e UFRN para fortalecer a educação especial inclusiva no RN* tem como objetivo mapear as ações iniciais realizadas por essas instituições no âmbito do Projeto IncluirN, cuja finalidade é induzir o aprimoramento técnico institucional dos sistemas municipais de ensino, fomentando a organização da Política Municipal de Educação Inclusiva. A educação especial inclusiva é condição essencial para a construção de uma sociedade democrática. Contudo, a distância entre os marcos legais e a realidade das escolas públicas revela barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação que perpetuam práticas de exclusão conforme descrito na Lei Brasileira de Inclusão. A metodologia adotada será a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas para captar percepções e experiências. Os sujeitos da pesquisa serão os gestores municipais dos oito municípios participantes do Projeto IncluirN, definidos a partir de seleção por meio de Edital de Seleção Pública Nº 001/2026 – CAOP INCLUSÃO/PGJ. Espera-se como resultado apresentar a visão inicial dos gestores sobre o projeto, identificando os principais desafios e barreiras enfrentadas na sua execução. A análise permitirá compreender como o entrelace entre o Ministério Público e a UFRN pode contribuir para superar obstáculos e fortalecer políticas inclusivas. A aplicabilidade do estudo se dá em duas dimensões: no campo acadêmico, ao aprofundar a discussão sobre a efetividade das políticas educacionais inclusivas; e na prática social, ao fomentar uma colaboração mais produtiva entre o sistema de justiça e a gestão municipal. Dessa forma, o projeto busca oferecer subsídios para a consolidação de uma educação especial inclusiva no Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Educação Especial Inclusiva; Ministério Público; Formação De Gestores.

ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ATENDIMENTO HOSPITALAR E DOMICILIAR: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA - RN

Ismênia Alexandre Ribeiro, Jacyene Melo de Oliveira Araújo
ismenia.formosa@hotmail.com, jacyenearaujo@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O presente estudo aborda o acompanhamento da aprendizagem de estudantes do público-alvo da Educação Especial em contexto de Atendimento Pedagógico Hospitalar e Domiciliar (APHD), considerando estratégias adotadas pelo município de Baía Formosa/RN para garantia do direito à educação e a continuidade da escolarização. A pesquisa parte do pressuposto de que estudantes afastados da escola por condições de saúde enfrentam desafios que podem comprometer seu percurso educacional, demandando ações articuladas entre gestão educacional, escola, família e serviços de saúde. O objetivo é compreender os procedimentos, práticas e instrumentos utilizados no acompanhamento pedagógico desses estudantes, identificando desafios e potencialidades relacionados à organização do atendimento. A fundamentação teórica apoia-se nos estudos de Bragamonte (2024), Gonçalves (2024), Matos (2009), Mugiatti (2009), além dos referenciais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e das normativas que regulamentam o APHD. A investigação adota abordagem qualitativa, utilizando o método de História de Vida e entrevistas narrativas com gestores, coordenadores pedagógicos e professores envolvidos no acompanhamento desses estudantes. Os dados são analisados por meio de uma abordagem compreensivo-interpretativa, buscando compreender as experiências e práticas desenvolvidas nesse contexto. O Produto Técnico e Tecnológico (PTT), trata de um Protocolo Municipal de Acompanhamento e Monitoramento da Aprendizagem de Estudantes do Público-Alvo da Educação Especial em Atendimento Pedagógico Hospitalar e Domiciliar, acompanhado de uma minuta de regulamentação municipal. Espera-se contribuir para o fortalecimento das políticas inclusivas, a qualificação das práticas pedagógicas e a garantia do direito à educação desses estudantes.

Palavras-chave: Educação Especial; Atendimento Pedagógico Hospitalar E Domiciliar; Direito À Educação; História De Vida; Gestão Educacional Inclusiva.

COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA NO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR: PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE RECURSOS PARA UMA ESTUDANTE COM SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS

Érica Patrícia de Souza Silva, Jacyene Melo de Oliveira Araújo
ericapatriciassilva26@gmail.com, jacyenearaujo@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD) constitui uma importante estratégia para garantir a continuidade da escolarização de estudantes impossibilitados de frequentar a escola em razão de condições de saúde. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo planejar, construir e analisar recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) para favorecer a comunicação e a participação de uma estudante do 5º ano do Ensino Fundamental com Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV), atendida pelo APD no município de São Gonçalo do Amarante/RN. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, com abordagem exploratória e metodológica, desenvolvida por meio de estudo de caso. A produção dos dados ocorre por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas com familiares e com a professora responsável pelo atendimento pedagógico domiciliar, além da análise de registros pedagógicos da prática docente, tais como planejamentos, relatórios de acompanhamento, registros descritivos das atividades desenvolvidas e avaliações pedagógicas produzidas no contexto do atendimento. Os resultados preliminares advêm da observação participante e da análise inicial desses registros pedagógicos, indicam que a estudante apresenta limitações significativas na comunicação oral, utilizando principalmente expressões faciais, movimentos corporais e vocalizações para interagir. Também foi identificada a necessidade de ampliação dos recursos comunicativos e de materiais pedagógicos acessíveis que favoreçam sua participação nas atividades educacionais. As análises iniciais apontam que a CAA possui potencial para ampliar as oportunidades de comunicação, fortalecer a autonomia e promover maior participação da estudante no processo de aprendizagem, contribuindo para a efetivação do direito à educação em contextos inclusivos.

Palavras-chave: Educação Especial; Comunicação Aumentativa E Alternativa; Atendimento Pedagógico Domiciliar; Síndrome Congênita Do Zika Vírus.

A RELAÇÃO CRIANÇA E NATUREZA EM FOCO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DE CLASSES HOSPITALARES DO RIO GRANDE DO NORTE

Jacyene Melo de Oliveira Araújo, Ângela Adriane Schmidt Bersch
jacyenearaujo@gmail.com, angelabersch@gmail.com,

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A Educação Infantil assegura a indissociabilidade entre o educar e o cuidar, posicionando a criança como sujeito histórico, de direitos e protagonista. No entanto, garantir essa identidade e o direito à educação para crianças hospitalizadas permanece um desafio complexo. Nesse cenário transitório, emergem as classes hospitalares como espaços de continuidade pedagógica para uma população duplamente excluída devido à vulnerabilidade social e à patologia. Este estudo investiga e formula a questão: como a relação entre criança e natureza tem sido contemplada nas práticas pedagógicas em classes hospitalares do Rio Grande do Norte? O objetivo consiste em analisar como a relação criança e natureza têm sido contempladas nas práticas pedagógicas no contexto de classes hospitalares do Rio Grande do Norte - RN, com vistas a essa reconexão das crianças do/no microsistema hospitalar, buscando identificar a percepção docente e analisar a temática sob uma perspectiva colaborativa. O projeto adota uma abordagem qualitativa pautada na pesquisa-ação, caracterizada pela interação entre pesquisadores e sujeitos por meio de práticas colaborativas e do ciclo reflexão-ação-reflexão. O aporte teórico articula os pressupostos da Sociologia da Infância, que concebe as crianças como atores plurais e singulares no fazer pedagógico, e a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, compreendendo o desenvolvimento a partir das influências recíprocas entre o sujeito e sua ecologia. Pretende-se, assim, subsidiar propostas que valorizem o brincar, as experimentações sensoriais e o protagonismo das crianças internadas, reconectando-as com o mundo natural e ressignificando de suas próprias identidades infantis, fragmentadas diante do processo de adoecimento vivenciado no ambiente hospitalar.

Palavras-chave: Educação Especial; Infâncias; Criança; Natureza; Classe Hospitalar; Práticas Pedagógicas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PRÁTICA: ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA

Janaína Azevedo de Medeiros Oliveira Cavalcante,

Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins

profjanabio@gmail.com, lisiemel@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Esta pesquisa de mestrado investiga a contribuição do Plano Educacional Individualizado (PEI) para a inclusão, a aprendizagem e os processos avaliativos de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na área de Ciências da Natureza no Ensino Médio. O estudo parte da constatação de que a inclusão escolar ainda representa um desafio contemporâneo, especialmente diante de práticas avaliativas padronizadas que frequentemente desconsideram as singularidades dos estudantes e suas diferentes formas de aprender. A justificativa fundamenta-se na necessidade de repensar a avaliação escolar sob uma perspectiva inclusiva, alinhada aos princípios da equidade e da valorização da diversidade, respaldados pela legislação brasileira e por documentos internacionais voltados à educação inclusiva. O referencial teórico apoia-se nas contribuições de Vygotsky e Freire, entre outros autores, que defendem uma educação acessível, mediadora e transformadora. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a contribuição do PEI para a inclusão, aprendizagem e avaliação de estudantes com TEA em uma escola pública de Natal/RN. Entre os objetivos específicos estão compreender a dinâmica educacional inclusiva, identificar dificuldades de aprendizagem em Ciências da Natureza, acompanhar a implementação do PEI e desenvolver uma trilha formativa destinada aos professores da área. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e colaborativa, utilizando observação participante e análise documental. Espera-se que os resultados promovam maior autonomia docente, fortalecimento das práticas inclusivas, redução das barreiras avaliativas e ampliação da participação dos estudantes com TEA, contribuindo para uma educação mais justa, equitativa e comprometida com o direito à aprendizagem de todos.

Palavras-chave: Plano Educacional Individualizado; Transtorno Do Espectro Autista; Ensino De Ciências Da Natureza.

GRUPO DE ESTUDOS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Jânio Alexandre de Araújo, janioaraujori@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Pensar em ações inclusivas na escola exige formação continuada e partilhas entre os professores e entes envolvidos nesse processo. Assim, o presente estudo tem como finalidade relatar a fase inicial de um Grupo de estudos e práticas em educação especial em uma escola da rede estadual. O presente trabalho configura-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa e natureza descritiva, focado nas etapas iniciais de implantação de um Grupo de Estudos e Práticas em Educação Especial. Esse espaço de debate, resultou em um planejamento voltado para o mapeamento das barreiras e dificuldades da escola, capacitação dos professores de componentes curriculares e estagiários, realização de materiais e recursos adaptados, esclarecimentos sobre os documentos e textos acadêmicos que permeiam a educação especial na rede, melhor participação dos estudantes no atendimento educacional especializado. A expectativa é que, ao longo do ano letivo, o espaço resulte em práticas pedagógicas mais acessíveis e maior segurança docente no manejo das especificidades dos estudantes. A criação do grupo de estudos na escola, sinaliza avanços essenciais para futuras práticas inclusivas e alinhamento teórico-normativo, além de ser uma alternativa eficaz para eliminação de barreiras.

Palavras-chave: Ações Inclusivas; Práticas; Inclusão.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: METODOLOGIAS ATIVAS, TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Josélia Maria R. Andrade, Márcio César de O. Quirino, Flávia Roldan Viana
joseliarodrigues4@hotmail.com, marciocesar25@gmail.com,
flaviarviana.ufrn@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A formação de professores para a Educação Especial e Inclusiva requer a superação de modelos meramente instrumentais, demandando práticas que compreendam o estudante com deficiências a partir de suas potencialidades e interações sociais. Este trabalho mostra a relevância da formação docente continuada focada em metodologias ativas e tecnologias educacionais inclusivas, fundamentando-se na Teoria Histórico-Cultural. Sustenta-se nas premissas de Vygotsky (2007), tratando da mediação pedagógica e das funções psicológicas no desenvolvimento humano, bem como nas análises de Van Deer e Valsiner (1999) a respeito do impacto do meio cultural na constituição do sujeito. A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica e reflexiva de abordagens contemporâneas, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e as práticas baseadas em evidências. Os resultados apontam que a incorporação de metodologias ativas e ferramentas digitais de acessibilidade na formação atua como um potente instrumento de mediação e aprendizado. Conclui-se que a formação docente voltada a inclusão social deve instrumentalizar o professor para criar ambientes colaborativos, onde as tecnologias educacionais e assistivas operem a partir de uma intencionalidade pedagógica clara no mundo da educação. Consolidando o compromisso ético com a acessibilidade e a autonomia dos estudantes público alvo da Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Formação De Professores; Metodologias Ativas; Educação Inclusiva.

FORMAÇÃO EM INCLUSÃO ESCOLAR: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM GESTÃO NO ENSINO MÉDIO

Ana Clara Souza de Jesus Silva, Juliana Souza de Jesus Silva,

Tércia Souza de Jesus Silva

a-clara@hotmail.com, julianasjs@ufba.br, tercia.souza@hotmail.com

Universidade do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia

Resumo: A educação inclusiva é uma área que vem tendo um crescimento bastante significativo no Brasil, tanto em termos de formação de profissionais, quanto em termos de legislação. Contudo, no cotidiano da população, o conhecimento acerca da área da inclusão e temas correlatos ainda é muito ignorado, no sentido escassez de informações e diálogos que envolvam a população em geral com a temática, para além de ficar restrito a instituições especializadas. Neste sentido, o objetivo deste projeto foi, através do estágio em gestão, promover o tema da inclusão e alguns dos seus múltiplos aspectos para estudantes do primeiro ano do ensino médio, em uma escola de tempo integral do Estado da Bahia. Este é um relato de experiência sobre atividades desenvolvidas em um estágio supervisionado, que utilizou-se de aulões para compartilhar com os estudantes o conceito de inclusão, incluindo leis, questões de acessibilidade, de capacitismo e o que fazer para se tornar uma pessoa inclusiva e um ambiente inclusivo. Para embasar essa prática, foi necessário dialogar com autores como Vygotsky (2007), Galvão Filho (2022), Sassaki (2009), Capellini e Zerbato (2019). Esses aulões foram organizados através de dinâmicas interativas, interação com temas relacionados a atualidade e o cotidiano dos estudantes. Essas formações se mostraram extremamente produtivas, pois os alunos tiveram acesso a uma formação básica inicial, onde interagiram, dialogaram e fizeram reflexões. Ao término da atividade foi possível perceber que os estudantes começaram a divulgar temáticas da formação, entre os pares, profissionais da escola e familiares, disseminando os conhecimentos adquiridos sobre inclusão.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Inclusiva; Ensino Médio.

PRÁTICA PEDAGÓGICA NA CLASSE DOMICILIAR DO GRUPO DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER: ATENDIMENTO EDUCACIONAL A ESTUDANTES ONCO-HEMATOLÓGICO

Kiara Lilian Bernardino de Medeiros Silva, Sheila Cristiane Nogueira Barreto
de Lira, Débora Dayanny de Souza

Kiaramedeiros10@gmail.com, sheilinhabarreto@hotmail.com,
dayannysouza38@gmail.com

Secretaria de Estado da Educação do Esporte e do Lazer – RN
Grupo de Apoio à Criança com Câncer

Resumo: O presente relato de experiência trata a respeito das práticas pedagógicas realizadas na Classe Domiciliar do Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GACC). O trabalho tem como finalidade apresentar discussões acerca do serviço educacional realizado na classe domiciliar do GACC, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Esporte e do Lazer (SEEC/RN). Quando um estudante é diagnosticado com câncer ou doença hematológica no estado do Rio Grande do Norte, a classe domiciliar do GACC possibilita o acesso e/ou a continuidade dos estudos durante o tratamento de saúde, tendo em vista o seu distanciamento da escola regular em virtude da frequente rotina envolvendo consultas, exames e internações. Essa prática contribui com a continuidade do processo de escolarização da criança e com a garantia de direitos educacionais. Para a realização desse relato, adotamos como metodologia a observação participante por atuar como professora dessa classe domiciliar e a partir dos registros realizados no diário de campo foi possível compreender a realidade do atendimento pedagógico dessas crianças e adolescentes. Dessa forma, a classe domiciliar pode ser compreendida como um espaço de garantia de direito à educação, acolhimento, inclusão e escuta sensível aos estudantes e familiares. Essa prática pedagógica vem contribuindo com a diminuição da evasão e repetência escolar dos estudantes em tratamento onco-hematológico assistidos pelo GACC, em parceria com a SEEC/RN.

Palavras-chave: Prática Pedagógica; Classe Domiciliar; Tratamento Onco-Hematológico.

ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Luanna Laine Oliveira Martins, Cláudio Correia de Oliveira Neto
Luannalaine12@gmail.com, pp.npp.claudio.neto@gmail.com

Diretoria de Educação à Distância da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

Resumo: A alfabetização, que envolve aprendizagens essenciais para a inclusão, participação e atuação do sujeito na sociedade e no mundo, é um processo a ser concluído até o terceiro ano do Ensino Fundamental, conforme a Base Nacional Comum Curricular (2018). Contudo, é expressiva a quantidade de alunos que chegam aos Anos Finais com habilidades incompletas de leitura e escrita, destacando-se, nesse grupo, os estudantes público-alvo da Educação Especial, o que limita significativamente as condições de acesso ao conhecimento e a participação plena no espaço escolar. Diante dessa realidade, esse trabalho propõe-se a realizar uma discussão sobre a intersecção entre Alfabetização Tardia, Anos Finais do Ensino Fundamental e Educação Especial e Inclusiva, com base na experiência de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Municipal Vereador José Sotero, em Natal/RN. A metodologia é composta pelo relato de experiência das vivências dos professores do AEE que realizar o apoio pedagógico complementar aos estudantes com necessidades relacionadas à alfabetização, bem como por revisão bibliográfica da legislação educacional e de referenciais teóricos que dialogam com a temática do trabalho, como Ferreiro (2011), Vygotsky (2007) e Freire (2009). Os resultados permitem refletir sobre os desafios enfrentados pelos estudantes não alfabetizados, como as barreiras metodológicas, a ausência de acessibilidade curricular e o capacitismo, como também revelam as possibilidades desse processo de alfabetização nos Anos Finais, como a valorização do repertório sociocultural do aluno, a mediação pedagógica e o trabalho colaborativo com os professores da sala regular.

Palavras-chave: Alfabetização Tardia; Anos Finais; Educação Especial E Inclusiva.

GUIA DE LEITURA PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Maria Isabela Duarte Dias Pereira, Elizabeth Romani
isabeladdias11@gmail.com, elizabeth.romani@ufrn.br,

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O desconhecimento dos profissionais da educação quando o tema envolve práticas inclusivas e atividades de leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tem se tornado uma preocupação recente no ambiente escolar. Para pensar essa questão, o produto educacional apresentado objetiva fomentar o processo de orientação e construção de materiais concretos e estruturados de apoio ao docente que promova essas práticas inclusivas a partir de um guia de leitura. Para a concepção do Guia de leitura para bibliotecas escolares na perspectiva inclusiva será realizada uma pesquisa qualitativa, aplicada e quanto aos procedimentos interventiva. O método projetual do Guia será dividido em três fases: problematização, criatividade e avaliação. A primeira e a última fase serão realizadas com a participação de mediadores de leitura e professor dos anos iniciais no ambiente da biblioteca escolar. O produto desenvolvido será disponibilizado na modalidade impressa e digital. Esse Guia se configura como um apoio pedagógico de natureza prática, que norteará as práticas pedagógicas inclusivas e contará com sete eixos de organização do conteúdo. Espera-se que com esse produto a biblioteca escolar e as práticas de leitura se tornem realidade nas escolas e promovam o acesso à leitura para um maior número de estudantes. Dessa forma, almeja-se que as bibliotecas se tornem um espaço utilizado pelos professores e pelos educandos em geral, com o desenvolvimento de atividades didáticas e culturais inclusivas.

Palavras-chave: Educação Especial; Práticas De Leitura; Biblioteca Escolar.

COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA PARA UMA ESTUDANTE SURDA: UM ESTUDO DE CASO

Maria Isabela Duarte Dias Pereira, Elizabeth Walter, Débora R. P Nunes
isabeladdias11@gmail.com, elitany@gmail.com, debora.nunes@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) é uma prática interdisciplinar que utiliza recursos para ampliar a comunicação e favorecer o desenvolvimento da linguagem de pessoas que enfrentam barreiras comunicativas. Embora tradicionalmente empregada para pessoas com necessidades complexas de comunicação, evidências recentes indicam que a CAA também pode favorecer o desenvolvimento da linguagem e da comunicação de pessoas surdas, especialmente em contextos nos quais a Libras não é compartilhada pelos interlocutores. Nesse contexto, este estudo de caso, desenvolvido no âmbito da disciplina de Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFRN, teve como objetivo identificar as necessidades comunicativas de uma estudante surda para subsidiar o desenvolvimento de um recurso de CAA. A estudante participante de 16 anos iniciou a aquisição da Libras tardiamente e apresentava comunicação restrita, predominantemente mediada pela intérprete de Libras. Por meio da aplicação do Protocolo para Avaliação de Habilidades Comunicativas em Situação Escolar (PROT-Escola), de observações sistemáticas e de registros em diário de campo, foram identificadas barreiras comunicativas que restringiam as interações entre a estudante, seus pares e professores. Dessa forma, será desenvolvida uma prancha de CAA com vocabulário funcional, associada à modelagem e ao uso sistemático, para apoiar as interações entre a estudante e seus interlocutores. A prancha visa complementar a comunicação em Libras, ampliando as oportunidades de participação e inclusão escolar.

Palavras-chave: Comunicação Aumentativa E Alternativa; Surdez; Inclusão Escolar.

EXPERIÊNCIAS MULTISSENSORIAIS E ENGAJAMENTO INFANTIL: UMA PROPOSTA INCLUSIVA COM TURMAS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Marielly dos Santos Fernandes Freitas, Linda Carter Souza da Silva,

Maria José Campos Ferreira

mariellyfernandes@gmail.com, linda.carter@nei.ufrn.br, maria@nei.ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Este trabalho descreve uma proposta desenvolvida no âmbito do projeto de extensão “Experiências multis sensoriais e práticas inclusivas na escola das infâncias” do Núcleo de Educação da Infância (NEI/CAP-UFRN), realizada com turmas do 4º ano do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação da UFRN e da Escola Municipal Professora Alzelina de Sena Valença, localizada na cidade de Parnamirim/RN. Fundamentada nos pressupostos da integração sensorial (Ayres, 1972; Rocha; Santos, 2023) e da didática multis sensorial (Ferreira; Camargo; Santos, 2011), a proposta parte da compreensão de que diferentes estímulos sensoriais favorecem a participação, o engajamento e a inclusão das crianças nos processos educativos. Inicialmente, foram realizadas observações nas duas instituições com o objetivo de identificar formas de interação, participação e interesses sensoriais das crianças, especialmente aquelas com Necessidades educacionais específicas (NEE) (Brasil, 2008). A partir dessas observações, foram planejadas mediações envolvendo o campo da multis sensorialidade. As ações buscam estimular diferentes sentidos por meio da exploração, investigação e interação coletiva. Os resultados preliminares indicam grande interesse e participação das crianças nas atividades propostas no contexto da observação, especialmente naquelas que envolvem materiais concretos e experiências táteis. Espera-se que o início das mediações no campo da multis sensorialidade contribua para ampliar o repertório sensorial das crianças favorecer a participação nas atividades escolares, fortalecendo assim, práticas pedagógicas inclusivas e promovendo experiências de aprendizagem mais significativas. Tendo em vista que a multis sensorialidade constitui uma importante estratégia para o desenvolvimento de ambientes educacionais mais acessíveis, participativos e sensíveis à diversidade presente no contexto escolar.

Palavras-chave: Multis sensorialidade; Necessidades Educacionais Específicas; Integração Sensorial.

A MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Edenilde Marcelino da Silva Moreira, Maria da Apresentação Barreto
edenildemarcelino1@gmail.com, apresentacao1@hotmail.com

*Programa de Pós-Graduação em Educação Especial,
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte*

Resumo: Trata-se de uma pesquisa sobre a medicalização da infância e suas implicações para práticas pedagógicas na educação Infantil. A produção de conhecimento faz-se oportuna, uma vez que constantemente se apresentam desafios sobre o desenvolvimento infantil no âmbito da escolarização. A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender os discursos e práticas que sustentam a medicalização da infância no contexto da Educação Infantil e se estrutura com objetivos específicos: investigar as percepções de professores e demais profissionais da educação acerca da medicalização; conhecer as práticas desenvolvidas pelos participantes da pesquisa e criar um produto educacional em forma de Portfólio Colaborativo com vistas às práticas inclusivas. Este material visual, ficará a disposição para todas as pessoas que frequentam a sala de planejamento e registrará as situações em que surgem discursos medicalizantes, transformados em narrativas reflexivas, identificação de alternativas pedagógicas humanizadora. A investigação será desenvolvida junto a um grupo de professores de uma escola pública, situada no interior do Rio Grande do Norte. No momento encontra-se em fase de revisão bibliográfica sobre o tema da medicalização da infância e metodologicamente utilizará uma abordagem qualitativa e colaborativa, de caráter exploratório e intervencionista, para compreender sobre medicalização na Educação Infantil. A coleta de dados será por meio questionário e círculos de diálogos com os professoras e coordenadoras da instituição e a análise dos resultados se dará através do agrupamento das informações em eixos de análise. Espera-se como resultado que aconteça uma ampliação do conhecimento que se concretize em práticas educativas mais inclusivas e menos medicalizantes.

Palavras-chave: Medicalização Da Infância; Práticas Inclusivas; Educação Infantil.

FORMAÇÃO EM SERVIÇO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

Marcone Arruda de Almeida, Eduardo José Manzini
marcone.almeida.073@ufrn.edu.br, eduardo.manzini@unesp.br

*Programa de Pós-Graduação em Educação Especial,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Resumo: A acessibilidade arquitetônica nos parques escolares configura um desafio persistente na Educação Infantil, especialmente em instituições públicas cujos prédios foram edificadas sem contemplar a diversidade funcional das crianças. Nesse cenário, é perceptível para os professores a exclusão de determinados alunos nas atividades de brincar, mas raramente dispõem de repertório técnico suficiente para nomear e mapear as barreiras presentes. Esta pesquisa investiga de que forma uma formação em serviço pode ampliar as competências docentes para a identificação de barreiras físicas em parques infantis de escolas de Educação Infantil da rede pública. Trata-se de investigação de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, desenvolvida em escolas participantes com professores e gestores escolares. O percurso metodológico articula entrevistas semiestruturadas com os professores, instrumentos de autoavaliação aplicados antes e após a formação, reconhecimento dos espaços recreativos e mapeamento de barreiras por meio de protocolo de observação específico. A formação está organizada em três módulos: identificação de pontos de perigo, conceitos de acessibilidade e inclusão na Educação Infantil e uso do protocolo de observação. O referencial teórico ancora-se em Vygotsky, Sassaki, Manzini e Corrêa, além da Lei Brasileira de Inclusão e da ABNT NBR 9050. Como produto educacional, será produzido um material orientador digital voltado ao uso do protocolo em contextos formativos. Espera-se que a pesquisa contribua para que a acessibilidade deixe de ser tratada como questão exclusivamente técnica ou de infraestrutura, passando a integrar a cultura pedagógica das escolas e ampliando concretamente as condições de participação das crianças com deficiência nos espaços de brincar.

Palavras-chave: Educação Especial; Acessibilidade; Educação Infantil.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES E LACUNAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA (2012–2024)

Maria Tereza Gonçalves Lemos Dantas, Jacyene Melo de Oliveira Araújo
mariaterezagdantas@gmail.com, jacyenearaujo@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O Atendimento Educacional Hospitalar (AEH) constitui uma importante estratégia de garantia do direito à educação de crianças e adolescentes em situação de adoecimento. Nas últimas décadas, observa-se a ampliação das pesquisas voltadas à Educação Hospitalar, evidenciando o fortalecimento desse campo de investigação no cenário brasileiro. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições e lacunas da produção acadêmica brasileira acerca do Atendimento Educacional Hospitalar e sua interface com a Educação Infantil. Trata-se de um estudo bibliográfico, realizado a partir de levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), considerando produções defendidas entre 2012 e 2024. A busca foi realizada por meio dos descritores “Atendimento Educacional Hospitalar”, “Classe Hospitalar”, “Pedagogia Hospitalar” e “Escolarização Hospitalar”, sendo os estudos selecionados a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Os resultados evidenciam o crescimento e a diversificação da produção acadêmica sobre a temática, contemplando discussões relacionadas à docência em hospitais, à formação de professores, às práticas pedagógicas, à escolarização hospitalar, às narrativas de crianças e docentes, à ludicidade, à escuta da criança e às políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação. As pesquisas analisadas contribuem para a consolidação da Educação Hospitalar como campo de conhecimento e investigação científica. Entretanto, não foram identificados estudos que focalizassem especificamente as práticas docentes da Educação Infantil no AEH. Tal constatação evidencia uma lacuna na produção acadêmica brasileira e reforça a necessidade de ampliar as investigações sobre a constituição das práticas docentes desenvolvidas com crianças pequenas em situação de hospitalização.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Hospitalar. Educação Infantil. Práticas Docentes.

ATENÇÃO PRECOCE E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MATURIDADE SIMBÓLICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Wilthon Nunes de Medeiros Filho, Adriane Cenci, Jacyene Melo de Oliveira
Araújo

wilthon.filho@gmail.com, adricenci@gmail.com, jacyenearaujo@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Bebês e crianças que apresentam sinais de atraso no neurodesenvolvimento, ou que possuam condições de saúde que implicam em condição de deficiência devem por lei serem assistidas tanto pelos dispositivos de saúde, como pelos serviços de educação, com acesso ao ensino regular e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesse sentido, compreendendo que o desenvolvimento da maturidade simbólica é de extrema relevância às crianças, é preciso que os professores da educação infantil possam utilizar-se de estratégias pedagógicas que potencializem o papel do brincar simbólico na infância, a fim de favorecer a cognição e a linguagem. Com a pesquisa, ainda em etapa inicial, objetiva-se, portanto, analisar o uso das estratégias para atenção precoce e para o desenvolvimento da maturidade simbólica na educação infantil no contexto de uma formação docente. Os participantes serão os docentes de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), no município de Santa Cruz/RN. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo intervenção quase-experimental, que contará com técnicas de observação, diário de bordo, gravação, fotografia e produções advindas das práticas formativas com os docentes. Os dados produzidos serão analisados por meio da análise de conteúdo e à luz da perspectiva histórico-cultural. Desse modo, espera-se que os professores da educação infantil compreendam a importância do brincar simbólico aplicando na rotina escolar as estratégias compartilhadas nos encontros formativos, garantindo práticas pedagógicas alinhadas à política atenção precoce, favorecendo ainda o desenvolvimento linguístico-cognitivo.

Palavras-chave: Educação Especial; Atenção Precoce; Maturidade Simbólica.

CORPO EM MÚSICA E MOVIMENTO: PRÁTICAS PEDAGÓGICO MUSICAIS INCLUSIVAS COM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO

INFANTIL

Miraneide da Silva Rangel Benedito, Maristela de Oliveira Mosca
miraneide.benedito@prof.edu.natal.rn.gov.br, maristela@nei.ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A escola contemporânea enfrenta o desafio de repensar seus espaços formativos, de modo que eles não se configurem como repositórios de conteúdos fragmentados e desconectados da realidade das crianças, mas como territórios de experiências inclusivas, estéticas, afetivas, criativas e significativas. Nessa perspectiva, valorizam-se as experiências construídas nos/com os cotidianos infantis na escola, reconhecendo as crianças como sujeitos ativos, produtores de cultura e protagonistas dos processos educativos. Considerando esse contexto, as práticas pedagógico musicais podem apresentar-se como importantes dispositivos de intervenção para uma cultura musical inclusiva, criadora, ativa e transformadora, capaz de promover o desenvolvimento das crianças e favorecer relações de pertencimento, expressão e aprendizagem. Nesse sentido, busca-se analisar práticas pedagógicas musicais inclusivas em uma turma da educação infantil, pelo 'fazersentirpensar' da professora que 'praticasentecria' na perspectiva de aproximar e incluir crianças da educação infantil em práticas envolvendo escuta, criação, movimento, exploração sonora. Para tanto, nos valem de repertórios diversos, trazidos primeiramente pelas crianças, além das danças, brincadeiras, histórias e diferentes manifestações culturais presentes em seus cotidianos. Inspirada na perspectiva cartográfica, a pesquisa pretende acompanhar os movimentos/encontros/afetos/processos que emergem no/com os cotidianos permitindo compreender como as práticas musicais podem potencializar a inclusão, a participação e a criação coletiva. Como desdobramento da pesquisa, propõe-se a elaboração de um guia digital intercultural que sistematize as etapas, experiências e aprendizagens construídas ao longo do percurso, contemplando a produção de repertórios musicais, oficinas inclusivas, encontros intergeracionais e a culminância em um Circuito Artístico-Cultural.

Palavras-chave: Práticas Pedagógico Musicais; Práticas Docentes Inclusivas; Cotidianos Infantis.

CATÁLOGO DE ATIVIDADES E JOGOS ADAPTADOS COMO ESTRATÉGIA DE APOIO PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Valdione Cordeiro de Almeida, Juliana Souza de Jesus Silva
c.valdione@yahoo.com.br, julianasouzaufrib@gmail.com

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Serrinha-BA

Resumo: A educação inclusiva é um direito humano fundamental e um compromisso inegociável da escola, e vai além da garantia de matrícula de estudantes com deficiência na rede regular de ensino, trata-se de assegurar condições reais de acesso, permanência, participação e aprendizagem para todos, com respeito às singularidades. Apesar dos avanços legais e teóricos, ainda é comum encontrar barreiras atitudinais, comunicacionais e pedagógicas no cotidiano escolar. Neste sentido, este trabalho apresenta resultados da elaboração de um catálogo sobre atividades e jogos inclusivos com ênfase na deficiência física (DF), desenvolvido no âmbito do componente curricular DF: Conceituação, Estratégias e Possibilidades, da Segunda Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva do IFBaiano-Serrinha. Este catálogo buscou apresentar de forma clara e objetiva, com base nos princípios da educação inclusiva, adaptações de atividades para atender às necessidades específicas das pessoas com DF, destacando como as atividades e jogos adaptados podem ser utilizados para promover a inclusão, atendendo às necessidades específicas das pessoas com DF, incluindo a utilização de recursos de Tecnologia Assistiva, considerando as necessidades e habilidades específicas de cada indivíduo. As atividades e jogos apresentados no catálogo foram: Prancha Editável de Nome; Geoplano adaptado; Pizza com Pregadores; Quebra cabeça com sílabas adaptado; Dominó Multissensorial; Pescaria adaptado; Encaixe de Canudos; Torre adaptada e Encaixe de Palitos. Estes materiais foram replicados em sala de aula, utilizando materiais de baixo custo e fazendo as adaptações adequadas em materiais comercialmente disponíveis. Em seguida, foram apresentados e explicados para os alunos, que puderam experimentar na prática, aprendendo e se divertindo.

Palavras-chave: Inclusão; Catálogo; Deficiência Física.

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ENSINO MÉDIO

Nivea Samelly da Cunha Rocha
nivea.1411586@educar.rn.gov.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A inclusão escolar dos estudantes Público-alvo da Educação Especial (PAEE) na escola comum requer o desenvolvimento de práticas pedagógicas acessíveis que favoreçam sua participação e aprendizagem. No contexto do ensino médio, muitos professores relatam dificuldades na elaboração de atividades e avaliações acessíveis, em razão da limitada formação sobre Educação Inclusiva e acessibilidade pedagógica. Essa realidade evidencia a necessidade de fortalecer o Ensino Colaborativo (coensino) entre os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os docentes das diferentes áreas do conhecimento, para favorecer a construção de estratégias pedagógicas inclusivas. Nesse contexto, este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento, de abordagem qualitativa e com características de pesquisa-ação, realizada com professores de uma escola pública estadual. O estudo tem como objetivo elaborar uma proposta formativa voltada aos docentes do ensino médio para apoiar a construção de atividades e avaliações inclusivas destinadas aos estudantes PAEE. Fundamenta-se nos pressupostos da Educação Inclusiva, do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e do Ensino Colaborativo. Como Produto Educacional, será elaborado um guia formativo digital com orientações práticas, exemplos de adaptações e critérios para a elaboração de atividades acessíveis, incorporando princípios do DUA e possibilidades pedagógicas inspiradas na abordagem STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics), que valoriza a integração entre diferentes áreas do conhecimento, a resolução de problemas, a criatividade e a participação ativa dos estudantes. Espera-se que a proposta contribua para o fortalecimento das práticas inclusivas, ampliando a autonomia docente e promovendo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes PAEE.

Palavras-chave: Educação Especial; Formação Docente; Ensino Colaborativo; Desenho Universal Para Aprendizagem; Abordagem STEAM.

A AFETIVIDADE NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Patrícia Gomes de Mello

patricia.mello@urca.br

Instituto Federal do Ceará, Universidade Regional do Cariri – RN

Resumo: Este trabalho visa destacar a importância da afetividade na formação docente mostrando, na prática, como ocorre essas formas de afetividade e como isso impacta na formação do futuro professor. A pesquisa é de cunho bibliográfica e aplicada e está sendo desenvolvida nas práticas pedagógicas na disciplina de Educação Inclusiva do curso de Letras/espanhol do IFCE – campus Crato. Nos resultados esperamos constatar, comprovar e sugerir que é através da afetividade que a educação inclusiva pode, de fato, conseguir ser inclusiva através de vivências dialógicas; e para tanto, estamos usando autores como Bakhtin e o Círculo (2010), Henri Wallon (1960), Bell Hooks (2022) entre outros, como embasamento teórico.

Palavras-chave: Formação De Professores; Educação Inclusiva; Vivências Dialógicas.

O ENSINO COLABORATIVO COMO PRÁTICA INCLUSIVA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA TURMA DO 8º ANO

Renata da Silva Santos Goes, Maura Moreira da Silva Góes,
Juliana Souza de Jesus Silva
renatasantaluz2@gmail.com, mauramoreiras@hotmail.com,
julianasjs@ufba.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Serrinha-BA

Resumo: A disciplina Estágio Supervisionado I, do curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva, tem como proposta articular teoria e prática por meio da observação, participação e intervenção pedagógica em contextos inclusivos, com ênfase no ensino colaborativo. Nesse contexto, a educação inclusiva requer estratégias que garantam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. O presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência de estágio supervisionado em uma turma do 8º ano do Ensino Fundamental, evidenciando as contribuições do ensino colaborativo para a inclusão escolar. Trata-se de um relato de experiência realizado em uma escola pública municipal do interior da Bahia, durante o Estágio Supervisionado I do curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal Baiano (IF Baiano), Campus Serrinha, vinculado ao PARFOR Equidade. A turma contava com uma estudante público da Educação Especial, com Síndrome de Down e Deficiência Intelectual, não oralizada e não alfabetizada. As atividades foram planejadas de forma colaborativa, utilizando princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, recursos visuais, materiais concretos, comunicação alternativa e adaptações pedagógicas. Os resultados evidenciaram que o ensino colaborativo favoreceu a participação da estudante, ampliou a aprendizagem e fortaleceu o trabalho conjunto entre os profissionais. Observou-se maior engajamento dos estudantes, valorização das diferenças, fortalecimento das práticas inclusivas, avanços na interação social, participação coletiva e autonomia, durante as atividades propostas. Conclui-se que o ensino colaborativo constitui estratégia relevante para a promoção da inclusão escolar e para a construção de práticas pedagógicas acessíveis e participativas no Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Ensino Colaborativo; Inclusão Escolar; Educação Especial.

MÃOS QUE ABRAÇAM E GESTOS QUE PROTEGEM: PRÁTICAS INCLUSIVAS PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Sara Santos Martins, Mábia Fernandes Silva, Fernanda Maria da Silva
Cardeal

sara.martins@urca.br, mabia.silva@urca.br, fernanda.cardeal@urca.br

Universidade Regional do Cariri – RN – PARFOR Equidade

Resumo: O projeto Mãos que Abraçam e Gestos que Protegem está sendo desenvolvido na Escola de Ensino Infantil e Ensino Fundamental de Tempo Integral Pastoral do Menor, no município de Crato-CE, com estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, durante o período de março a novembro de 2026. A proposta tem como objetivo promover uma cultura escolar inclusiva e pacífica, fundamentada no respeito às diferenças, na equidade e no combate ao racismo, ao capacitismo e a outras formas de preconceito. A metodologia adotada baseia-se nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), contemplando múltiplas formas de engajamento, representação e expressão. As ações desenvolvidas incluem atividades lúdicas e transdisciplinares, como o Varal da Identidade, o Circuito dos Sentidos, a Árvore dos Afetos, oficinas de Libras e Braille, sessões de cinema inclusivo e a construção coletiva de murais temáticos. A avaliação ocorre de forma contínua e formativa, por meio da observação das interações, do registro das produções e da autoavaliação dos estudantes. Espera-se, como resultado, o fortalecimento da empatia e a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Cultura De Paz; Desenho Universal Para A Aprendizagem.

DOCÊNCIA ASSISTIDA NA FORMAÇÃO DE MESTRANDOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Soraia Alves Santos, Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva

soraia.santos.027@ufrn.edu.br, katiene.pessoa@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A Docência Assistida configura-se como um importante dispositivo formativo nos programas de pós-graduação stricto sensu, ao promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e favorecer a construção da identidade docente no ensino superior. No âmbito da Educação Especial, essa experiência contribui para a formação de professores comprometidos com os princípios da educação inclusiva, ao possibilitar a aproximação entre os referenciais teóricos da área e a prática pedagógica. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar e analisar a experiência desenvolvida durante a Docência Assistida no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na disciplina Fundamentos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, sob a supervisão da professora Dra. Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva. Trata-se de um relato de experiência, fundamentado nas atividades desenvolvidas ao longo do componente curricular. A atuação compreendeu o planejamento das aulas, a elaboração de materiais didáticos, a mediação de discussões, o acompanhamento das atividades acadêmicas e a condução de momentos formativos voltados à compreensão dos fundamentos históricos, legais, políticos e pedagógicos. A experiência possibilitou o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento didático, à mediação pedagógica, à avaliação da aprendizagem, à comunicação acadêmica e à articulação entre teoria e prática. Conclui-se que a Docência Assistida constitui um espaço privilegiado à formação para a docência no ensino superior e contribuindo para a formação inicial de professores críticos, reflexivos e comprometidos com a construção de sistemas educacionais inclusivos, equitativos e socialmente referenciados.

Palavras-chave: Docência Assistida; Formação Docente; Educação Especial.

RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DE NÍSIA FLORESTA/RN: ELABORAÇÃO DE UM GUIA FORMATIVO PARA PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Sheyla Ferreira da Silva, Débora Deliberato
sheyla.anglicana@gmail.com, debora.deliberato@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo elaborar um Guia Formativo destinado aos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir da identificação e categorização dos recursos de Tecnologia Assistiva existentes nas Salas de Recursos Multifuncionais do município de Nísia Floresta/RN. O estudo parte da compreensão de que a disponibilidade desses recursos não garante, por si só, sua utilização no atendimento aos estudantes com deficiência, evidenciando a necessidade de ações formativas que ampliem o conhecimento dos professores sobre esses materiais e suas possibilidades de uso. A investigação está fundamentada no campo da Tecnologia Assistiva, compreendida como uma área do conhecimento que envolve recursos, estratégias e serviços destinados a promover a autonomia, a participação e a inclusão das pessoas com deficiência nos diferentes contextos sociais e educacionais. Nessa perspectiva, a pesquisa estabelece interlocução com as experiências desenvolvidas no projeto Pró-Humanidades e com os recursos produzidos no Laboratório de Tecnologia Assistiva (LATECE/CE/UFRN), que contribuirão para a elaboração do produto educacional e para a ampliação do repertório de recursos contemplados no estudo. Inicialmente, será elaborado e aplicado um formulário eletrônico com o objetivo de identificar e categorizar os recursos de Tecnologia Assistiva existentes nas Salas de Recursos Multifuncionais do município de Nísia Floresta. As informações obtidas contribuirão para a análise desses recursos e para sua articulação com os conhecimentos produzidos por profissionais da Educação Especial do projeto Pró-Humanidades e no LATECE, subsidiando a elaboração do Guia Formativo, que reunirá orientações e descrições de recursos de Tecnologia Assistiva para apoiar os professores do AEE.

Palavras-chave: Educação Especial; Formação De Professores; Comunicação Aumentativa E Alternativa.

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E TECNOLOGIA ASSISTIVA NA INCLUSÃO DE UM ALUNO COM SÍNDROME ALCOÓLICA FETAL

Taynar Pereira Sodré, Débora Regina de Paula Nunes
taynarsodre@gmail.com, Débora.nunes@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Este relato de experiência descreve a vivência de uma estudante de Pedagogia no acompanhamento de um estudante com Síndrome Alcoólica Fetal (SAF) em uma escola pública de Natal/RN. A SAF integra os Transtornos do Espectro Alcoólico Fetal e resulta da exposição pré-natal ao álcool, podendo ocasionar alterações cognitivas, comportamentais e neurológicas que repercutem na aprendizagem, na comunicação e na participação escolar. O estudo teve como objetivo analisar as contribuições da mediação pedagógica e da Tecnologia Assistiva para favorecer a inclusão escolar do estudante. Trata-se de um estudo de caso descritivo, de abordagem qualitativa, desenvolvido em uma escola municipal de Ensino Fundamental. Participaram da experiência uma estagiária do curso de Pedagogia e um estudante de 14 anos, matriculado no 7º ano do Ensino Fundamental, com diagnóstico de SAF, histórico de dificuldades de aprendizagem, frequência escolar irregular e atendimento no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os dados foram produzidos por meio de observações sistemáticas, registros em diário de campo, cadernos de estágio e documentos pedagógicos elaborados durante o acompanhamento. As ações envolveram observação do contexto escolar, planejamento de estratégias pedagógicas, adaptação de atividades e desenvolvimento de um recurso de Tecnologia Assistiva de baixo custo para apoiar a escrita. Os resultados evidenciaram barreiras atitudinais, ausência de planejamento pedagógico individualizado e práticas de adaptação pouco articuladas ao currículo. Em contrapartida, a utilização da Tecnologia Assistiva, associada à mediação pedagógica, favoreceu a participação, o engajamento e a autonomia do estudante nas atividades escolares. Conclui-se que a integração da Tecnologia Assistiva ao planejamento pedagógico constitui uma estratégia promissora para promover a inclusão e a aprendizagem de estudantes com SAF, além de contribuir para a formação inicial de professores.

Palavras-chave: Síndrome Alcoólica Fetal; Tecnologia Assistiva; Educação Inclusiva; Mediação Pedagógica; Formação Docente.

ROBÓTICA DE BAIXO CUSTO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA INTERAÇÃO E APOIO A CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UMA PROPOSTA INICIAL

Mateus da Costa Furtado, Raul Benites Paradedá,

Anderson Abner de Santana Souza

mateusfurtado@alu.uern.br, raulparadedá@uern.br, andersonabner@uern.br

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo: A utilização de tecnologias assistivas tem ampliado as possibilidades de inclusão e participação de estudantes com necessidades educacionais especiais em diferentes contextos educacionais. Nesse cenário, a robótica apresenta potencial para favorecer processos de interação, comunicação e engajamento em atividades pedagógicas e comunicativas, embora muitas soluções comerciais possuam custo elevado e difícil acesso para instituições públicas e famílias. Este trabalho apresenta uma proposta de desenvolvimento de um robô de baixo custo concebido para atuar como plataforma de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de aplicações voltadas à tecnologia assistiva, denominado Roboldo. O projeto emprega componentes eletrônicos de baixo custo, amplamente disponíveis no mercado e arquitetura modular, permitindo expansões com sensores, câmeras e algoritmos de inteligência artificial para interação com usuários. A proposta busca oferecer uma alternativa economicamente viável para investigação de estratégias de mediação pedagógica, estímulo à comunicação, realização de atividades lúdicas e incentivo ao desenvolvimento cognitivo e socioemocional de crianças com necessidades especiais. Além da redução dos custos de implementação, o sistema pretende facilitar sua replicação por instituições de ensino e grupos de pesquisa com recursos limitados. Embora ainda esteja em fase de desenvolvimento e sem validação experimental com o público-alvo, a iniciativa apresenta potencial para contribuir com pesquisas em acessibilidade e tecnologia assistiva, promovendo a democratização do acesso à robótica educacional e incentivando o desenvolvimento de soluções abertas e adaptáveis às diferentes demandas da educação inclusiva.

Palavras-chave: Robótica Social; Tecnologia Assistiva; Interação Humano-Robô.

O MAPA GEOGRÁFICO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA DE BAIXA COMPLEXIDADE: PROPOSTA DE PROJETO DE MESTRADO

Erielma Carvalho da Fonseca, Pedro Luiz dos Santos Filho
erielmacf.83@gmail.com; pedro.filho@ufrn.br

*Programa de Pós-Graduação em Educação Especial,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Resumo: Este estudo descreve a nossa proposta de projeto a ser desenvolvida no mestrado objetivando evidenciar o potencial do mapa geográfico como tecnologia assistiva de baixa complexidade nos processos de aprendizagem de estudantes surdos. A educação de surdos enfrenta desafios na mediação pedagógica, especialmente pela necessidade de aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1) e do Português como segunda língua (L2), o que pode intensificar barreiras comunicacionais. Frequentemente, materiais didáticos genéricos falham em conectar o conteúdo curricular às vivências particulares dos alunos. Diante dessa lacuna, a pesquisa objetiva analisar o mapa enquanto instrumento de acessibilidade comunicacional, capaz de criar pontes entre o cotidiano do sujeito e os saberes escolares. O trabalho adota uma abordagem qualitativa, fundamentada nos princípios da pesquisa-ação. A investigação ocorrerá em uma turma da 1ª série do Ensino Médio na cidade de Macaíba (RN), tendo como participantes um estudante surdo e professores. Os dados serão produzidos por meio de observação participante, análise documental dos mapas e registros de ações. Espera-se compreender o funcionamento do mapa como ferramenta de mediação imagética e visual. Como resultado, será desenvolvido um produto educacional pedagógico, baseado no uso do mapa como tecnologia assistiva de baixa complexidade, voltado à mediação do processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos.

Palavras-chave: Educação De Surdos; Tecnologia Assistiva; Mapa Geográfico; Mediação Pedagógica; Pesquisa-Ação.

RESUMOS EXPANDIDOS

EIXO 1

Educação, Tecnologia Assistiva,
Acessibilidade e Cultura

O ESCURO TAMBÉM PRODUZ HORIZONTES: INSTALAÇÕES GEOGRÁFICAS SOBRE PERCEPÇÃO, AUSÊNCIA, MEMÓRIA E AS MÚLTIPLAS FORMAS DE HABITAR O ESPAÇO

Ana Célia da Silva, Lidiana Gonçalves da Silva, Alexandre Ribeiro da Silva
anreviro2020@gmail.com, lidiane.goncalvs05@gmail.com,
alexandre.geografiaribeiro@gmail.com

*Universidade Regional do Cariri, Secretaria de Educação do Estado do
Ceará*

Introdução

A educação inclusiva demanda práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças humanas como elementos constitutivos do processo educativo. Nesse contexto, a criatividade emerge como uma capacidade de produzir novas formas de compreender e representar a realidade, possibilitando experiências de aprendizagem mais significativas. Para Ostrower (2010), criar significa atribuir novas formas e sentidos às experiências vividas, articulando percepção, imaginação e materialização. Na perspectiva educacional, a criatividade constitui importante ferramenta para o desenvolvimento de metodologias que valorizem a diversidade e ampliem as possibilidades de participação dos estudantes.

As instalações geográficas surgem nesse cenário como uma metodologia que articula conhecimento científico, linguagem artística e experiência sensorial. Segundo Ribeiro (2014), as instalações geográficas consistem na representação criativa de conteúdos por meio de signos, símbolos e objetos que possibilitam processos de reflexão, ação e materialização do conhecimento geográfico. Essa metodologia favorece abordagens multissensoriais e inclusivas, especialmente para estudantes com deficiência visual, ao estimular diferentes formas de percepção e construção de significados.

Inspirada nessa perspectiva, a experiência intitulada “O Escuro Também Produz Horizontes: Instalações Geográficas Sobre Percepção, Ausência, Memória e as Múltiplas Formas de Habitar o Espaço” foi desenvolvida na disciplina Procedimentos de Ensino e Aprendizagem na Perspectiva Inclusiva: Estudantes com Deficiência Visual, do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Regional do Cariri (URCA). A proposta buscou discutir como a ausência da visão não implica ausência de percepção, mas a possibilidade de outras formas de experienciar, compreender e habitar os espaços. Fundamentada nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), a atividade procurou ampliar os meios de engajamento, representação e expressão dos estudantes, promovendo acessibilidade e participação de todos os envolvidos.

Objetivo

Analisar as contribuições das instalações geográficas como estratégia pedagógica inclusiva para a compreensão das múltiplas formas de percepção, memória e habitação do espaço, a partir de uma experiência desenvolvida com estudantes do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Regional do Cariri (URCA), fundamentada nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Método

A pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência com abordagem qualitativa, de natureza exploratória, descritiva e explicativa, inspirada nos pressupostos da pesquisa-ação, que compreende a construção coletiva do conhecimento por meio da participação ativa dos sujeitos envolvidos.

A atividade foi realizada durante a disciplina Procedimentos de Ensino e Aprendizagem na Perspectiva Inclusiva: estudantes com deficiência visual. Inicialmente, ocorreu um momento de sensibilização conduzido pelo professor da disciplina, envolvendo discussões sobre deficiência visual, percepção espacial, inclusão, acessibilidade e criatividade. Em seguida, foram

apresentados os conceitos de criação, criatividade e instalações geográficas, destacando sua potencialidade como metodologia inclusiva de ensino.

Posteriormente, os estudantes participaram de rodas de conversa e debates teóricos sobre os modos de percepção das pessoas com deficiência visual, refletindo sobre memória, ausência, sentidos remanescentes e construção subjetiva dos espaços. Após essa etapa, realizou-se uma distribuição temática entre os grupos, seguida de processos de pesquisa, brainstorming, discussão coletiva e elaboração de propostas criativas para a construção das instalações.

A sequência didática foi organizada em quatro momentos principais:

1. Discussão teórica, envolvendo estudos sobre deficiência visual, criatividade, DUA e instalações geográficas;
2. Elaboração de uma produção textual
3. Momento da teia de ideias: escolha de materiais e construção simbólica dos conceitos trabalhados;
4. Construção e exposição das instalações geográficas, culminando na socialização dos trabalhos produzidos.

Os materiais utilizados foram selecionados pelos próprios estudantes e incluíram tecidos, objetos táteis, cordas, elementos naturais, materiais recicláveis e recursos simbólicos capazes de representar conceitos relacionados à memória, ausência, acessibilidade, pertencimento e habitar.

Todas as instalações foram confeccionadas sobre bases de travesseiros, e a exposição foi organizada em uma das árvores localizadas no jardim do campus CRAJUBAR-URCA.

Resultados Preliminares

A experiência evidenciou que as instalações geográficas constituem uma metodologia possível para a construção de aprendizagens inclusivas. O processo de criação favoreceu a participação ativa dos estudantes,

promovendo reflexões sobre as diferentes formas de perceber o mundo e compreender o espaço para além da experiência visual.

Durante as discussões, os participantes passaram a problematizar concepções tradicionalmente associadas à deficiência visual, compreendendo que a percepção espacial pode ser construída por meio de múltiplas formas sensoriais. Os debates permitiram reconhecer que sons, texturas, temperaturas, odores e memórias também produzem formas legítimas de leitura e interpretação dos espaços.

A construção das instalações possibilitou a articulação entre teoria e prática, favorecendo processos de investigação, criatividade e produção coletiva do conhecimento. As obras elaboradas apresentaram diferentes representações sobre ausência, memória, invisibilidade social, acessibilidade e pertencimento, demonstrando a capacidade dos estudantes de transformar conceitos abstratos em experiências concretas e sensoriais.

Observou-se ainda que os princípios do DUA contribuíram para ampliar as possibilidades de participação dos estudantes, oferecendo diferentes meios de engajamento, representação e expressão. A diversidade de materiais, linguagens e formas de comunicação favoreceu a construção de ambientes mais acessíveis e colaborativos.

A exposição das instalações promoveu momentos de diálogo entre os participantes e a comunidade acadêmica, ampliando a compreensão sobre inclusão, acessibilidade e os múltiplos modos de habitar o espaço. O título da experiência - O Escuro Também Produz Horizontes - sintetizou a compreensão construída ao longo do processo: a ausência da visão não representa ausência de conhecimento, mas a possibilidade de outras formas de percepção e existência.

Conclusões preliminares

Os resultados indicam que as instalações geográficas constituem uma metodologia inovadora e inclusiva, capaz de promover experiências significativas de ensino e aprendizagem. Ao integrar criatividade, percepção sensorial e construção coletiva do conhecimento, essa abordagem favorece o

desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da educação inclusiva e do Desenho Universal para a Aprendizagem.

A experiência permitiu compreender que a deficiência visual não limita a produção de conhecimentos sobre o espaço, mas evidencia a necessidade de ampliar as formas de ensinar e aprender. As instalações geográficas mostraram-se capazes de estimular a reflexão crítica, a criatividade e a valorização das diferenças, contribuindo para a formação de futuros profissionais comprometidos com uma educação acessível e socialmente inclusiva.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY (CAST). **Desenho Universal para a Aprendizagem**: diretrizes para acessibilidade curricular. Wakefield: CAST, 2018.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Emerson. **Processos criativos em Geografia**: metodologia e avaliação para a sala de aula em instalações geográficas. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

SILVA, Alexandre Ribeiro da. **Instalações geográficas**: uma contribuição ao ensino e à aprendizagem da geografia para alunos com deficiência **visual**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Regional do Cariri, Crato, 2019.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A imaginação e a criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.

VYGOTSKY, Lev S. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COM UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Carmélia Ferreira de Araujo, Débora Deliberato, Rayne Augusta de Moraes
melinhapb@gmail.com, debora.deliberato@gmail.com,
rayne.morais.017@ufrn.edu.br

*Programa de Pós-Graduação em Educação Especial e Departamento de
Fonoaudiologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Introdução

A inclusão escolar de estudantes da Educação Especial constitui um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas educacionais na contemporaneidade. Os avanços legislativos ocorridos nas últimas décadas, impulsionados por documentos nacionais e internacionais voltados à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, têm reforçado a necessidade de construção de práticas pedagógicas capazes de assegurar não apenas o acesso à escola, mas também a participação efetiva e a aprendizagem desses estudantes (Brasil, 2008, 2015).

Nesse contexto, a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) destaca-se como importante recurso de Tecnologia Assistiva destinado a ampliar as possibilidades de comunicação de pessoas com necessidades complexas de comunicação. A CAA engloba técnicas, diferentes recursos, estratégias e sistemas simbólicos que auxiliam ou substituem a linguagem oral, favorecendo a participação em diferentes contextos sociais e educacionais (Deliberato; Gonçalves; Manzini, 2024).

Entre os estudantes que podem se beneficiar desses recursos encontram-se aqueles com Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista (TEA), condições que podem repercutir no desenvolvimento da linguagem, da interação social e da comunicação funcional. A literatura apontou que a contação de histórias e a leitura compartilhada constituem

práticas relevantes para o desenvolvimento da linguagem e da participação de crianças com deficiência, especialmente quando associadas ao uso de recursos acessíveis (Deliberato; Ferreira-Donati, 2020). Além disso, estudos têm destacado a importância da parceria entre família e escola para potencializar os efeitos das intervenções e favorecer a generalização das habilidades desenvolvidas para diferentes ambientes (Deliberato; Gonçalves; Manzini, 2024).

Objetivo

Descrever e analisar a implementação de ações colaborativas entre escola e família utilizando recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa e Tecnologia Assistiva para promover a participação e as habilidades comunicativas de um aluno com Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista por meio da contação de histórias adaptada.

Método

Trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, desenvolvido no âmbito do projeto de formação de profissionais da Educação Especial na perspectiva colaborativa, financiado pelo Programa PRÓ-HUMANIDADES/CNPq (Processo nº 420.283/2022-6) e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer nº 6.169.452. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal localizada no interior do Rio Grande do Norte. Participaram do estudo um aluno identificado pelo nome fictício Pedro, sua mãe, a professora regente, bolsistas das áreas de Fonoaudiologia e Pedagogia e uma pesquisadora da área de Educação Especial. No início do acompanhamento, o estudante tinha sete anos de idade, apresentava diagnóstico de Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista, ausência de fala funcional e utilização predominante de gestos, expressões faciais e vocalizações contextuais para comunicação. Inicialmente foram realizados procedimentos de avaliação das habilidades comunicativas do estudante, observações na escola e no ambiente domiciliar, entrevistas com familiares e professores e aplicação de instrumentos destinados à identificação de demandas de participação. Com base nas informações coletadas, foram

organizadas reuniões colaborativas com a família e a equipe escolar para definição das metas de intervenção.

Em seguida, foram produzidos recursos de baixa e média tecnologia, incluindo pranchas temáticas de comunicação, painéis de rotina, materiais para atividades escolares e livros adaptados com símbolos gráficos de Comunicação Aumentativa e Alternativa. As intervenções ocorreram tanto no ambiente escolar quanto no contexto familiar, envolvendo atividades de leitura compartilhada, contação de histórias adaptadas e utilização dos recursos em situações naturais de comunicação. O acompanhamento das ações ocorreu por meio de registros em diário de campo, fotografias, vídeos, relatos da família e observações sistemáticas da equipe.

Resultados preliminares

Os resultados evidenciaram que a utilização da Comunicação Aumentativa e Alternativa associada à contação de histórias favoreceu a ampliação da participação do estudante em diferentes contextos. Inicialmente observou-se que a mãe apresentava expectativas centradas principalmente na alfabetização convencional, demonstrando pouco conhecimento sobre o potencial dos recursos de comunicação alternativa. Ao longo do processo de intervenção, verificou-se maior compreensão acerca da importância da CAA para o desenvolvimento comunicativo do filho e maior envolvimento da família na utilização dos recursos produzidos.

A comunicação sistemática entre pesquisadores, professores e familiares, realizada por meio de encontros presenciais, visitas domiciliares e aplicativos de mensagens, contribuiu para fortalecer a parceria entre escola e família. Em relação aos recursos desenvolvidos, destacaram-se as pranchas de comunicação relacionadas à alimentação e aos momentos de leitura, elaboradas a partir dos interesses identificados durante a avaliação inicial. A utilização desses materiais favoreceu a realização de escolhas, a expressão de preferências e a participação em atividades cotidianas. Observou-se que o interesse do estudante pelos contextos alimentares favoreceu a aceitação inicial dos recursos de CAA, aspecto que orientou a ampliação gradual do vocabulário utilizado nas atividades de leitura.

A partir desse interesse, novos símbolos e conceitos foram incorporados às narrativas adaptadas, ampliando as oportunidades de comunicação e participação durante as atividades pedagógicas. Durante as sessões de contação de histórias, observou-se aumento do interesse do estudante pelos livros adaptados, maior tempo de permanência nas atividades e ampliação das interações com os mediadores. Embora a linguagem oral permanecesse limitada, o estudante passou a utilizar de forma mais consistente os símbolos gráficos, os gestos e os apontamentos para expressar intenções comunicativas e participar das narrativas. Também foram observadas reduções nos comportamentos de fuga durante atividades mediadas por recursos visuais e vinculadas aos seus interesses.

Os achados corroboram estudos que apontam a Comunicação Aumentativa e Alternativa como importante instrumento para favorecer processos de participação, interação social e aprendizagem de estudantes com necessidades complexas de comunicação (Deliberato; Ferreira-Donati, 2020; Silva, 2025).

Conclusões preliminares

Os resultados obtidos neste estudo evidenciam que a Comunicação Aumentativa e Alternativa, quando integrada a práticas pedagógicas significativas e desenvolvida em parceria com a família, constitui uma estratégia eficaz para favorecer a participação e a inclusão escolar de estudantes com necessidades complexas de comunicação. A utilização de livros adaptados, pranchas de comunicação e atividades de contação de histórias possibilitou a ampliação das oportunidades de interação, expressão e aprendizagem do estudante acompanhado.

A participação ativa da família mostrou-se elemento fundamental para a continuidade das ações e para a generalização das habilidades comunicativas desenvolvidas durante as intervenções. Da mesma forma, o trabalho colaborativo entre professores, pesquisadores e familiares contribuiu para a construção de estratégias mais contextualizadas e alinhadas às necessidades do estudante.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

DELIBERATO, D. Comunicação alternativa na escola: possibilidades para o ensino do aluno com deficiência. *In*: ZABOROSKI, A. P.; OLIVEIRA, J. P. (org.). **Comunicação alternativa para alunos com necessidades educacionais especiais**. Marília: ABPEE, 2013.

DELIBERATO, D.; FERREIRA-DONATI, G. C. **Narração de histórias: recursos e estratégias com a comunicação alternativa**. *In*: AZONI, C. A. S.; LIRA, J. O. (org.). Linguagem e inclusão. São Paulo: Book Toy, 2020.

DELIBERATO, D.; GONÇALVES, M. J.; MANZINI, E. J. (org.). **Formação colaborativa para profissionais da educação especial: tecnologia assistiva e comunicação alternativa na escola**. Marília: ABPEE, 2024.

SILVA, R. D. **Livro acessível na contação de histórias de crianças com necessidades complexas de comunicação**. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: O PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Sara Santos Martins, Mábia Fernandes Silva, Fernanda Maria da Silva
Cardeal

sara.martins@urca.br, mabia.silva@urca.br, fernanda.cardeal@urca.br

Departamento de Educação, Universidade Regional do Cariri

Introdução

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) demanda a revisão das práticas pedagógicas e, especialmente, dos processos avaliativos. A avaliação da aprendizagem deve assumir caráter contínuo, diagnóstico e formativo, permitindo a identificação de avanços, dificuldades e necessidades de adaptação ao longo do percurso escolar. Nessa perspectiva, Libâneo (1994) e Luckesi (2011) defendem que avaliar significa acompanhar o desenvolvimento do estudante e subsidiar intervenções pedagógicas, superando modelos centrados apenas na mensuração de resultados.

No Ensino Fundamental I, a Matemática apresenta desafios específicos devido à sua natureza abstrata e simbólica. Para estudantes com TEA, a compreensão de conceitos matemáticos pode ser favorecida por recursos visuais, materiais concretos, linguagem objetiva e rotinas estruturadas. Entretanto, práticas avaliativas tradicionais, baseadas em instrumentos padronizados e predominantemente quantitativos, tendem a desconsiderar as singularidades desses estudantes, constituindo barreiras à aprendizagem e à participação.

As Tecnologias Assistivas e os recursos pedagógicos adaptados configuram-se como estratégias relevantes para ampliar a comunicação, a autonomia e a expressão do raciocínio lógico-matemático. Apesar dos avanços nas discussões sobre educação inclusiva, ainda são escassos os

estudos que abordam especificamente a avaliação da aprendizagem em Matemática para alunos com TEA nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Diante disso, este estudo investiga como se materializam as práticas avaliativas direcionadas a esses estudantes em uma escola pública de tempo integral no município de Crato, Ceará.

Objetivo

Compreender o processo de avaliação escolar na disciplina de Matemática direcionado aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental I da Escola de Ensino Infantil e Ensino Fundamental de Tempo Integral Pastoral do Menor, em Crato-CE. Especificamente, busca-se analisar os instrumentos avaliativos utilizados, identificar a incorporação de Tecnologias Assistivas e recursos concretos e confrontar as práticas institucionais com as diretrizes legais que orientam a avaliação inclusiva na Educação Básica.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e de campo, fundamentada nos pressupostos de Minayo (2009). A investigação busca compreender significados, percepções e práticas relacionadas à avaliação da aprendizagem de estudantes com TEA no contexto escolar.

A etapa bibliográfica foi desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos e documentos normativos sobre educação inclusiva, ensino de Matemática, avaliação escolar e Tecnologias Assistivas. Entre os principais referenciais utilizados destacam-se Carvalho (2000), Mantoan (2015), Bersch (2017) e Lopes (2023). Também foram analisados dispositivos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 2/2001.

O estudo de campo é realizado na Escola Pastoral do Menor, envolvendo professores regentes do 5º ano, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e estudantes com diagnóstico de TEA. A coleta de dados compreende observação participante das aulas e dos

momentos avaliativos, com registros em diário de campo, além de entrevistas semiestruturadas com os docentes.

Os dados serão analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, permitindo a identificação de categorias temáticas relacionadas às práticas avaliativas inclusivas em Matemática.

Resultados Preliminares

Os resultados preliminares evidenciam que as práticas avaliativas voltadas aos estudantes com TEA ainda enfrentam desafios significativos. O levantamento bibliográfico indica que muitas escolas mantêm modelos de avaliação centrados em critérios quantitativos e homogêneos, pouco sensíveis às especificidades do autismo.

As observações iniciais e as entrevistas com os docentes revelam insegurança quanto à elaboração de instrumentos avaliativos adaptados e à utilização de estratégias inclusivas no ensino de Matemática. Entre as principais barreiras identificadas destacam-se a ausência de formação continuada, a predominância de enunciados extensos e abstratos, a hipersensibilidade a estímulos ambientais e a escassez de recursos específicos.

Por outro lado, os dados apontam a relevância do Atendimento Educacional Especializado, do Plano Educacional Individualizado (PEI) e do uso de Tecnologias Assistivas e materiais manipuláveis, como jogos pedagógicos e blocos lógicos. Tais recursos favorecem a previsibilidade, a compreensão dos comandos e a participação ativa dos estudantes.

Observa-se, ainda, a necessidade de ressignificar a concepção de erro e desempenho escolar, priorizando a avaliação longitudinal e o acompanhamento da evolução individual do estudante, em detrimento de comparações com padrões homogêneos de rendimento.

Conclusões preliminares

Os resultados parciais indicam que a efetivação da avaliação inclusiva em Matemática para estudantes com TEA requer a superação de

práticas tradicionais e a adoção de estratégias flexíveis, contínuas e centradas nas necessidades individuais. A inclusão escolar não se restringe ao acesso à sala de aula, mas exige a eliminação de barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais.

Conclui-se que a construção de instrumentos avaliativos acessíveis depende do trabalho colaborativo entre professores regentes e profissionais do AEE, tendo o PEI como instrumento orientador do planejamento pedagógico. O uso sistemático de recursos concretos, Tecnologias Assistivas e linguagem visual mostra-se fundamental para promover a participação e o desenvolvimento dos estudantes.

Espera-se que a continuidade da pesquisa contribua para a elaboração de estratégias avaliativas mais inclusivas, capazes de valorizar a neurodiversidade e fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a equidade no processo de ensino e aprendizagem.

Referências

- BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e Educação, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2001.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos 'is'. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LOPES, Adriana da Silva. **Tecnologias Assistivas e o Ensino de Matemática para Alunos com Transtorno do Espectro Autista**. Curitiba: Appris, 2023.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CATÁLOGO INCLUSIVO sobre TECNOLOGIA ASSISTIVA DE BAIXO CUSTO: ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Edsandra Cardozo dos Santos Costa, Renata da Silva Santos Goes,
Juliana Souza de Jesus Silva

edsandra96@gmail.com, renatasantaluz2@gmail.com, julianasjs@ufba.br

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano – Serrinha-BA

Introdução

A educação inclusiva constitui um direito fundamental assegurado pela legislação brasileira, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), a deficiência resulta da interação entre impedimentos de longo prazo e as barreiras presentes no ambiente e na sociedade, que podem limitar a participação plena e efetiva das pessoas em igualdade de condições.

A deficiência física (DF) caracteriza-se por comprometimentos na mobilidade, coordenação motora ou funcionalidade dos membros, podendo ser de origem congênita ou adquirida. Essas condições podem demandar adaptações, recursos de acessibilidade e eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, para garantir a autonomia e a participação dos estudantes no ambiente escolar (BRASIL, 2007). Nesse cenário, a Tecnologia Assistiva (TA) surge como uma importante aliada da educação inclusiva.

Segundo Bersch (2017), a TA compreende recursos, estratégias, metodologias, serviços e práticas que têm como objetivo promover funcionalidade, independência, qualidade de vida e inclusão social das pessoas com deficiência. Galvão Filho (2009) afirma que avanços na área da TA têm ocorrido de maneira contínua e abrangente, contribuindo

significativamente para a aprendizagem e a inclusão social de estudantes com comprometimentos motores, sensoriais e de comunicação. No ambiente escolar, esses recursos contribuem para reduzir barreiras, ampliar possibilidades de aprendizagem e favorecer a participação dos estudantes.

Embora existam recursos tecnológicos sofisticados, muitas escolas enfrentam dificuldades relacionadas à aquisição de materiais devido a limitações financeiras. Dessa forma, a construção de TA de baixo custo apresenta-se como uma alternativa viável, permitindo que educadores desenvolvam recursos adaptados utilizando materiais simples, recicláveis e acessíveis.

Diante dessa perspectiva, este trabalho apresenta os resultados da elaboração de um catálogo de TA de baixo custo voltado para estudantes com DF. O catálogo foi desenvolvido no âmbito do componente curricular Deficiência Física: Conceituação, Estratégias e Possibilidades, da Segunda Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva (SELEESPI) do Instituto Federal Baiano (IF Baiano), Campus Serrinha. Foram pesquisados referenciais teóricos sobre DF e TA, além da construção de recursos pedagógicos acessíveis, visando contribuir para a promoção da autonomia, participação e inclusão de estudantes com DF nos diferentes contextos educacionais.

Objetivos

O objetivo geral desta proposta foi apresentar a experiência de elaboração de um catálogo de recursos de Tecnologia Assistiva de baixo custo, desenvolvido no componente curricular Deficiência Física: Conceituação, Estratégias e Possibilidades, evidenciando seu potencial como instrumento de apoio à inclusão de estudantes com deficiência física no contexto escolar. Ela teve como objetivos específicos 1. Discutir conceitos relacionados à deficiência física e à Tecnologia Assistiva como fundamentos para a construção do catálogo; 2. Identificar possibilidades de adaptação de recursos pedagógicos que favoreçam a acessibilidade, a autonomia e a participação de estudantes com deficiência física; 3. Organizar e sistematizar recursos de Tecnologia Assistiva de baixo custo em formato de catálogo,

apresentando suas características, formas de utilização e contribuições para o processo de inclusão escolar.

Método

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida no âmbito do componente Deficiência Física: Conceituação, Estratégias e Possibilidades, da SELEESPI do IF Baiano – Serrinha, sob orientação da docente responsável pelo componente e também orientadora deste trabalho.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre DF, educação inclusiva e TA, com base em documentos legais e referenciais teóricos que fundamentam os direitos das PCD e a promoção da acessibilidade no contexto educacional.

Como parte da atividade, foi realizada uma entrevista semiestruturada com uma pessoa com DF diagnosticada com Osteogênese Imperfeita, com o objetivo de compreender aspectos relacionados à trajetória escolar, acessibilidade, inclusão e barreiras enfrentadas ao longo da vida. Os relatos obtidos contribuíram para ampliar as reflexões acerca da importância das adaptações e dos recursos de apoio no ambiente escolar.

Posteriormente, foram pesquisadas, elaboradas e descritas propostas de TA de baixo custo destinadas a estudantes com DF. Os recursos foram confeccionados com materiais simples e acessíveis, buscando atender necessidades relacionadas à mobilidade, coordenação motora, participação em atividades pedagógicas, comunicação e autonomia.

Por fim, os recursos produzidos foram organizados em formato de catálogo, contendo objetivos, materiais utilizados, formas de aplicação, adaptações possíveis e benefícios para os estudantes, servindo como instrumento de apoio para professores e demais interessados na promoção de práticas pedagógicas inclusivas.

Resultados e Discussão

A elaboração do catálogo possibilitou reunir recursos de TA de baixo custo voltados para estudantes com DF, evidenciando que adaptações simples podem ampliar significativamente as oportunidades de participação, autonomia e aprendizagem no contexto escolar. Os materiais foram confeccionados com recursos acessíveis e de fácil obtenção, demonstrando que a inclusão não depende exclusivamente de tecnologias sofisticadas.

Durante o desenvolvimento do trabalho, foi realizada uma entrevista com uma pessoa com DF decorrente da Osteogênese Imperfeita, na qual foram evidenciados desafios relacionados à acessibilidade e à inclusão escolar. Apesar do apoio recebido de professores e colegas, foram relatadas dificuldades estruturais e situações de exclusão, especialmente em atividades físicas, reforçando a importância de estratégias pedagógicas inclusivas que assegurem a participação efetiva dos estudantes.

Nesse contexto, os recursos apresentados no catálogo constituem possibilidades de enfrentamento dessas barreiras. Foram elaborados materiais voltados para atividades artísticas, pedagógicas e de vida diária, como o Contorno Sensorial para Pintura Guiada, Rolon Criativo, Capacete Funcional de Acesso, Calça Sensorial Postural, adaptadores para lápis, abotoadora adaptada, Dominó Sensorial Adaptado, Giro da Memória Adaptado, Boliche Adaptado com Rampa de Papelão, Painel Inclinado "Escolha e Associe" e Caça ao Tesouro Inclusiva. Esses recursos favorecem a autonomia, a participação, o desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional dos estudantes. Os resultados obtidos corroboram a literatura que destaca a TA como elemento fundamental para a promoção da inclusão escolar. Conforme apontam Bersch (2017) e Brasil (2007), os recursos assistivos ampliam a funcionalidade, a autonomia e a participação das pessoas com deficiência, favorecendo o acesso ao currículo e à vida escolar.

A construção do catálogo possibilitou a articulação entre teoria e prática, além de reflexões acerca das necessidades dos estudantes com deficiência física e do papel docente na promoção da inclusão. A experiência evidenciou a importância da criação de recursos acessíveis para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Conclusão

A elaboração do catálogo permitiu compreender a relevância da TA como instrumento de promoção da acessibilidade, da autonomia e da participação de estudantes com DF nos diferentes contextos educacionais. A partir dos estudos realizados e da construção dos recursos adaptados, foi possível evidenciar que materiais de baixo custo podem contribuir significativamente para a redução de barreiras e para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas.

A entrevista realizada possibilitou ampliar a reflexão sobre os desafios enfrentados por pessoas com DF, especialmente em relação à acessibilidade e à participação em atividades escolares. Seus relatos reforçam a importância de ambientes educacionais acolhedores, acessíveis e comprometidos com a valorização das potencialidades dos estudantes.

Os recursos apresentados no catálogo demonstram que a utilização de materiais simples e acessíveis pode favorecer o desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional, e ampliar as possibilidades de aprendizagem e participação dos estudantes. Conclui-se que a TA de baixo custo constitui uma alternativa viável e eficaz para apoiar o processo de inclusão escolar. Espera-se que o catálogo possa servir como fonte de consulta e inspiração para educadores, profissionais da educação e famílias, incentivando a criação de novas estratégias inclusivas no cotidiano escolar.

Referências

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e Educação, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado**: deficiência física. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

GALVÃO FILHO, T. A. **Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva**: apropriação, demandas e perspectivas. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFBA, Salvador, 2009.

A COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA AUMENTATIVA NO CONTEXTO DA SALA REGULAR: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS A PARTIR DO OLHAR DA AUXILIAR DE CLASSE

Gabriela Miranda Soares, Débora R. P. Nunes
gabrielagelo19@gmail.com, debora.nunes@ufrn.br

Centro de Educação CE, Universidade Federal Do Rio Grande do Norte

Introdução

Os processos de inclusão escolar têm ocupado lugar de destaque nas discussões educacionais contemporâneas, especialmente após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que reafirma o direito à educação em contextos comuns de ensino. Esse cenário se intensifica diante do aumento da presença de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas salas de aula regulares. Dentre as características observadas nesse público, destaca-se a ausência de fala funcional, condição que acomete aproximadamente um terço das pessoas com TEA e pode representar importantes desafios para a comunicação e a participação escolar (Tager-Flusberg, 2013).

Uma das formas de ampliar as possibilidades sociocomunicativas desses estudantes é por meio da Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), uma área de conhecimento multidisciplinar que contempla estratégias e recursos voltados à comunicação de pessoas com necessidades complexas de comunicação. A CAA envolve o uso de gestos, símbolos gráficos e sistemas assistidos de voz para complementar ou substituir, de forma temporária ou permanente, a fala ininteligível, não funcional ou inexistente (Nunes; Barbosa; Nunes, 2021). Ao ampliar as possibilidades de comunicação, interação e participação nas atividades pedagógicas, a CAA pode desempenhar papel fundamental no processo de inclusão e no desenvolvimento da linguagem (Togashi; Walter, 2016).

Diante das maiores demandas de apoio apresentadas por parte desses estudantes, tem crescido a presença de profissionais de apoio nas escolas, dentre os quais se destacam os estagiários, que vêm ocupando cada vez mais a função de auxiliares em sala de aula. Frequentemente invisibilizados e sem a devida capacitação, esses sujeitos têm sido chamados a acompanhar educandos com necessidades mais complexas, incluindo aqueles com TEA sem fala funcional (Lopes; Mendes, 2023). Nessa direção, é essencial a capacitação desses estagiários para auxiliar os professores na incorporação de recursos de CAA na sala de aula.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar a percepção de um estagiário, estudante do curso de Pedagogia e responsável pelo acompanhamento de um educando com TEA sem fala funcional, acerca de sua prática e do uso da CAA no contexto da sala de aula regular, após participar de uma formação em CAA e implementar esse recurso em seu cotidiano de trabalho.

Método

Delineamento. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentada na técnica da autoconfrontação simples (Clot, 2006).

Participante. Participou da pesquisa uma auxiliar de classe, estudante do oitavo período do curso de Pedagogia, responsável pelo acompanhamento pedagógico de uma aluna com diagnóstico de TEA sem fala funcional e com demandas motoras. Previamente à coleta de dados, a auxiliar participou de uma formação em CAA, com carga horária de 30 horas, contemplando aspectos teóricos e a elaboração de um recurso de CAA individualizado para a aluna acompanhada.

Local. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola do município de Natal (RN), no contexto da sala de aula regular frequentada pela aluna.

Instrumentos e materiais. Foram utilizados registros audiovisuais da prática pedagógica da auxiliar durante o uso da CAA em atividades da sala regular e uma entrevista semiestruturada composta por questões abertas. A entrevista foi organizada em torno de três categorias analíticas: (a) apropriação da CAA pela auxiliar, considerando sua formação e segurança para o uso; (b) uso pedagógico das imagens de CAA no cotidiano da sala regular; e (c) mediação pedagógica e respostas da aluna ao uso da CAA.

Procedimentos. A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas. Inicialmente, foram coletados registros audiovisuais do uso da CAA durante atividades pedagógicas na sala de aula regular. Em seguida, foi realizado um encontro remoto via Google Meet, no qual a auxiliar assistiu aos vídeos de sua própria prática e refletiu sobre sua atuação, caracterizando a utilização da técnica de autoconfrontação simples (CLOT, 2006). Na terceira etapa, foi realizada uma entrevista com questões abertas. Por fim, as respostas da participante foram analisadas à luz dos referenciais teóricos da Comunicação Alternativa e Aumentativa, da mediação pedagógica e da educação inclusiva.

Resultados Preliminares

Quanto às respostas da auxiliar sobre a apropriação da CAA, ela relatou que, por se tratar de seu primeiro contato com esse tipo de recurso, sentiu-se insegura inicialmente, sobretudo em relação à escolha dos pictogramas e à expectativa de obter resultados imediatos. A participante também relembrou o processo de mediação com as imagens, marcado, de um lado, pela resistência inicial da aluna em utilizá-las e, de outro, pela persistência em manter o uso do recurso. Tais relatos remetem à perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1998), segundo a qual a aprendizagem ocorre por meio da mediação de indivíduos mais experientes, exigindo tempo, intencionalidade pedagógica e acompanhamento sistemático para favorecer o desenvolvimento do estudante em suas interações sociais.

No que se refere ao uso pedagógico das imagens durante as atividades da sala regular, as respostas da auxiliar evidenciaram que a CAA foi utilizada predominantemente como apoio funcional para tomadas de decisão imediatas. Em virtude da ausência de planejamento prévio das atividades, a participante

relatou que frequentemente tentava adaptar, de última hora, os pictogramas disponíveis às demandas que surgiam ao longo do dia. Em sua percepção, esse aspecto limitou o potencial do recurso. Tal prática evidencia os desafios para a efetivação de ações inclusivas na sala regular, uma vez que a inclusão escolar requer intencionalidade pedagógica, planejamento e a superação de práticas improvisadas que fragilizam o processo de ensino e aprendizagem (Mantoan, 2003).

Em relação à mediação pedagógica e às respostas da aluna ao uso da CAA, a auxiliar refletiu que as reações iniciais foram marcadas por resistência, seguida pela compreensão gradual de alguns símbolos, como os referentes ao “sim” e ao “não”. Segundo a participante, a associação das imagens a situações significativas do cotidiano escolar da aluna, como a ida à quadra, um ambiente de sua preferência, favoreceu a emissão de respostas comunicativas. A literatura aponta que a construção da função comunicativa dos símbolos por estudantes com TEA ocorre de forma gradual, exigindo mediação pedagógica contínua e uso sistemático dos recursos de Comunicação Alternativa e Aumentativa. Nesse sentido, Walter e Nunes (2013) destacam a importância da mediação do professor no estabelecimento do diálogo, bem como do uso intensivo dos pictogramas e da adaptação concomitante das atividades, aspectos que favorecem a ampliação das interações comunicativas dos alunos.

Conclusão

A análise dos vídeos e as reflexões da auxiliar sobre o uso da CAA na sala regular evidenciaram que a apropriação desse recurso constitui um processo em construção, permeado por desafios formativos, pedagógicos e institucionais. Ainda assim, a participante reconheceu o potencial da CAA para favorecer a comunicação e a participação da aluna nas atividades escolares. O estudo reforça que a efetividade desse recurso depende de sua utilização de forma intencional, planejada e articulada às práticas pedagógicas da sala regular, bem como da oferta de formação continuada aos profissionais envolvidos em sua implementação.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 1 jun. 2026.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LOPES, M. M.; MENDES, E. G. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, e280081, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280081>. Acesso em: 12 jun. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 17. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

NUNES, Débora Regina de Paula; BARBOSA, João Paulo da Silva; NUNES, Leila Regina de Paula. Comunicação alternativa para alunos com autismo na escola: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 27, e0212, 2021.

TAGER-FLUSBERG, Helen; KASARI, Connie. Minimally verbal school-aged children with autism spectrum disorder: the neglected end of the spectrum. **Autism Research**, v. 6, p. 468-478, 2013. <https://doi.org/10.1002/aur.1329>.

TOGASHI, C. M.; WALTER, C. C. de F. As contribuições do uso da Comunicação Alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 351-366, jul./set. 2016.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo; NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula. Comunicação alternativa para alunos com autismo no ensino regular. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 47, p. 587-602, set./dez. 2013.

AÇÃO COLABORATIVA COM UMA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

Gessica Girliane Sales da Silva, Debora Deliberato, Carla Fabrine Martins
Gurgel
gessica.silva.088@ufrn.edu.br, debora.deliberato@gmail.com,
cfmgurgel@gmail.com

*Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal do
Rio Grande do Norte*

Introdução

O estudo envolve uma criança com deficiência múltipla, decorrente da associação entre surdez profunda neurosensorial bilateral e Transtorno do Espectro Autista (TEA), apresentando dificuldades significativas de comunicação, interação social e atenção compartilhada em diferentes contextos escolares.

Nesse cenário, a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), com e sem apoio, é compreendida como um conjunto de ações por meio de símbolos, recursos, estratégias e técnicas que amplia o acesso à comunicação, amplia o vocabulário e a participação nas atividades escolares, considerando as especificidades do desenvolvimento do estudante (Deliberato, 2022; von Tetzchner, 2009). Destaca-se ainda que a efetividade desses recursos depende de sua adequação às necessidades individuais relacionadas ao desenvolvimento motor, cognitivo, sensorial e linguístico (Deliberato; Gonçalves: Manzini, 2024,2025; Light; McNaughton, 2019).

O caso foi desenvolvido no âmbito de um projeto de formação em Educação Especial na perspectiva colaborativa, com participação de equipe multiprofissional composta por professora da sala regular, professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissional do Centro de Atendimento à Pessoa Surda, intérprete de Libras, professora de apoio e equipe especializada, além da família da estudante.

Objetivo

O presente estudo teve como objetivo analisar, por meio de um caso de ensino, as contribuições da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), com e sem apoio tecnológico, e das práticas colaborativas para o desenvolvimento da comunicação, da interação social e da participação escolar de uma criança com deficiência múltipla, caracterizada pela associação entre surdez profunda neurossensorial bilateral e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, buscou-se compreender como a atuação integrada entre os profissionais da educação e da área da surdez pode favorecer a inclusão escolar.

Método

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva, desenvolvida por meio de um estudo de caso na modalidade caso de ensino, integrante do projeto Formação de Profissionais da Educação Especial na Perspectiva Colaborativa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer nº 6.169.452).

Participou do estudo uma estudante com deficiência múltipla (surdez profunda bilateral e TEA), matriculada em uma escola pública do interior do Rio Grande do Norte. Também participaram profissionais da educação e a família.

Foram realizadas ações colaborativas com uso de recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) associados à Libras, visando promover a comunicação, a autonomia e a interação social da estudante. Os resultados foram acompanhados por registros e reuniões, com análise qualitativa dos dados.

Resultados Preliminares

Os resultados preliminares indicam que a utilização da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) associada à Libras tem favorecido o desenvolvimento da comunicação da estudante. Observou-se

maior interesse pelas atividades de leitura com livros adaptados, ampliação do vocabulário e aumento da atenção compartilhada, além de maior participação nas interações em sala de aula e em outros contextos, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o ambiente familiar.

Conclusão ou Conclusões preliminares

Conclui-se que o trabalho colaborativo entre escola, família e equipe multiprofissional, aliado ao uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) e da Libras, favoreceu a comunicação, a interação e a participação da estudante nas atividades escolares. Os resultados reforçam a importância de estratégias individualizadas e da atuação integrada dos diferentes profissionais para promover a inclusão de estudantes com deficiência múltipla.

Referências

DELAGRACIA, J. D; MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. Protocolo para identificação de habilidades comunicativas no contexto familiar. In: DELIBERATO, DÉBORA; MANZINI, Eduardo José (org.). **Instrumentos para avaliação de alunos com deficiência sem oralidade**. São Carlos, SP: M&M Editora, 2015. p. 63-83.

DELIBERATO, D. Comunicação alternativa na educação infantil: Instrumentos para aquisição de competências do aluno com deficiência. In: DELIBERATO, D.; NUNES, D. R. P.; GONÇALVES, M. J. (org.). **Trilhando juntos a comunicação alternativa**. Marília, ABPEE, 2017.

DELIBERATO, D. **Comunicação alternativa na escola**: possibilidades para o ensino do aluno com deficiência. In: ZABOROSKI, A. P.; OLIVEIRA, J. P. (org.). Atuação da Fonoaudiologia na escola: reflexões e práticas. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2013. p. 71-90.

DELIBERATO, D. **Comunicação Alternativa**: desafios e competências necessárias. In: MANZINI, E. J.; ROCHA, A. N. D. C. (org.). Temas recorrentes em pesquisa em Educação Especial. Goiânia: Sobama, 2022. p. 55-72.

DELIBERATO, D. **Comunicação aumentativa e alternativa**: letramento & leitura e escrita. In: DELIBERATO, D.; GONÇALVES, M. J.; MANZINI, E. J. (org.). Formação colaborativa para profissionais da educação especial: tecnologia assistiva comunicação alternativa na escola. Goiânia: Editora Sobama, 2024. p. 177-194.

DÉBORA DELIBERATO; GONCALVES, M. J.; MANZINI, E. J. **Pesquisas e trabalho colaborativo**: práticas para a formação de profissionais da Educação Especial. 1. ed. Goiânia: SOBAMA, 2024. v. 1. 271p.

DÉBORA DELIBERATO; GONCALVES, M. J.; MANZINI, E. J. **Formação colaborativa para profissionais da educação especial: tecnologia assistiva e comunicação alternativa na escola**. 1. ed. Goiânia: SOBAMA, 2025. v. 1. 226p.

MONTEIRO, R. G. de S. **Participação de crianças e adolescentes com desenvolvimento típico em casa, na escola e na comunidade**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Reabilitação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PALAO, S. Origem: **ARASAAC**. Licença: CC (BY-NC-SA). Proprietário: Governo de Aragão (Espanha), 2025. Disponível em: <http://www.arasaac.org>

PAULA, R. De; MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. **Protocolo para identificação de habilidades comunicativas no contexto escolar**. In: DELIBERATO, D.; MANZINI, E. J. (org.). Instrumentos para avaliação de alunos com deficiência sem oralidade. São Carlos, SP: M&M Editora, 2015, p. 41-62.

RABELO, L. C. C. **Casos de ensino na formação continuada à distância de professores do atendimento educacional especializado**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

VON TEZTCHNER, S. **Suporte ao desenvolvimento da comunicação suplementar e alternativa**. In: DELIBERATO, D; GONÇALVES, M. J.; MACEDO, E. C. (org.). Comunicação alternativa: teoria, prática, tecnologias e pesquisa. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2009. p. 14-25.

LEITURA INTERATIVA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS INFANTIS COM COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E LEITURA DIALÓGICA

Francineide Clementino de Lima, Leandro Alves Garcia
francineideclementino@gmail.com, leandrogarcia.art@gmail.com

*Casa Multiprofissional de Goianinha-RN e Centro Estadual de Educação
Especial*

Introdução

A leitura mediada no Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma ferramenta potente para o desenvolvimento integral de crianças neurodivergentes, pois, “a aprendizagem nessas circunstâncias é a centrada, ora sobressaindo o lógico, o intuitivo, o sensorial, ora os aspectos social e afetivo dos alunos” (Mantoan, 2003, p. 34). Em contextos multidisciplinares, a contação de histórias ganha relevância ao integrar a Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) associada à Leitura Dialógica (LD), tornando-se uma ponte para a expressão de sujeitos com barreiras comunicativas, estimulando a participação, o engajamento e a autonomia. Observa-se que,

Durante o diálogo que se estabelece na leitura dialógica simples ou adaptada diversas oportunidades de ensino são destacadas. Assim, o adulto pode corrigir eventuais erros que a criança comete, expandir respostas corretas, apresentar novos vocábulos, como também mostrar os diferentes componentes de uma história (Walter, 2022, p. 35).

Assim, a relevância deste estudo reside em demonstrar como a intersecção entre a mediação de leitura aplicada com a estratégia de intervenção da LD e a CAA transforma o AEE de um espaço de reabilitação para um território de autoria e protagonismo. Ao analisar a contação de histórias sob a lente da LD e CAA, o estudo avança no debate sobre a

acessibilidade cognitiva e linguística, evidenciando como a mediação estruturada potencializa as funções comunicativas e enriquece o repertório cultural desses sujeitos no contexto escolar e social.

Objetivo

Relatar a experiência de oficinas de leitura interativa com crianças e jovens diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e dificuldades de aprendizagem, atendidos no AEE de Leitura na Casa Multiprofissional de Goianinha/RN.

Método

A abordagem metodológica deste trabalho configura-se como um estudo de caso, método de pesquisa baseado na análise de uma realidade social específica investigada (Yin, 2015).

Participaram deste estudo, durante dois meses, quatro crianças, sendo uma com TEA, duas com TDAH e uma com dificuldade de aprendizagem. O critério para a seleção das crianças foi definido pela idade, devendo estar entre cinco e dez anos, fase importante para o desenvolvimento leitor e comunicativo.

De acordo com Walter (2022, p. 28),

É possível compreender a importância de utilizar textos/livros com crianças pequenas que estão desenvolvendo a sua linguagem. A leitura interativa, o uso de perguntas e demais estratégias que fomentam iniciativas de interação auxiliam a criança a aprender novos vocábulos, tanto em extensão como em profundidade. Habilidades dessa natureza favorecem o desenvolvimento da futura compreensão leitora de textos escritos.

Não foram considerados os níveis de alfabetização desses sujeitos, uma vez que seriam analisados, principalmente, a compreensão, participação e comunicação.

As quatro crianças inseridas nesse estudo, doravante nomeadas C1, C2, C3 e C4, são de escolas públicas e recebem atendimento educacional especializado na Casa Multiprofissional de Goianinha, sendo 40 minutos de sessão semanal.

C1 é um menino de sete anos com TEA ainda não alfabetizado, com significativas restrições de comunicação e interação.

C2 é um menino de cinco anos com TDAH, não alfabetizado e que se dispersa frequentemente durante as atividades.

C3 é uma menina de oito anos com TDAH, pouca habilidade de leitura, apresenta dificuldade de concentração e compreensão.

C4 é uma menina de dez anos com dificuldade de aprendizagem, sabe ler, mas não consegue compreender bem as histórias e apresenta muita insegurança para fazer escolhas.

O atendimento se iniciava com uma conversa ou com apresentação de imagens relacionadas à história a ser lida, essa ação ocorreu de formas variadas, a depender da condição da criança. Com umas a conversa fluiu em movimento, isto é, andando pela sala, lendo com entonação e expressões para dar ênfase em alguns trechos, em outras, a história iniciou-se em frente ao espelho com questionamentos e comparações entre os personagens e a própria criança. Foram usadas figuras para que o participante apontasse qual personagem fazia parte da história ou para colocar na sequência correta. Outra estratégia eficaz na participação das crianças com dificuldade de comunicação foi o completar fonológico. "Dica implícita que o mediador de leitura dá à criança para completar a sentença com uma palavra ou frase" (Walter, 2022, p. 33). As histórias contadas eram curtas, para evitar a dispersão.

Em suma, as sessões de AEE utilizaram livros infantis adaptados com múltiplos recursos, como pranchas de comunicação e pictogramas de CAA, além de objetos concretos e estímulos sensoriais, aplicados conforme as especificidades e demandas de cada diagnóstico. A mediação buscou a participação ativa e a autoscopia "observação da ação de si mesmo com um objetivo" (Moraes, 2024, p. 25), na qual os recontos e as respostas dos alunos

moldavam o ritmo da narrativa, respeitando a neurodiversidade e o tempo de cada participante.

Resultados preliminares

Observou-se um aumento significativo no engajamento, na atenção sustentada e na intenção comunicativa dos sujeitos. Alunos com TEA utilizaram os suportes visuais para expressar emoções e escolhas, enquanto os participantes com TDAH e dificuldades de aprendizagem demonstraram maior retenção do conteúdo através da dinamicidade interativa e dos estímulos táteis e visuais.

Conclusão

A leitura interativa, indissociável da comunicação alternativa, superou a mera decodificação de palavras. Os atendimentos especializados em leitura têm se configurado como um espaço terapêutico-pedagógico de inclusão, autonomia e ampliação do repertório expressivo, reafirmando o papel do AEE na garantia do direito à comunicação e à literatura.

Referências

- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MORAIS, Renata Lima de. **Contação de história apoiada pela comunicação alternativa: efeitos da autoscopia na formação docente.** 2024. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
- WALTER, Elizabeth Cynthia. **Avaliação da eficácia de dois programas de leitura dialógica na compreensão de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e desenvolvimento típico.** 2022. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

A comunicação como eixo organizador das práticas pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado: relato de experiência com crianças com Transtorno do Espectro Autista

Francicélia Maria Mendonça da Silva, Maria Elizabeth de Lima Nascimento,
Jhoseff Douglas Marinho Vieira
franciceliamentonca@hotmail.com

*Pós-graduação em Análise do Comportamento Aplicada,
Faculdade Metropolitana Norte Riograndense,
Pós-graduação em Metodologia da Língua Portuguesa e Estudos da
Linguagem,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Introdução

A promoção da comunicação constitui um dos principais desafios do Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma vez que esse transtorno é caracterizado por déficits persistentes na comunicação e na interação social (*American Psychiatric Association*, 2023). Nesse cenário, torna-se indispensável que o planejamento pedagógico incorpore estratégias de mediação capazes de favorecer diferentes formas de comunicação, respeitando as singularidades do desenvolvimento infantil e ampliando as possibilidades de participação da criança nas experiências educativas.

Sob essa perspectiva, práticas fundamentadas nos pressupostos da intervenção precoce (Rogers; Dawson, 2024), na Comunicação Aumentativa e Alternativa (Pereira *et al.*, 2020) e na organização de rotinas estruturadas (Silva, 2026) oferecem suporte teórico para a construção de intervenções pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da comunicação no contexto do AEE. A sistematização dessas experiências mostra-se relevante por aproximar os conhecimentos produzidos na literatura das práticas

desenvolvidas no cotidiano escolar, fortalecendo o debate sobre Educação Inclusiva na Educação Infantil. A seção seguinte apresenta o objetivo que orientou o desenvolvimento deste relato de experiência.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é relatar e analisar, as práticas pedagógicas voltadas à promoção da comunicação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) desenvolvidas na Sala do AEE da Creche Municipal Manoel Vieira da Silva, no município de Canguaretama/RN, evidenciando os recursos, as estratégias de mediação e os fundamentos da sua implementação.

Método

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e natureza descritivo-reflexiva, desenvolvido a partir das práticas pedagógicas realizadas na Sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Creche Municipal Manoel Vieira da Silva, no município de Canguaretama/RN. Esse delineamento foi escolhido por possibilitar a descrição e a reflexão crítica sobre práticas profissionais desenvolvidas em contexto educacional, articulando experiência e fundamentação científica. Conforme Mussi, Flores e Almeida (2021, p. 65), o relato de experiência constitui uma produção de conhecimento cuja principal característica é a descrição de uma intervenção sustentada por embasamento teórico e reflexão crítica.

As experiências ocorreram entre julho e dezembro de 2025, período correspondente à implantação da Sala do AEE na instituição. Nesse intervalo foram atendidas 14 crianças, com idades entre dois anos e cinco anos e onze meses, sendo sete com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e seis em processo de investigação diagnóstica. Embora o serviço contemplasse diferentes necessidades educacionais específicas, este estudo delimita-se às práticas desenvolvidas com crianças diagnosticadas com TEA, público

reconhecido pela Portaria SEI nº 4.522/2024 como integrante da Educação Especial e atendido pelo AEE em caráter complementar ao ensino regular.

O planejamento pedagógico foi precedido pela Avaliação Pedagógica Inicial (API), aplicada em duas etapas. A primeira consistiu no levantamento de informações fornecidas pelos responsáveis acerca do desenvolvimento, das formas de comunicação e dos interesses da criança. Na segunda, realizou-se a avaliação direta no contexto do AEE, possibilitando identificar potencialidades, iniciativas comunicativas e necessidades educacionais. Essas informações subsidiaram a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), orientando o planejamento individualizado das intervenções.

As estratégias pedagógicas foram organizadas considerando que o Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação e na interação social, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento (American Psychiatric Association, 2023). Dessa forma, as atividades buscaram ampliar oportunidades de comunicação funcional em situações significativas de aprendizagem, tomando como referência os pressupostos da intervenção precoce descritos por Rogers e Dawson (2014), que defendem a aprendizagem mediada pela interação social e pelo aproveitamento dos interesses espontâneos da criança. Nessa perspectiva, o professor atuou como parceiro da brincadeira, favorecendo iniciativas comunicativas, atenção compartilhada e alternância de turnos.

Nos atendimentos às crianças sem linguagem oral funcional, foram utilizados recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), especialmente o PECS-Adaptado, integrado às atividades cotidianas da sala para ampliar as possibilidades de expressão de desejos, escolhas e necessidades. Segundo Pereira *et al.* (2019, p. 2), esse sistema tem como foco "a interação com os demais interlocutores", promovendo diferentes funções comunicativas para além da solicitação de objetos. Complementarmente, a organização da rotina por meio de suportes visuais e histórias sociais buscou favorecer a previsibilidade dos atendimentos e reduzir dificuldades relacionadas às mudanças de atividades. Conforme Silva (2026, p. 98), "a rotina escolar estruturada exerce papel central no

desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e motoras em alunos com TEA".

Os dados analisados foram produzidos por meio da observação sistemática dos atendimentos, dos registros em diário de campo, da API, dos Planos de Atendimento e das informações registradas no Sistema Integrado de Gestão da Educação (SIGEDUC). A análise ocorreu de forma interpretativa, estabelecendo relações entre as práticas observadas e os referenciais teóricos em AEE, buscando compreender como os recursos e as estratégias de mediação contribuíram para ampliar as possibilidades de comunicação.

Resultados preliminares

As experiências evidenciaram que a organização das intervenções a partir das necessidades comunicativas individuais favoreceu a participação das crianças nas atividades propostas e ampliou as oportunidades de interação durante os atendimentos. A elaboração do PAEE, fundamentada na API, possibilitou selecionar recursos compatíveis com os interesses e o repertório comunicativo de cada estudante, tornando as propostas mais significativas.

Nas atividades mediadas pelo brincar, o professor assumiu o papel de parceiro da interação, promovendo situações de troca de turnos, atenção compartilhada e ampliação das iniciativas comunicativas. Em um dos atendimentos, por exemplo, o interesse espontâneo de uma criança pelos números foi incorporado às atividades pedagógicas, favorecendo não apenas sua permanência na tarefa, mas também o estabelecimento de episódios comunicativos mediados pela brincadeira, conforme Rogers e Dawson (2014).

Paralelamente, a utilização do PECS-Adaptado com crianças sem linguagem oral funcional ampliou as possibilidades de expressão de escolhas, necessidades e interesses, fortalecendo a comunicação em diferentes momentos da rotina. Esses achados corroboram Pereira et al. (2019), ao demonstrarem que a Comunicação Aumentativa e Alternativa constitui um recurso mediador das interações sociais. Em conjunto, as experiências

indicam que práticas planejadas, individualizadas e fundamentadas teoricamente potencializam a comunicação funcional no contexto do AEE.

Conclusões preliminares

A experiência desenvolvida na Sala do AEE permitiu analisar como práticas pedagógicas planejadas e fundamentadas teoricamente ampliam as possibilidades de comunicação de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil. Nesse sentido, a organização da rotina, a mediação docente, a valorização dos interesses da criança e a Comunicação Aumentativa e Alternativa favoreceram a participação e qualificaram os processos comunicativos.

Ao sistematizar essa experiência, o estudo contribui para a reflexão sobre práticas pedagógicas no AEE e para o fortalecimento da Educação Inclusiva. Por restringir-se a uma única instituição e a um período específico de acompanhamento, apresenta limitações as quais pesquisas longitudinais e em diferentes contextos de AEE poderão aprofundar a compreensão sobre tais práticas e seus desdobramentos pedagógicos.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5-TR. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez. 2021.

PEREIRA, Erika Tamyres; MONTENEGRO, Ana Cristina de Albuquerque; ROSAL, Angélica Galindo Carneiro; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. **Comunicação alternativa e aumentativa no transtorno do espectro do autismo: impactos na comunicação**. CoDAS, São Paulo, v. 32, n. 6, e20190167, 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer. **Portaria-SEI nº 4.522, de 26 de setembro de 2024**. Institui diretrizes para a modalidade da Educação Especial Inclusiva na Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte*, Natal, 27 set. 2024.

ROGERS, Sally J.; DAWSON, Geraldine. **Intervenção precoce em criança com autismo: modelo Denver para a promoção da linguagem, da**

aprendizagem e da socialização. Tradução de Mariana Brito Lança e Sara Rodrigues. Lisboa: Lidel, 2014.

SILVA, Joice de Andrade. A importância da rotina escolar para alunos com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Primeira.** Edições Livro Alternativo, 2026.

A TRÍADE FAMÍLIA, ESCOLA E GUIA-INTÉRPRETE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE UMA CRIANÇA COM SURDOCEGUEIRA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Iara Maria da Silva
iarasilvaims08@gmail.com

Secretaria de Educação do Esporte e do Lazer do Estado do Rio Grande do Norte

Introdução

A surdocegueira constitui uma deficiência única que demanda estratégias específicas de comunicação e aprendizagem (Brasil, 2006). Nessa perspectiva, a linguagem assume papel central no desenvolvimento humano, uma vez que, segundo Vygotsky (1998), a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais mediadas pela linguagem. Para estudantes com surdocegueira, a Libras tátil configura-se como importante recurso comunicativo, possibilitando o acesso à língua por meio do toque e favorecendo a construção de significados. Além disso, o guia-intérprete exerce função essencial na mediação da comunicação, no acesso às informações e na promoção da participação do estudante nos diferentes contextos educacionais (Brasil, 2010).

A educação inclusiva busca assegurar o direito à aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas particularidades e necessidades específicas. No caso da surdocegueira, condição caracterizada pela associação das deficiências auditiva e visual, o acesso à linguagem e à comunicação constitui um dos principais desafios para o desenvolvimento e a aprendizagem. Nesse contexto, a atuação do guia-intérprete e a participação da família tornam-se fundamentais para a construção de experiências linguísticas significativas.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência pedagógica vivenciada durante o processo de alfabetização de uma criança com surdocegueira, destacando as contribuições da tríade família, escola e guia-intérprete para a aquisição da Libras tátil e para o desenvolvimento comunicativo da estudante.

Método

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, do tipo relato de experiência, desenvolvida em uma escola da rede regular de ensino que adota os princípios da educação inclusiva. Participaram da experiência uma criança com surdocegueira em processo de alfabetização, sua mãe e a guia-intérprete responsável pelo acompanhamento educacional da estudante. Os procedimentos metodológicos basearam-se na observação sistemática das atividades pedagógicas, nos registros elaborados pela profissional e nos diálogos estabelecidos entre escola e família ao longo do período letivo.

Resultados preliminares

Os resultados evidenciaram que a atuação articulada entre família, escola e guia-intérprete contribuiu significativamente para o desenvolvimento linguístico da estudante. Os sinais trabalhados em sala de aula passaram a ser incorporados às rotinas familiares, possibilitando maior frequência de exposição à Libras e ampliando as oportunidades de comunicação. A guia-intérprete orientava sistematicamente a mãe quanto à execução e ao significado dos sinais, favorecendo a continuidade das práticas comunicativas no ambiente doméstico. Observou-se que a estudante passou a utilizar os sinais de forma mais espontânea para expressar necessidades, desejos e sentimentos, demonstrando maior iniciativa comunicativa. Também foram identificados avanços na compreensão das interações propostas, ampliação do vocabulário em Libras e participação mais efetiva nas atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Esses resultados refletiram

positivamente no processo de alfabetização, uma vez que o fortalecimento da comunicação favoreceu a compreensão das orientações pedagógicas e o envolvimento da estudante nas atividades de aprendizagem. Os achados corroboram a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1998), ao evidenciarem que o desenvolvimento ocorre por meio das interações sociais e da mediação linguística. A experiência demonstrou que a continuidade das práticas comunicativas em diferentes contextos potencializa a aprendizagem e amplia as possibilidades de desenvolvimento da criança com surdocegueira.

Conclusões

Conclui-se que a articulação entre família, escola e guia-intérprete constitui um fator fundamental para o desenvolvimento linguístico e para o processo de alfabetização de estudantes com surdocegueira. A participação ativa da família, associada à mediação realizada pelo guia-intérprete e ao apoio da escola, favorece a consolidação da linguagem, amplia as oportunidades de comunicação e contribui para a construção de aprendizagens mais significativas. Recomenda-se que instituições de ensino e profissionais da educação inclusiva invistam em estratégias de orientação familiar, fortalecendo as redes de apoio e promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: surdocegueira**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: surdocegueira e deficiência múltipla**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 22 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 jun. 2026.

CARRIER, Greici Francieli Machado Stein; MOREIRA, Daniela Almeida. Reflexões sobre a surdocegueira: definições teóricas e um relato de experiência. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 225-246, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1225>. Acesso em: 22 jun. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FORMAÇÃO DOCENTE INCLUSIVA NA GRADUAÇÃO EM FÍSICA: A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO EM DEBATE

Igor Daniel do Vale Silva, Rayanne Oliveira de Carvalho Lima, Gilmara
Felinto do Nascimento
igord8660@gmail.com, oliveirarayanne5203@gmail.com,
gilmarafelinto66@gmail.com

Instituto Técnico Federal do Rio Grande do Norte – João Câmara-RN

Introdução

Como componente curricular marcado por elevado nível de abstração, o ensino de Física frequentemente recorre a recursos visuais para mediar a compreensão de conceitos, fenômenos e modelos científicos. Diante dessa realidade, surge uma importante reflexão para nós, futuros professores de Física: como garantir o acesso ao conhecimento científico por estudantes com deficiência visual, assegurando-lhes condições efetivas de participação e aprendizagem? Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) constitui uma ferramenta pedagógica fundamental, uma vez que deve integrar de forma orgânica a prática docente.

Sua elaboração possibilita identificar barreiras presentes no processo de ensino e aprendizagem da Física, orientando a construção de estratégias mais coerentes com os princípios da equidade, da acessibilidade e da educação inclusiva. Contudo, o PEI não deve ser compreendido apenas como um documento burocrático ou formal, elaborado sem considerar a participação ativa do estudante e de todos os sujeitos envolvidos em seu processo educativo. Assim, este trabalho, desenvolvido no âmbito da disciplina de Educação Inclusiva, surge da necessidade de promover a

compreensão, entre futuros professores de Física, acerca da importância da construção democrática e participativa do PEI.

Busca-se evidenciar como a escuta do estudante, de sua família e dos profissionais que o acompanham pode contribuir para a elaboração de práticas pedagógicas mais inclusivas, favorecendo a superação de barreiras pedagógicas, metodológicas e estruturais ainda presentes no ensino de Física em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Objetivo

Refletir sobre a relevância da construção democrática do Plano Educacional Individualizado na formação docente em Física, tomando como referência as contribuições de um licenciando com deficiência visual e os pressupostos teóricos de Pletsch e Glat (2013) acerca da educação inclusiva.

Método

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e reflexivo, desenvolvida na disciplina de Educação Inclusiva do curso de Licenciatura em Física. A investigação fundamenta-se nos pressupostos de Pletsch e Glat (2013) acerca do Plano Educacional Individualizado, compreendido como um instrumento construído de forma colaborativa e centrado nas necessidades e potencialidades do estudante.

Para a produção dos dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada com um licenciando em Física com deficiência visual, identificado pelo pseudônimo Lucas. A entrevista ocorreu por videochamada e foi conduzida a partir de um roteiro com dez questões relacionadas à sua trajetória acadêmica, às barreiras enfrentadas no ensino de Física e à sua percepção sobre a participação dos estudantes na construção de estratégias inclusivas. As respostas foram analisadas com base na literatura sobre educação inclusiva, buscando compreender como a escuta e a participação ativa dos estudantes podem contribuir para a construção democrática do PEI e para a formação de professores de Física comprometidos com práticas educacionais inclusivas.

Resultados preliminares

A entrevista realizada com o licenciando em Física com deficiência visual evidenciou que a principal barreira enfrentada durante sua formação acadêmica está relacionada à compreensão de gráficos e representações visuais. Embora o estudante reconheça os esforços institucionais para adaptação desses materiais, inclusive por meio do apoio do Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), ele relata que ainda encontra dificuldades para interpretar comportamentos, valores e relações expressas graficamente. Esse dado demonstra que, no ensino de Física, a acessibilidade não se limita ao acesso ao conteúdo, mas envolve também a forma como esse conteúdo é representado e apropriado pelos estudantes.

Em relação às atividades práticas, Lucas relatou que compreende os conteúdos durante as aulas, mas encontra dificuldades para retomar posteriormente os conhecimentos trabalhados, especialmente quando estes dependem de elementos visuais ou de registros gráficos. Tal aspecto demonstra a necessidade de estratégias pedagógicas que considerem diferentes formas de representação dos fenômenos físicos, favorecendo a consolidação da aprendizagem e a autonomia do estudante. Apesar dessas dificuldades, o entrevistado afirmou sentir-se acolhido pelos professores e colegas, destacando como experiência positiva a realização de avaliações em ambiente adaptado, sem que houvesse diferenciação dos objetivos de aprendizagem em relação aos demais estudantes.

Outro aspecto relevante identificado foi a ausência da participação do estudante na elaboração de seu Plano Educacional Individualizado. Embora Lucas conheça a existência do PEI, afirmou nunca ter sido convidado a discutir suas necessidades educacionais ou a contribuir para a construção desse instrumento. Esse resultado torna-se particularmente significativo quando analisado sob a perspectiva das contribuições de Pletsch e Glat (2013), que defendem o PEI como um planejamento individualizado construído de forma colaborativa, envolvendo professores, profissionais de apoio, família e o próprio estudante. Para as autoras, a elaboração do PEI deve considerar não

apenas as dificuldades, mas também as potencialidades, expectativas e experiências do sujeito, possibilitando a definição de objetivos e estratégias educacionais mais adequadas ao seu processo de aprendizagem. Os dados também evidenciam uma contradição importante, que embora o estudante relate sentir-se incluído no ambiente acadêmico e reconheça a eficácia de recursos de tecnologia assistiva, como leitores de tela e computadores adaptados, ainda permanece afastado dos processos de tomada de decisão relacionados ao seu próprio percurso educacional. Nessa perspectiva, a construção democrática do PEI mostra-se fundamental para superar uma visão centrada apenas nas adaptações técnicas e avançar para uma concepção de inclusão baseada na participação ativa do estudante.

Dessa forma, os resultados apontam que a formação inicial de professores de Física precisa ampliar o debate sobre acessibilidade curricular e sobre a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial na elaboração de estratégias pedagógicas. Mais do que identificar barreiras, torna-se necessário reconhecer os estudantes como sujeitos capazes de contribuir para a construção de soluções educacionais, fortalecendo práticas inclusivas alinhadas aos princípios defendidos por Pletsch e Glat (2013) e às demandas contemporâneas da educação inclusiva.

Conclusões preliminares

As reflexões desenvolvidas neste estudo evidenciam que a inclusão de estudantes com deficiência visual na graduação em Física envolve desafios que ultrapassam a disponibilização de recursos tecnológicos e adaptações pontuais. Embora o estudante entrevistado relate sentir-se acolhido pela instituição, pelos professores e pelos colegas, persistem barreiras relacionadas à compreensão de gráficos e representações visuais, elementos centrais para a aprendizagem de diversos conteúdos da Física.

Os resultados também mostram uma fragilidade importante no processo de construção do Plano Educacional Individualizado, a ausência da participação efetiva do próprio estudante. A constatação contrasta com os pressupostos defendidos por Pletsch e Glat (2013), que compreendem o PEI “[...] como um instrumento construído de forma colaborativa, considerando

as necessidades, potencialidades, expectativas e experiências do sujeito” (Glat; Pletsch, 2013, p. 21). Dessa forma, a escuta ativa do estudante mostra-se essencial para que as estratégias pedagógicas propostas sejam realmente significativas e contribuam para sua aprendizagem.

Para além da realidade vivenciada no ensino superior, esta discussão possui implicações diretas para a atuação futura dos licenciandos como professores da Educação Básica. Ao compreenderem a importância da participação do estudante na construção de seu percurso educacional, futuros docentes de Física estarão mais preparados para elaborar práticas pedagógicas inclusivas junto aos estudantes do Ensino Médio. Nessa perspectiva, a democratização da qualidade da educação não se limita à garantia do acesso à escola, mas envolve assegurar condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes. Assim, a construção democrática do PEI configura-se como uma importante ferramenta para promover uma educação mais equitativa, acessível e comprometida com o direito à aprendizagem, contribuindo para a formação de professores sensíveis à diversidade humana e às demandas da educação inclusiva.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. *In: GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise (org.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais***. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 17-32.

SILVA, Andrialex William da; MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; SANTOS, Rogério Alves dos; GUEUDEVILLE, Rosane Santos. Universalização não excludente e individualização inclusiva: debates curriculares em torno do DUA e do PEI para a inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 37, e4, 2024.

A AUDIODESCRIÇÃO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR: FORMAÇÃO MULTIPROFISSIONAL COLABORATIVA EM SERVIÇO

Karen Rodrigues Shirahama Modesto, Ellen Cristina Maia Nobre,
Simone Maria da Rocha

shirahamakaren@hotmail.com, ellennobre@outlook.com,
simone.rocha@ufersa.edu.br

*Programa de Pós-Graduação em Ensino, Universidade Federal Rural do
Semi-Árido*

Introdução

O estudante em tratamento de saúde faz parte do contexto de muitas escolas e, devido à efervescência e ao dinamismo do cotidiano escolar, corre o risco de sofrer com a invisibilidade. Não é incomum que a ausência prolongada do estudante só seja notada quando o professor do Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar entra em contato com a gestão ou com um representante da escola. Esse contato tem como objetivo iniciar uma articulação pedagógica, favorecendo a continuidade da escolarização do estudante no decorrer de seu tratamento de saúde e a sua futura reinserção escolar.

A rede estadual ensino do Rio Grande do Norte e municipal de Natal/RN possuem legislações próprias, a exemplo da Lei 10.320 de 05 de janeiro de 2018 e Lei 6603 de 01 de abril de 2016, respectivamente, que asseguram a continuidade da escolarização dos estudantes em adoecimento, além de documentos em âmbito nacional como a Lei 14.952, de 06 de agosto de 2024, que altera a Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 em seu

Art. 81-A. Os sistemas de ensino estabelecerão, para a educação básica e superior, regime escolar especial para o atendimento a:

I - Estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde ou de condição de saúde que impossibilite o acesso à instituição de ensino;

II - Mães estudantes lactantes (Brasil, 2024).

A alteração na Lei de Diretrizes e Bases reitera o direito de um "regime escolar especial" e o documento do MEC intitulado "Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações" orienta que

competem às Secretarias de Educação, atender à solicitação dos hospitais para o serviço de atendimento pedagógico hospitalar e domiciliar, a contratação e capacitação dos professores, a provisão de recursos financeiros e materiais para os referidos atendimentos (Brasil, 2002, p. 15).

O Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar se caracteriza no Rio Grande do Norte como um serviço dentro do hospital e/ou da casa de apoio, destinado ao acompanhamento pedagógico de estudantes em tratamento de saúde que estão impossibilitados de frequentar a escola na qual estão matriculados, ou seja, sua escola de origem. Para tanto, a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do RN instituiu, em 2010, o Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar, vinculado à Subcoordenadoria de Educação Especial. O Núcleo é responsável pela organização administrativa e pedagógica, além do assessoramento e monitoramento do serviço. Atualmente, o quadro do Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar é composto por vinte e sete professores efetivos da Secretaria, com especialização no campo da Educação Inclusiva, sendo vinte e um professores polivalentes e seis especialistas por área de conhecimento.

A mediação da aprendizagem de estudantes hospitalizados para tratamento de saúde é marcada por atravessamentos e desafios, mas constitui também um campo privilegiado de possibilidades para o desenvolvimento de práticas educacionais mais humanas, inclusivas e potentes (Silva; Modesto, 2025).

No contexto do Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar, os estudantes apresentam-se com diferentes perfis de adoecimento e, também, com diversas sequelas causadas pelo tratamento de saúde — entre elas, a

perda parcial ou total da visão. O público em tela necessita de um planejamento que atenda às suas necessidades recém-adquiridas, em um processo de ressignificação de aprendizagens e, especialmente, de vida. O Projeto de Formação em Audiodescrição no Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar emerge, assim, como uma estratégia a ser utilizada pelos professores das Classes Hospitalares e Domiciliares e demais profissionais interessados na comunicação e na aprendizagem.

Objetivo

Os professores das classes hospitalares e domiciliares acompanham os estudantes desde a sua primeira internação até a alta médica. Nesse transcorrer, é possível observar os efeitos que o tratamento pode trazer para seus corpos e mentes, pois, como advoga Oliveira (2019, p. 227) “[...] os dias e as ações que as crianças vivenciam no hospital as vão fragilizando, em virtude dos efeitos das medicações” e de demais procedimentos médicos que, por vezes, deixam sequelas — com destaque para a perda parcial, temporária ou permanente da visão. Tal dinâmica requer maior articulação, em uma perspectiva colaborativa, entre os professores das classes hospitalares e domiciliares e a equipe multidisciplinar que acompanha o estudante, a fim de minimizar impactos emocionais e prejuízos na aprendizagem.

Diante dessa conjuntura, surgem alguns questionamentos: como manter o ensino e a continuidade da escolarização do estudante em tratamento de saúde com sequelas que afetam a visão? A audiodescrição pode ser utilizada como estratégia de ensino para o desenvolvimento de aprendizagens no ambiente hospitalar? É exequível ampliar a audiodescrição para além do espaço da classe hospitalar e domiciliar? Como engajar a equipe multiprofissional em uma cultura acessível e colaborativa? Diante disso, julgamos pertinente a realização de um curso voltado aos professores que atuam nesse contexto, abordando a audiodescrição como estratégia comunicacional e educacional, de modo a instituir a colaboração com os demais profissionais da saúde.

Método

Nos beneficiaremos da Formação Continuada em Serviço — já instituída desde 2011 na qual intencionamos ofertar o curso de formação que aborda a AD como orientadora da prática docente e mediadora da comunicação. Visamos proporcionar acessibilidade às informações imagéticas no contexto de ensino das classes hospitalares e domiciliares, engajando os profissionais do cenário hospitalar e domiciliar (casas de apoio) onde haja estudantes com deficiência visual. Essa proposta alinha-se a uma perspectiva colaborativa de interação grupal capaz de superar situações adversas, como ressaltam Mendes et al. (2011).

A Formação Continuada objetiva a adoção de uma postura acessível por parte dos professores e demais profissionais que atuam no contexto hospitalar e de casas de apoio. O propósito não é torná-los audiodescritores profissionais, mas sim fazer com que o conhecimento sobre a audiodescrição, as trocas de experiências e o saber que delas se origina tornem-se rotineiros em suas práticas de ensino e trabalho, favorecendo a comunicação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência visual e demais públicos em diferentes contextos (Cerejeira; Alves, 2023).

Resultados Preliminares

Ofertaremos a formação sobre audiodescrição seguindo o calendário letivo de 2027, com encontros mensais e carga horária total de 60 horas. O curso será realizado em parceria com a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e cadastrado como um projeto de extensão.

A Formação Continuada em Serviço do Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar abordará a audiodescrição com ênfase na constituição colaborativa e dialógica de uma postura acessível nos mais variados cenários. Essa abordagem favorece transformações significativas na realidade educacional e na própria rede de relacionamentos e interações que, uma vez expandidas, contemplarão outras realidades e diversidades, instaurando novas perspectivas dialógicas (Cerejeira; Alves, 2023, p. 72).

Conclusões preliminares

Trazemos para o cerne de nosso projeto o estudante adoecido, impossibilitado de frequentar a escola e com sequelas transitórias ou permanentes na visão. O Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar apresenta-se como uma possibilidade de continuidade do processo de desenvolvimento por meio de uma mediação pedagógica articulada e adaptada à nova condição do estudante. Essa mediação é capaz de favorecer a escolarização, prevenir a reprovação e a evasão escolar, além de contribuir para a reinserção dos estudantes ao sistema regular de ensino assim que possível.

Referências

BRASIL. Lei nº 14.952, de 6 de agosto de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2024.

CEREJEIRA, T. de L. T.; ALVES, J. F. Educação, alteridade e audiodescrição: perspectivas dialógicas do olhar sobre a diversidade na prática pedagógica. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 66-78, 2023. Disponível em: **Revista Linguagem em Foco**. Acesso em: 22 set. 2025. DOI: 10.46230/2674-8266-15-10668.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. **Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular**. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, p. 81-93, jul./set. 2011. Disponível em: SciELO – Educar em Revista. Acesso em: maio 2026.

OLIVEIRA, R. C. A. M. de. **Narrativas de aprendizagens ao longo da vida: pesquisa-ação-formação com professoras de classes hospitalares**. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, Andreia Gomes da; MODESTO, Karen Rodrigues Shirahama (org.). **Documento orientador do atendimento educacional hospitalar e domiciliar do RN** [livro eletrônico]. 1. ed. Natal, RN: Edição dos autores, 2025.

ENTRE A UNIVERSIDADE E A ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA PARA A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Risalva Alves Brazão de Azevedo, Lecitânia de Medeirosa Barbosa Boudrea

Margarida Ferreira da Silva Lemos

risalvabrazao83@gmail.com, lecitboudreau2018@gmail.com,

margferreira31@yahoo.com.br

*Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, Secretaria Municipal de Educação – São José de Mipibu-
RN*

Introdução

A consolidação de uma educação inclusiva pressupõe o compromisso das instituições escolares em assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, considerando suas especificidades e potencialidades (Brasil, 2002). No contexto da Educação Infantil, esse compromisso torna-se ainda mais relevante, uma vez que as experiências vivenciadas nessa etapa constituem importantes fundamentos para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e motor das crianças (Brasil, 1996).

Entre os desafios enfrentados pelas escolas destaca-se a inclusão de crianças com deficiência visual, sobretudo quando os profissionais não dispõem de formação específica para compreender as implicações pedagógicas dessa deficiência. Nessas circunstâncias, a ausência de conhecimentos sobre recursos acessíveis, adaptações curriculares e estratégias de mediação pode limitar a participação da criança nas atividades escolares, comprometendo seu desenvolvimento e sua interação com os demais estudantes (Silva, 2010).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica preconizam que a escola deve eliminar barreiras à aprendizagem, promovendo adaptações pedagógicas capazes de garantir igualdade de oportunidades educacionais. Nessa perspectiva, Bruno (2008) destaca que a organização do ambiente, a adaptação dos materiais didáticos e a mediação docente constituem elementos indispensáveis para favorecer a aprendizagem de crianças com deficiência visual. Complementarmente, Silva; Varella; Soares (2024) defendem que experiências multissensoriais e recursos pedagógicos acessíveis ampliam significativamente as possibilidades de desenvolvimento infantil.

Nesse contexto, reconhecemos que a extensão universitária constitui importante espaço de aproximação entre universidade e comunidade escolar, favorecendo processos formativos colaborativos capazes de articular conhecimentos científicos e demandas concretas da prática educativa. Foi a partir dessa compreensão que se desenvolveu a presente atividade extensionista em um Centro Municipal de Educação Infantil do município de São José de Mipibu/RN, envolvendo profissionais que atuam diretamente com uma criança com deficiência visual matriculada na instituição.

Objetivo

Promover reflexões e orientações pedagógicas voltadas à inclusão de uma criança com deficiência visual na Educação Infantil, contribuindo para o fortalecimento de práticas pedagógicas acessíveis, colaborativas e inclusivas entre os profissionais da instituição escolar.

Método

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, desenvolvido no âmbito da disciplina Deficiência Visual: Contextos e Práticas Pedagógicas, do curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A atividade extensionista foi realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil localizado no município de São José de Mipibu/RN, onde se

encontra matriculada uma criança com deficiência visual na turma do Nível IV da Educação Infantil. Participaram da ação a professora da turma regular, a auxiliar da criança, a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a coordenação pedagógica, a direção da instituição e a mãe da estudante.

Inicialmente, realizou-se observação do contexto escolar, possibilitando conhecer a dinâmica da sala de referência, as estratégias pedagógicas empregadas e as principais demandas apresentadas pela equipe docente. Posteriormente, foi promovida uma roda de conversa formativa mediada pelas discentes, fundamentada em referenciais da Educação Especial Inclusiva, abordando temas relacionados às especificidades da deficiência visual, adaptações pedagógicas, organização dos espaços, utilização de recursos multissensoriais, mediação docente, e diálogos sobre a construção do Plano Educacional Individualizado (PEI), como também o fortalecimento do trabalho colaborativo.

Como estratégia complementar, elaborou-se um folder informativo contendo orientações práticas para subsidiar o trabalho pedagógico cotidiano com crianças com deficiência visual na Educação Infantil, contemplando sugestões de organização do ambiente, utilização de materiais acessíveis, estímulo à autonomia e promoção da interação social. Os registros produzidos durante a vivência, bem como as observações realizadas pelas extensionistas, constituíram a base para a análise dos resultados apresentados neste estudo.

Resultados preliminares

A experiência extensionista evidenciou, inicialmente, uma postura acolhedora por parte da equipe escolar e uma significativa abertura para o diálogo acerca das práticas inclusivas. Durante a observação da sala de referência, foi possível acompanhar a interação da criança com deficiência visual com professoras, colegas e extensionistas, destacando-se seu interesse em explorar pessoas, objetos e ambientes por meio do tato e do olfato, características compatíveis com os processos de construção do

conhecimento mediados pelos sentidos remanescentes Silva; Varella; Soares (2024).

Outro aspecto relevante observado foi o compromisso da professora em adaptar materiais pedagógicos, produzindo recursos em alto-relevo para favorecer a participação da criança nas atividades propostas. Essa iniciativa evidencia que, mesmo diante de inseguranças relacionadas à formação específica, os profissionais buscam estratégias para assegurar o direito de aprendizagem, demonstrando potencial para o desenvolvimento de práticas cada vez mais inclusivas quando apoiados por ações formativas (Pessoa; Silva; Gomes, 2025).

A adaptação dos materiais confeccionados pela professora evidencia que práticas inclusivas não dependem exclusivamente de recursos tecnológicos sofisticados, mas de intencionalidade pedagógica e conhecimento acerca das necessidades educacionais específicas da criança. Tal constatação converge com Bruno (2008), ao defender que a reorganização do ambiente e dos recursos constitui elemento central para o desenvolvimento de estudantes com deficiência visual.

Durante a roda de conversa, verificou-se intensa participação dos profissionais presentes, que compartilharam dúvidas, experiências e desafios relacionados ao atendimento educacional da criança. As discussões conduzidas a partir da entrega do folder produzido pelas licenciandas, possibilitaram refletir sobre aspectos fundamentais da inclusão escolar, tais como a organização do ambiente, o uso de recursos multissensoriais, a importância da audiodescrição, da mediação pedagógica e da construção coletiva do Plano Educacional Individualizado. Além disso, a presença da mãe da estudante favoreceu a aproximação entre escola e família, reforçando a importância da corresponsabilidade no processo educativo.

Conclusões preliminares

A atividade extensionista demonstrou que ações formativas colaborativas constituem importantes estratégias para fortalecer a inclusão de crianças com deficiência visual na Educação Infantil. A experiência

evidenciou que a sensibilização da equipe escolar, associada à socialização de conhecimentos científicos e de recursos pedagógicos acessíveis, amplia as possibilidades de construção de práticas educativas comprometidas com a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

A experiência reforça que a efetivação da educação inclusiva não depende exclusivamente da disponibilidade de recursos materiais, mas da construção permanente de uma cultura institucional comprometida com a formação continuada, com o trabalho colaborativo e com a eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação. Nesse contexto, a universidade exerce papel estratégico ao promover ações extensionistas capazes de aproximar conhecimento científico e prática pedagógica, contribuindo para a consolidação de escolas cada vez mais inclusivas.

Por fim, consideramos que experiências dessa natureza podem subsidiar futuras ações de formação continuada e contribuir para a consolidação de uma cultura escolar cada vez mais inclusiva.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Avaliação educacional para alunos com baixa visão e múltipla deficiência na educação infantil: uma proposta de adaptação e elaboração de instrumentos.** Trabalho apresentado no GT Educação Especial, ANPEd Nacional, Caxambu, 2008.

PESSOA, Katiene Symone de Brito; SILVA, Jammerson Yuri da; GOMES, Paloma de Paula. **Catálogo de Recursos Pedagógicos com produção em caráter experimental: acessibilidade.** UFRN, 2025.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Orientações para atuação pedagógica junto a alunos com deficiência: intelectual, auditiva, visual e física.** Natal: FAPERN, 2010.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos; VARELLA, Maria da Conceição Bezerra; SOARES, Soraia Shellyda Lins Tarquino. **Tenho um aluno com deficiência visual! E agora? O que fazer? Guia orientador para educadores.** Natal: SEDIS/UFRN, 2024.

AÇÕES COLABORATIVAS E COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA NA PARTICIPAÇÃO DE UM ESTUDANTE COM PARALISIA CEREBRAL NA ROTINA ESCOLAR

Áurea Lanne Batista de Azevedo, Ruan Max Bai da Rocha, Débora Deliberato
aurea1lanne2@gmail.com, ruanbay@gmail.com,
debora.deliberato@gmail.com

*Programa de Pós-graduação em Educação Especial e Departamento de
Fonoaudiologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Introdução

A inclusão escolar de alunos com deficiência é um tema central nas políticas educacionais contemporâneas, mas a garantia de matrícula não assegura, por si só, a apropriação do saber e a participação ativa (Brasil, 2008, 2015). Alunos com Paralisia Cerebral (PC) e Necessidades Complexas de Comunicação (NCC) enfrentam barreiras que vão além das limitações motoras, incluindo o risco de isolamento social devido à falta de sistemas de comunicação eficientes no ambiente escolar. A PC é definida como um grupo de distúrbios permanentes do desenvolvimento do movimento e da postura, Palma (2021) que impactam não apenas o físico, mas também as dimensões emocionais e sociais do indivíduo.

Nesse contexto, a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), em interface com a Tecnologia Assistiva (TA), oferece ferramentas essenciais (de baixa ou alta tecnologia) para que esses alunos expressem desejos, sentimentos e participem da rotina pedagógica (Deliberato, 2024). O desafio da escola reside em implementar estratégias que ampliem a competência linguística do aluno e permitam sua participação no currículo de leitura e escrita.

Objetivo

Promover a participação e a inclusão escolar de uma estudante com paralisia cerebral, por meio da implementação de um programa de ações colaborativas voltado ao desenvolvimento e uso dos sistemas de Comunicação Aumentativa e Alternativa e Tecnologia Assistiva, visando minimizar barreiras educacionais e fortalecer sua autonomia acadêmica e social

Método

A metodologia adotada neste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso de ensino, fundamentada em uma perspectiva colaborativa. O estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa "Formação de Profissionais da Educação Especial na perspectiva colaborativa", financiado pelo Programa PRÓ-HUMANIDADES/CNPq (Processo nº 420.283/2022-6) e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer nº 6.169.452. Sob liderança e constituição de uma equipe multidisciplinar formada por pesquisadores (docentes e discentes da graduação e pós-graduação), professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a professora da sala regular, a estagiária de apoio, a equipe pedagógica e administrativa da escola, uma aluna com paralisia cerebral, além da família da discente selecionada um programa de ações foi implementado na rotina da escola (Deliberato, 2013,2024).

A aluna Luluca, nome fictício utilizado para não expor a estudante, tem 10 anos e estava matriculada na turma do 4º ano e 5º do Ensino Fundamental I de uma escola pública municipal, do interior do Rio Grande do Norte, no turno matutino quando participou da pesquisa. Tem diagnóstico de Paralisia Cerebral com comprometimentos motores e na linguagem oral. A discente estuda nesta instituição de ensino desde o 1º ano do Ensino Fundamental. Cursou a Educação Infantil também em instituição pública. Apresenta boa adaptação na escola e é muito querida por todos, principalmente pelos colegas de turma. Demonstra curiosidade e interesse por tudo que está a sua volta, ouve com atenção, compreende comandos e enunciados. Consegue comunicar/indicar respostas com movimentos de cabeça, indicando sim e não

e com movimento do braço direito. Tem bom relacionamento com os colegas e aceita a presença e a ajuda de todos. A aluna necessita de apoio para higiene e alimentação, com suporte realizado por uma estagiária que acompanha a aluna tanto na sala de aula, quanto no intervalo. A turma em que a aluna estava matriculada no início do projeto, contava com 30 estudantes, com idades entre 8 e 11 anos. É uma sala participativa, com alunos curiosos e comunicativos, características próprias dessa faixa etária.

O processo metodológico foi estruturado em etapas sequenciais que integram teoria e prática (Deliberato, 2013). Inicialmente, realizou-se uma fase de avaliação e escuta sensível, composta por visitas domiciliares e escolares, nas quais foram aplicados protocolos específicos (Delagracia; Deliberato; Manzini, 2015) e conduzidas observações da rotina para identificar as potencialidades e necessidades comunicativas da aluna, bem como as barreiras de acessibilidade física e pedagógica (Paula; Deliberato; Manzini, 2015). A partir dessas informações e caracterização do aluno, estabeleceu-se um planejamento colaborativo por meio de reuniões presenciais e virtuais, onde a equipe definiu objetivos para o plano educacional individualizado, selecionou o vocabulário essencial baseado no currículo escolar e discutiu as melhores estratégias de intervenção.

Resultados preliminares

A implementação das ações colaborativas revelou que a barreira comunicacional pode ser mitigada quando há uma rede de apoio integrada. No âmbito da Tecnologia Assistiva, a aluna passou a utilizar um plano inclinado para atividades pedagógicas e explorou o uso do dispositivo Colibri e do software Telepatix, que permitem o acesso a computadores e tablets por meio de movimentos de cabeça. Estes resultados discutem a importância de oferecer meios de acesso direto para alunos com grandes comprometimentos motores, garantindo-lhes independência nas escolhas.

Quanto à CAA, foram desenvolvidos painéis de comunicação para áreas comuns da escola, pranchas temáticas de vocabulário específico para a sala de aula e uma prancha básica personalizada de baixa tecnologia (Deliberato; Gonçalves; Manzini, 2025). Um dado relevante foi o uso de pranchas

alfabéticas para a formação de palavras e frases, demonstrando que Luluca possui prazer e determinação em se comunicar pela palavra escrita (Brasil, 2015). A discussão desses achados aponta que o uso de linguagens alternativas não beneficia apenas o aluno com deficiência, mas capacita todos os interlocutores (professores e colegas) a lidar com a diversidade humana.

Conclusões preliminares

O estudo conclui que a trajetória de um estudante com paralisia cerebral pode ser transformada por meio de uma escuta sensível e de intervenções técnicas adequadas. A experiência com Luluca demonstra que o trabalho colaborativo entre universidade, escola e família é fundamental para minimizar as barreiras educacionais. O sucesso da inclusão depende do planejamento conjunto entre os docentes da sala comum e do AEE, garantindo que os recursos de TA e CAA sejam integrados funcionalmente à rotina. Em suma, o acesso a ferramentas que viabilizam a comunicação assegura ao aluno com deficiência o direito não apenas de estar na escola, mas de nela se desenvolver com dignidade, voz e protagonismo.

Referências

BRASIL. **Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**. Estatuto da Pessoa com Deficiência, 06 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.

DELAGRACIA, J. D; MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. Protocolo para identificação de habilidades comunicativas no contexto familiar. *In*: DELIBERATO, Débora; MANZINI, Eduardo José (org.). **Instrumentos para avaliação de alunos com deficiência sem oralidade**. São Carlos, SP: M&M Editora, 2015, p. 63-83.209

DELIBERATO, D. Comunicação alternativa na escola: possibilidades para o ensino do aluno com deficiência. *In*: ZABOROSKI, A. P.; OLIVEIRA, J. P. (org.). **Atuação da Fonoaudiologia na escola: reflexões e práticas**. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2013. p. 71-90.

DELIBERATO, D. Comunicação aumentativa e alternativa: letramento & leitura e escrita. *In*: DELIBERATO, D.; GONÇALVES, M. J.; MANZINI, E. J. (org.). **Formação colaborativa para profissionais da educação especial**: tecnologia assistiva comunicação alternativa na escola. Goiânia: Editora Sobama, 2024, p. 177-194.

DELIBERATO, D.; GONÇALVES, M. J.; MANZINI, E. J. (org.). **Pesquisas e trabalho colaborativo**: práticas para a formação de profissionais da Educação Especial. Goiânia: Editora Sobama, 2025.

PALMA, R. K. Paralisia Cerebral e Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens (CIF-CJ). *In*: Universidade Aberta do Sus. Universidade Federal do Maranhão. **Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral**. São Luís: UNA-SUS; UFMA, 2021.

PAULA, R. De; MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. Protocolo para identificação de habilidades comunicativas no contexto escolar. *In*: DELIBERATO, D.; MANZINI, E. J. (org.). **Instrumentos para avaliação de alunos com deficiência sem oralidade**. São Carlos, SP: M&M Editora, 2015, p. 41-62.

CONECTANDO INCLUSÃO E TECNOLOGIA: FORMAÇÃO DOCENTE PARA O USO DA IA NOS INSTRUMENTAIS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Uycileide Rodrigues Pires, Sayonara Araujo de Macedo, Juliana Correia Silva
uycileideprof@gmail.com, sayonarasocrates@gmail.com,
julicor16@gmail.com

Secretaria da Educação do Estado do Ceará

Introdução

A Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, constitui uma modalidade transversal de ensino que visa assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo em todos os níveis e etapas de ensino. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha papel fundamental na eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação, demandando dos professores conhecimentos específicos para a elaboração de instrumentos pedagógicos que subsidiem o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das necessidades educacionais dos estudantes (Mantoan, 2015).

A legislação brasileira, por meio dos Decretos nº 12.686/2025 (Brasil, 2025a), nº 12.773/2025 (Brasil, 2025b) e da Portaria nº 421/2026 (Brasil, 2026), estabelece a obrigatoriedade de documentos individualizados fundamentais para planejar, acompanhar e avaliar o processo educacional inclusivo. Dentre eles temos o Estudo de Caso, o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o Plano Educacional Individualizado (PEI). No entanto, a elaboração desses instrumentais demanda tempo e conhecimento técnico que muitas vezes sobrecarregam os profissionais lotados nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e das salas comuns.

Com o avanço das tecnologias digitais, especificamente, da Inteligência Artificial Generativa (IAGen), por meio de ferramentas como ChatGPT,

NotebookLM e Gemini, capazes de produzir textos, sintetizar informações e apoiar a elaboração de documentos pedagógicos. Tais recursos têm sido discutidos como suporte à formação docente e o desafio é integrar essas ferramentas de forma ética e centrada no ser humano, garantindo que os recursos digitais atuem como um suporte para a eliminação de barreiras e não como substituta do julgamento pedagógico.

Diante dessa necessidade, foi desenvolvido uma formação, destinado à professores lotados nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) de escolas estaduais da CREDE 18, no Cariri cearense. O encontro ocorreu no formato presencial e teve como propósito apresentar recursos tecnológicos baseados em IAGen, aplicados à construção de instrumentos de planejamento pedagógico da Educação Especial, ampliando estratégias inclusivas e organizacionais no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Objetivo

Relatar a experiência de uma formação continuada sobre o uso da Inteligência Artificial Generativa (IAGen) na elaboração de instrumentais pedagógicos da Educação Especial, a partir de uma perspectiva centrada no ser humano e na reflexão crítica docente.

Método

Este estudo caracteriza-se como um relato de experiência que busca apresentar uma formação continuada presencial, dividida em aspectos teóricos e oficina prática com dezoito docentes lotados em quinze Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) de escolas estaduais da CREDE 18, distribuídas em nove municípios do Cariri cearense. A abordagem fundamentou-se no Marco Referencial de Competências em IA para Professores da UNESCO (2024), focando na mentalidade centrada no ser humano. As etapas incluíram: 1. Fundamentação Teórica: Discussão sobre a legislação vigente (Decretos 12.686/2025 e 12.773/2025 e Portaria 421/2026) e os princípios da ética na IA. 2. Oficina Prática de Instrumentais: Estudo de Caso - Uso de IAGen para organizar dados de Entrevistas

Familiares (histórico clínico, desenvolvimento motor e comunicação), focando na identificação de barreiras; Plano do Atendimento Educacional Especializado (PAEE) - Geração de sugestões de recursos de Tecnologia Assistiva e acessibilidade; Plano de Ensino Individualizado (PEI) - Estruturação de objetivos mensuráveis de ensino e programas de ensino individualizados. 3. Ciclo Reflexivo: momento de reflexão pedagógica em que o professor avalia, valida e adapta as contribuições geradas pela IA, garantindo sua pertinência às especificidades educacionais e ao contexto de aprendizagem de cada estudante.

Resultados Preliminares

Os educadores participantes demonstraram interesse pelas ferramentas de Inteligência Artificial Generativa apresentadas. Durante a oficina, observou-se que a utilização da IA contribuiu no Estudo de Caso, para organizar e sistematizar as informações coletadas junto às famílias e aos estudantes, favorecendo a identificação de barreiras à aprendizagem e à participação. No desenvolvimento dos PAEE e PEI, as soluções digitais possibilitaram a geração de sugestões de objetivos educacionais, estratégias pedagógicas, recursos de Tecnologia Assistiva e adaptações curriculares, reduzindo o tempo necessário para a produção desses documentos. Além disso, dos 18 participantes, a totalidade conseguiu elaborar ao menos um Estudo de Caso e/ou minuta de PAEE/PEI com apoio das ferramentas **ChatGPT, Gemini e NotebookLM**, durante a oficina. Os relatos orais indicaram percepção de redução do tempo de elaboração dos documentos e maior segurança na organização das informações, embora os produtos tenham permanecido sob validação crítica dos docentes.

Outro resultado relevante evidenciada pela utilização autônoma das ferramentas durante o momento presencial foi a ampliação das competências digitais dos docentes, tais como: criação de prompts, avaliação crítica de respostas geradas por IA e passaram a compreender essa tecnologia como apoio à tomada de decisões pedagógicas e não como substituta do planejamento educacional. O ciclo reflexivo proposto favoreceu a análise crítica das informações produzidas pela IAGen, reforçando a importância da

análise crítica pedagógica, da personalização dos documentos e da observância dos princípios éticos relacionados ao uso dessas inovações tecnológicas.

Conclusões preliminares

Os relatos dos participantes e as atividades desenvolvidas durante a formação demonstrou a importância do letramento em Inteligência Artificial para a atuação dos professores das Salas de Recursos Multifuncionais. Embora os docentes relatarem que já faziam uso de IAs em situações do cotidiano, a oficina revelou limitações relacionadas à sua aplicação pedagógica quanto à utilização crítica e intencional desses recursos no planejamento educacional.

Durante as atividades práticas, em que todos os envolvidos elaboraram, com apoio das ferramentas ChatGPT, Gemini e NotebookLM, ao menos um Estudo de Caso e/ou uma minuta de PAEE ou PEI, observou-se que as ferramentas de IAGen contribuíram para organizar informações provenientes das entrevistas familiares, para identificar barreiras que impedem o desenvolvimento do discente, estruturar objetivos educacionais e para identificar recursos de acessibilidade e Tecnologia Assistiva. Além disso, os relatos orais dos docentes indicaram percepção de redução do tempo destinado à organização das informações e maior segurança na estruturação dos instrumentais, mantendo-se a compreensão de que os conteúdos gerados pela IAGen necessitam de análise, validação e adequação por parte do professor.

Outro aspecto observado foi o fortalecimento das competências digitais docentes, evidenciado pela elaboração de prompts mais qualificados, pela avaliação crítica das respostas produzidas pelas ferramentas e pela compreensão da IAGen como recurso de apoio à tomada de decisões pedagógicas, e não como substituta do julgamento profissional.

Embora os resultados apresentados sejam preliminares e decorrentes de uma experiência formativa pontual, eles apontam para a necessidade de ampliar ações de formação continuada voltadas ao uso pedagógico da

Inteligência Artificial Generativa, de modo que os profissionais possam utilizar esses recursos com maior segurança, autonomia e intencionalidade educativa. Nesse contexto, a formação realizada constituiu uma oportunidade inicial de aproximação entre tecnologia e Educação Especial, indicando caminhos para novas experiências formativas voltadas à qualificação do Atendimento Educacional Especializado e à construção de práticas pedagógicas mais responsivas às demandas dos estudantes.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 12.686**, de 20 de outubro de 2025. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 out. 2025a.

BRASIL. **Decreto nº 12.773**, de 8 de dezembro de 2025. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 2025b.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 421, de 18 de maio de 2026. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 maio 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

UNESCO. **Marco referencial de competências em inteligência artificial para professores**. Paris: UNESCO, 2024.

RESUMOS EXPANDIDOS

EIXO 2

Processos de ensino e de aprendizagem
na perspectiva da educação especial

ATIVIDADE INTEGRADA NA FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ESCOLAS DA REGIÃO DO CARIRI

Acreciana de Sousa Melo, Fabiana Mendonça Lima, Cícera Sineide Dantas
Rodrigues

acreciana.melo@urca.br, fabiana.mendonca@urca.br,
sineide.rodrigues@urca.br

Departamento de Educação, Universidade Regional do Cariri

Introdução

A Educação Inclusiva constitui um dos princípios fundamentais da educação contemporânea, ao defender o direito de todos os estudantes à participação, à aprendizagem e ao desenvolvimento em ambientes escolares que respeitem a diversidade humana (Mantoan, 2015).

Nesse contexto, a escola é desafiada a reorganizar suas práticas pedagógicas, seus processos de ensino e aprendizagem e sua cultura institucional, de modo a garantir condições não somente de acesso, mas também de permanência, participação e aprendizagem para todos (Brasil, 1988). Tal perspectiva demanda professores preparados para reconhecer as singularidades das crianças e desenvolver estratégias pedagógicas que promovam uma Educação Inclusiva e de qualidade.

Diante desse cenário, a formação inicial de professores assume papel central no processo de construção de conhecimentos, competências e atitudes necessárias à prática pedagógica inclusiva. Mais do que a assimilação de conteúdos teóricos, torna-se imprescindível proporcionar aos licenciandos experiências que favoreçam a articulação entre teoria e prática, possibilitando a construção de novos saberes, a análise crítica da realidade educacional e a reflexão sobre os desafios e as possibilidades no contexto da docência.

Nesse sentido, vale destacar a importância de superarmos na formação inicial de professores, a perspectiva curricular centrada em conteúdos esvaziados de sentidos, que desconsideram a realidade da escola (Pimenta, 2005). Tomar a prática como ponto de partida no diálogo com as reflexões teóricas, é um passo fundamental para a construção da identidade profissional dos futuros professores, baseada nas contradições da prática educativa viva e pulsante do cotidiano escolar. A prática torna-se assim importante fonte para a constituição dos saberes docentes, que são diversos e provenientes de múltiplas fontes, adquiridos no contexto de experiências heterogêneas, do campo pessoal, social, experiencial e profissional (Tardif, 2002).

Pensando nisso, enquanto professoras universitárias, realizamos uma atividade integrada de pesquisa de campo, constituída por observação e prática em salas de referência da Educação Infantil, contemplando os seguintes Componentes Curriculares: Fundamentos da Educação Infantil I, Didática II e Psicomotricidade, na turma de estudantes do IV Semestre do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri (URCA). Ressaltamos que, embora não sejam disciplinas específicas sobre a educação na perspectiva inclusiva, consideramos importante o diálogo acerca da inclusão de forma transversal em todos os Componentes Curriculares desta instituição de ensino.

Essa ótica possibilita aos futuros pedagogos compreenderem a inclusão como um princípio ético, político e pedagógico que deve orientar a prática educativa em sua totalidade, no que se refere ao planejamento, à avaliação, às metodologias e à organização dos espaços de aprendizagem.

Assim, ao integrar a temática da Educação Inclusiva em diferentes áreas do conhecimento, a formação inicial de professores, fortalece nos graduandos o desenvolvimento de saberes docentes, voltados para uma atuação crítica, reflexiva, inclusiva e comprometida com a qualidade educacional e com o direito à aprendizagem das crianças.

Objetivo

Analisar os desafios e as possibilidades da Educação Inclusiva, a partir das reflexões produzidas por estudantes do Curso de Pedagogia da Urca, durante atividades integradas de observação e prática, realizadas em instituições de Educação Infantil na região do cariri cearense.

Método

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e reflexiva, por compreender as percepções de estudantes acerca da Educação Inclusiva, a partir da experiência de pesquisa de campo, vivenciada em instituições de Educação Infantil da região do Cariri.

Reiteramos que o trabalho foi desenvolvido no âmbito da formação inicial de professores, tendo como participantes uma turma de estudantes do IV Semestre do Curso de Pedagogia da URCA, nos seguintes Componentes Curriculares: Fundamentos da Educação Infantil I, Didática II e Psicomotricidade, do semestre 2025.2. A turma, formada apenas por mulheres, foi dividida em 13 equipes de trabalho.

A atividade integrada ocorreu por meio de pesquisa de campo, incluindo observação da escola e de uma sala de referência da Educação Infantil, orientada por um roteiro previamente elaborado, contemplando aspectos relacionados à estrutura física, à organização do ambiente escolar, às práticas pedagógicas, às estratégias de inclusão, à acessibilidade e à participação das crianças nas ações desenvolvidas no espaço de vivências.

Após as observações, as acadêmicas planejaram e desenvolveram, junto às crianças da turma observada, uma experiência educativa que levasse em consideração o contexto observado, buscando garantir o direito à inclusão, os direitos de aprendizagem, o brincar e o interagir como eixos norteadores e a articulação entre os campos de experiências (Brasil, 2017). Além disso, produziram relatos descritivos e reflexivos, registrando as situações observadas, suas análises e as relações estabelecidas entre os referenciais teóricos estudados nas disciplinas e a realidade encontrada.

A análise dos dados deste estudo resulta da apreciação, pelas professoras dos Componentes Curriculares contemplados nesta ação, das etapas do trabalho, abrangendo: a) as apresentações orais ocorridas em sala de aula, onde as alunas socializaram os achados, os saberes e as reflexões construídas durante o processo; b) a leitura interpretativa dos relatos escritos, produzidos de forma descritiva, reflexiva e fundamentada, buscando identificar os desafios e as possibilidades da prática docente na perspectiva inclusiva.

As reflexões foram fundamentadas na literatura da área e em documentos normativos que orientam a Educação Inclusiva, possibilitando uma análise crítica das experiências de observação e prática e de suas contribuições para a formação inicial de professores.

Resultados Preliminares

A análise das apresentações e dos relatos produzidos pelas estudantes de Pedagogia evidenciou que as atividades de observação e prática constituíram um importante espaço de aproximação entre os conhecimentos teóricos construídos no processo formativo inicial e a realidade das práticas desenvolvidas nas instituições de ensino.

As experiências possibilitaram as licenciandas reconhecerem que a efetivação da Educação Inclusiva, desde a Educação Infantil, envolve desafios que extrapolam a presença da criança público-alvo da educação especial na sala de aula, exigindo um bom planejamento pedagógico, trabalho colaborativo, compromisso com a aprendizagem de todos, e a construção de políticas públicas voltadas para a efetiva inclusão das crianças.

Entre os principais desafios identificados na prática da Educação Inclusiva, destacaram-se: precárias condições estruturais, insuficiência de recursos pedagógicos acessíveis, dificuldades relacionadas à adaptação das atividades, pouca participação nas atividades das crianças com alguma Necessidade Educacional Especial (NEE) e a permanência de concepções tradicionais que dificultam a adoção de práticas inclusivas. As estudantes também destacaram, em alguns contextos, a importância de se investir mais

na formação continuada dos professores, na preparação dos profissionais de apoio e na articulação entre os diferentes profissionais da escola.

Por outro lado, as análises permitiram identificar possibilidades significativas para o fortalecimento da Educação Inclusiva. Também foram reconhecidas práticas pedagógicas pautadas no acolhimento, na utilização de estratégias inclusivas e na promoção da participação das crianças nas experiências educativas promovidas nas salas de referência. Tais vivências evidenciaram que a construção de uma escola inclusiva depende não apenas de recursos materiais, mas também de atitudes, conhecimentos e práticas comprometidas com a inclusão e com o respeito à diversidade.

Os relatos reflexivos demonstraram, ainda, que a atividade integrada de observação e prática favoreceu às futuras professoras o desenvolvimento de uma postura mais crítica. Nesse sentido, ao confrontarem os referenciais teóricos e os conhecimentos discutidos no âmbito acadêmico com as situações observadas e experiências vivenciadas nas escolas, as acadêmicas ampliaram sua compreensão acerca da complexidade da prática docente e reconheceram a necessidade de uma formação que articule teoria e prática de forma contínua.

Conclusões preliminares

Os resultados evidenciam que a atividade integrada de observação e prática no contexto da Educação Infantil, de componentes curriculares do Curso de Pedagogia, contribuiu para o desenvolvimento de uma postura investigativa, crítica e reflexiva, favorecendo a construção da identidade profissional das licenciandas e o fortalecimento do compromisso com uma Educação Inclusiva. As estudantes ampliaram sua compreensão acerca das políticas, das práticas pedagógicas, dos desafios enfrentados e das possibilidades para a garantia do direito à aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças.

Dessa forma, tal proposta se configura como importante estratégia de enriquecimento da formação inicial, reforçando a importância de inserir nesse

contexto, experiências que promovam a reflexão crítica acerca da realidade escolar e a construção de saberes docentes em suas diversas dimensões.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 28 jun. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 6 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

Apoio: Universidade Regional do Cariri – URCA.

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A ESCOLARIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ana Claudia Rocha Bertoli, Fabrício Santos Dias de Abreu
anac.rocha@ymail.com, fabra201@gmail.com

*Programa de Pós-Graduação em Educação,
Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro-RJ*

Introdução

Nas últimas décadas, a educação inclusiva consolidou-se como um dos principais eixos das políticas educacionais brasileiras, especialmente a partir do fortalecimento dos direitos sociais e da ampliação dos debates sobre cidadania, diversidade, equidade e justiça social. A promulgação da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Declaração de Salamanca (1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) constituem marcos relevantes na construção de sistemas educacionais comprometidos com a garantia do direito à educação para todos.

Esse movimento insere-se em um contexto mais amplo de expansão dos direitos humanos e de reconhecimento da educação como condição fundamental para a participação social e para o exercício da cidadania. Conforme argumenta Bobbio (2004), os direitos não constituem conquistas naturais ou definitivas, mas construções históricas resultantes de processos permanentes de reivindicação, reconhecimento e ampliação da cidadania. Sob essa perspectiva, a inclusão escolar pode ser compreendida como expressão das lutas sociais voltadas ao reconhecimento da diversidade humana e à garantia do acesso aos bens culturais historicamente produzidos pela sociedade.

Entretanto, a ampliação do acesso à escola regular não eliminou os desafios relacionados à efetiva participação e aprendizagem dos estudantes

público-alvo da Educação Especial. Embora os avanços normativos tenham contribuído para ampliar a presença desses estudantes nas classes comuns, persistem obstáculos relacionados à acessibilidade, às condições de ensino, à organização escolar e à formação dos profissionais responsáveis pelos processos educativos. Nesse cenário, torna-se necessário compreender que a inclusão não se limita à presença física dos estudantes nos espaços escolares, mas envolve a construção de condições concretas para que participem ativamente das experiências de ensino e aprendizagem.

As discussões sobre inclusão escolar assumem especial relevância diante do crescimento das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial na educação básica brasileira. Tal ampliação tem exigido das instituições educacionais novas formas de organização pedagógica e tem atribuído centralidade à formação docente como elemento estratégico para a consolidação de práticas inclusivas. Como destacam Mantoan (2003) e Pletsch (2009), a construção de sistemas educacionais inclusivos exige transformações que ultrapassem adaptações pontuais, demandando mudanças nas concepções de ensino, nas práticas pedagógicas e na própria compreensão da diversidade.

Nesse contexto, a formação docente constitui elemento estratégico para a efetivação das políticas inclusivas, uma vez que a atuação em contextos diversos exige conhecimentos e práticas comprometidos com a garantia do direito à educação. Refletir sobre a formação dos professores significa, portanto, discutir as condições necessárias para que os princípios da inclusão sejam efetivamente incorporados ao cotidiano escolar e aos processos de ensino e aprendizagem.

Objetivo

Analisar, a partir de referenciais teóricos e de levantamento documental em andamento, os desafios da formação docente frente à escolarização do público-alvo da Educação Especial, discutindo as relações entre políticas inclusivas, direitos humanos, direito à educação e preparação profissional para atuação em contextos educacionais diversos.

Método

A pesquisa integra estudo de mestrado em desenvolvimento na área da Educação.

Adota-se abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica e na análise documental. O estudo encontra-se em fase de levantamento e organização dos documentos que comporão o corpus de análise, incluindo Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia e documentos relacionados ao ingresso na carreira docente.

Busca-se identificar concepções de educação inclusiva, conhecimentos considerados necessários para atuação junto ao público-alvo da Educação Especial e orientações voltadas à construção de práticas pedagógicas inclusivas. A amostra contempla diferentes contextos institucionais, permitindo observar tendências presentes nos processos de formação e seleção de professores.

O referencial teórico fundamenta-se em autores que discutem direitos sociais, educação inclusiva e formação docente, entre os quais Bobbio (2004), Freire (2022), Tardif (2019), Imbernón (2011), Mantoan (2003), Glat e Fernandes (2005) e Pletsch (2009).

Resultados preliminares

Embora a análise documental ainda esteja em desenvolvimento, o percurso teórico realizado até o momento permite identificar elementos relevantes para a compreensão do objeto investigado.

Em primeiro lugar, a literatura evidencia que a inclusão escolar não pode ser reduzida à ampliação do acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial às escolas regulares. Conforme destacam Mantoan (2003) e Glat e Fernandes (2005), a presença física dos estudantes em classes comuns não garante, por si só, a participação efetiva nos processos educativos. A inclusão pressupõe a reorganização das práticas pedagógicas, dos currículos e das estruturas escolares, de modo a reconhecer a diversidade como característica constitutiva dos espaços educacionais.

Outro aspecto evidenciado pela literatura refere-se ao reconhecimento da educação como direito social e condição fundamental para a participação cidadã. Nessa perspectiva, a escolarização das pessoas público-alvo da

Educação Especial ultrapassa a dimensão do acesso à escola, envolvendo também a garantia de oportunidades reais de aprendizagem, desenvolvimento e participação social.

A literatura também evidencia que a formação docente ocupa posição estratégica na consolidação da educação inclusiva. Tardif (2019) destaca a mobilização de múltiplos saberes no exercício da docência, enquanto Imbernón (2011) enfatiza a formação permanente como condição para responder às demandas contemporâneas da educação. Em diálogo com essas perspectivas, Freire (2022) contribui para compreender a inclusão como processo fundamentado no reconhecimento dos sujeitos e na participação de todos os estudantes.

Outro elemento evidenciado pela literatura refere-se à existência de tensões entre os avanços normativos observados nas políticas públicas e as condições concretas de implementação da inclusão escolar. Embora a legislação brasileira tenha ampliado significativamente o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, diversos estudos apontam dificuldades relacionadas à formação profissional, às condições de trabalho docente e à oferta de recursos necessários para a efetivação das políticas inclusivas.

As reflexões de Bobbio (2004) contribuem para compreender esse cenário ao destacar que a existência formal de um direito não garante automaticamente sua concretização. No campo educacional, isso significa criar mecanismos capazes de assegurar que os estudantes público-alvo da Educação Especial tenham acesso não apenas à matrícula escolar, mas também às oportunidades efetivas de aprendizagem e desenvolvimento.

Os resultados preliminares indicam, portanto, que a formação docente constitui elemento central para a consolidação da educação inclusiva. Ao mesmo tempo, evidenciam a necessidade de aprofundar investigações sobre os conhecimentos e competências valorizados nos processos de formação inicial e de ingresso na carreira docente, aspecto que orienta o desenvolvimento da presente pesquisa.

As evidências identificadas até o momento permitem refletir que a efetivação da educação inclusiva depende não apenas da existência de dispositivos legais ou da ampliação do acesso escolar, mas também da construção de processos formativos capazes de preparar os professores para atuar em contextos marcados pela diversidade. Nesse sentido, a análise dos

documentos sugere que a inclusão escolar permanece como desafio que exige articulação entre políticas públicas, formação docente e condições institucionais de trabalho, evidenciando a necessidade de superar perspectivas restritas à dimensão normativa e avançar na construção de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas.

Além disso, os resultados preliminares indicam que a discussão sobre formação docente não pode ser desvinculada da garantia do direito à educação. A preparação dos professores para o trabalho com estudantes público-alvo da Educação Especial constitui elemento central para a concretização dos princípios de equidade e justiça social presentes nas políticas educacionais brasileiras, reforçando a importância de investigações que problematizem os conhecimentos e competências valorizados nos processos de formação inicial e ingresso na carreira docente.

Conclusões preliminares

As reflexões desenvolvidas indicam que a efetivação da educação inclusiva está diretamente relacionada à formação docente. Embora as políticas públicas tenham ampliado o reconhecimento do direito à educação das pessoas público-alvo da Educação Especial, persistem desafios relacionados à preparação dos professores para atuação em contextos marcados pela diversidade.

A pesquisa em andamento busca contribuir para esse debate ao analisar como a educação inclusiva e a formação para atuação junto ao público-alvo da Educação Especial são abordadas em documentos que orientam tanto a formação inicial quanto o ingresso na carreira docente. Espera-se que os resultados possam colaborar para o fortalecimento das discussões sobre inclusão escolar, políticas educacionais e formação de professores, ampliando a compreensão acerca dos desafios contemporâneos da escolarização inclusiva e reafirmando a educação como direito fundamental de todos os sujeitos.

Referências

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 85. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. **Revista Inclusão**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ENSINO MÉDIO

Benedita Leidiane de Lima, Veronica Leal de Moura
leidianenita458@gmail.com, mouramoura22leal@gmail.com

*Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio
Grande do Norte*

Introdução

A educação inclusiva é um direito fundamental assegurado pelas políticas públicas educacionais, que assegura o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas - NEE no ensino regular. Contudo, a efetivação desse direito no Ensino Médio é desafiadora devido às demandas curriculares complexas, exigindo que a inclusão vá além da matrícula e se traduza em práticas pedagógicas acessíveis e adaptações curriculares que respeitem as singularidades de cada aluno.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender que a inclusão escolar não se limita apenas à matrícula do aluno com NEE na escola regular, principalmente quando há discrepância entre a etapa de escolarização e o nível do desenvolvimento cognitivo do estudante. É necessário práticas pedagógicas acessíveis e adaptadas. Assim, a organização de rotinas estruturadas, o uso de comandos simples e a comunicação funcional se mostram aliados exitosos para promover o engajamento escolar e alcançar o objetivo escolar.

Diante dessa realidade, este trabalho apresenta o relato de experiência desenvolvido por duas professoras que atuam com *Fabrício* (nome fictício para preservar a identidade do aluno foco da pesquisa), um estudante com hidrocefalia matriculado na 2ª série do Ensino Médio em uma escola pública na cidade de Natal/RN, que apresenta dificuldades educacionais significativas e demanda acompanhamento pedagógico individualizado.

Assim, buscou-se refletir sobre as práticas pedagógicas construídas no contexto da educação inclusiva, evidenciando possibilidades e desafios enfrentados no processo de escolarização para além da matrícula formal do estudante no ensino regular.

Objetivo

Analisar, a partir das práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto das estratégias de mediação, comunicação funcional e adaptação curricular utilizadas no acompanhamento de *Fabrício*, evidenciando possibilidades e desafios para a efetivação da inclusão escolar no Ensino Médio.

Método

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir da prática pedagógica realizada no contexto da educação inclusiva em uma escola pública da rede regular de ensino. A pesquisa fundamenta-se na observação participante e na análise reflexiva das intervenções pedagógicas adotadas no acompanhamento educacional de *Fabrício*. As práticas desenvolvidas contemplam as especificidades funcionais, cognitivas e comunicacionais, focando na criação de um planejamento educacional adaptado às demandas observadas no cotidiano escolar.

Para a construção das intervenções pedagógicas, utilizaram-se atividades estruturadas com foco no desenvolvimento da comunicação funcional, da compreensão de comandos simples, da ampliação e participação nas atividades escolares, além da construção de habilidades acadêmicas e funcionais compatíveis com o nível de seu desenvolvimento. Entre as estratégias adotadas destacam-se o uso de rotina estruturada, mediação individualizada, adaptação curricular, materiais concretos e atividades visuais organizadas de forma gradual e funcional.

Os registros pedagógicos produzidos ao longo do acompanhamento constituíram-se como principal instrumento de análise, incluindo observações

do desempenho do estudante, registros das atividades aplicadas, respostas apresentadas durante as intervenções e avanços observados nos processos de interação, participação e aprendizagem. Tais registros foram organizados em consonância com o planejamento educacional previamente elaborado para atender às necessidades específicas do estudante no contexto escolar inclusivo.

A análise das experiências buscou compreender de que maneira as práticas pedagógicas desenvolvidas contribuíram para a promoção da acessibilidade pedagógica e para a efetivação da inclusão escolar para além da matrícula formal no ensino regular.

Resultados Preliminares

Com base na experiência pedagógica desenvolvida, evidenciou-se que a inclusão escolar de estudantes com NEE no ensino médio demanda muito mais do que a permanência física, exigindo práticas pedagógicas individualizadas e acessíveis que considerem as especificidades funcionais e educacionais do estudante.

As intervenções pedagógicas utilizadas priorizaram o uso de comunicação funcional, comandos simples, rotina estruturada, mediação individualizada e atividades adaptadas com apoio visual e concreto. Essas estratégias favoreceram maior participação do estudante nas atividades propostas, ampliação da compreensão de orientações simples e fortalecimento do vínculo com o processo de aprendizagem.

Os registros pedagógicos apontaram avanços relacionados ao engajamento nas atividades mediadas, à permanência nas propostas pedagógicas e à interação no contexto escolar. Observou-se ainda que a previsibilidade das rotinas e a adaptação das atividades contribuíram para tornar o processo de ensino mais acessível e significativo.

Os resultados preliminares reforçam a importância da mediação docente e da flexibilização curricular na construção de práticas inclusivas que promovam não apenas a matrícula, mas, sobretudo, a participação efetiva do estudante no ambiente escolar.

Conclusões preliminares

A experiência apresentada demonstrou que a inclusão de estudantes como *Fabrício* exige práticas que superem a permanência física na sala de aula. O uso prioritário de comunicação funcional e rotinas previsíveis favoreceu um maior engajamento do estudante e fortaleceu seu vínculo com o processo de aprendizagem.

Os registros apontaram progressos significativos na permanência do aluno nas atividades propostas e na sua interação no contexto escolar. A mediação docente constante e a flexibilização do currículo mostraram-se indispensáveis para tornar o ensino acessível e garantir a participação efetiva do aluno, reforçando que a adaptação pedagógica é o caminho para uma inclusão real.

Conclui-se que o trabalho docente deve ser orientado para a construção de condições que garantam não apenas o acesso, mas o sucesso e a participação do estudante público-alvo da educação especial no ensino regular.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

DO ACOLHIMENTO AO PROTAGONISMO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E COLABORATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Cristiane dos Santos Silva Ferreira, Aline Tavares Nogueira Bezerra de Melo,
Danielle Pereira de Souza
cristiane.1393731@educar.rn.gov.br

Centro Estadual de Educação Profissional Professora Lourdinha Guerra

Introdução

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista desafia os sistemas de ensino a superarem barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas. Esse desafio acentua-se no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnico de Tempo Integral, modalidade que exige dos educandos um tempo expandido de permanência escolar e o gerenciamento de uma exaustiva grade curricular.

O princípio desta pesquisa está intrinsecamente ligada à história de vida da docente, cuja sensibilidade pedagógica foi despertada pela convivência fraterna com seu irmão autista. O jovem, que faleceu aos 24 anos, deixou um legado afetivo imensurável, transformando o olhar da pedagoga em relação à potencialidade, às emoções e ao direito ao protagonismo do sujeito com TEA. Essa bagagem afetiva consolidou-se ao longo de uma trajetória como professora polivalente nos anos iniciais do Ensino Fundamental I (2011–2021), período no qual a premissa de que "cada autista possui sua personalidade única" foi confirmada empiricamente, culminando no ingresso, por concurso público em 2021, na carreira de Professora de Educação Especial do Estado do Rio Grande do Norte.

A partir de 2021, a atuação deslocou-se para o Centro Estadual de Educação Profissional Professora Lourdinha Guerra (CEEP-PLG), com foco em cursos técnicos de Informática e Redes de Computadores. Sob o panorama pós-pandêmico e estendendo-se até o ano atual, a prática pedagógica passou a ser desenvolvida de forma colaborativa com mais duas professoras da Educação Especial e uma professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Objetivo

O objetivo geral deste projeto é analisar a eficácia do Guia de Ações Pedagógicas Inclusivas, construído coletivamente com base nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), como ferramenta de mediação pedagógica capaz de favorecer o desenvolvimento acadêmico, social e profissional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Técnico Integrado em Tempo Integral do CEEP-PLG. Para alcançar esse objetivo, busca-se investigar de que maneira o acolhimento inicial e as práticas de coensino contribuem para a redução das barreiras relacionadas à socialização e à comunicação desses estudantes; implementar estratégias de planejamento individualizado, como o Plano Educacional Individualizado (PEI), planners e a antecipação de rotinas, visando promover a autorregulação emocional e o manejo das frustrações no contexto do ensino em tempo integral; e discutir as transições formativas dos estudantes com TEA, desde a Educação Básica até o Ensino Superior e o mercado de trabalho, sob a perspectiva das neurociências e do desenvolvimento social.

Método

A presente pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência pedagógica crítica com abordagem qualitativa. O locus da investigação é o Centro Estadual de Educação Profissional Professora Lourdinha Guerra (CEEP-PLG), instituição da rede pública estadual localizada no RN, que oferta cursos técnicos em tempo integral integrado ao Ensino Médio.

O público-alvo deste estudo constitui-se de quatro estudantes com diagnóstico de TEA, acompanhados pela equipe pedagógica da Educação Especial entre os anos de 2023 e 2026. Os procedimentos metodológicos adotados basearam-se na Perspectiva Colaborativa, integrando três frentes de atuação:

- Equipe de Educação Especial;
- Professores Regentes (Base Comum/Técnica);
- Coordenação e gestão;
- Família e estudante.

Os procedimentos metodológicos dividem-se em três etapas sequenciais executadas no início de cada ciclo de ano letivo:

1. **Acolhimento e Entrevista Inicial:** Realização de escuta ativa e acolhedora com a família e o estudante no ato da matrícula pela equipe de Educação Especial (professora do AEE e professoras da Educação Especial). O discente realiza o reconhecimento prévio de todos os espaços físicos da escola, o que reduz a ansiedade de transição e estabelece a rede de apoio primária (OLIVEIRA, 2021).
2. **Construção do Plano de Ensino Individualizado (PEI) e Uso de Planners:** Elaboração do PEI contendo as adequações curriculares com base nas competências da BNCC. Introdução de um *planner* físico/visual como o primeiro passo pedagógico para sinalizar as antecipações das ações diárias perante as 24 disciplinas da matriz técnica e geral (LAURIA, 2022).
3. **Aplicação do Guia de Ações Pedagógicas Inclusivas:** Implementação de estratégias direcionadas de autorregulação (uso de fones de proteção auricular para atenuação de hipersensibilidade auditiva)

Resultados preliminares

Os resultados obtidos no CEEP-PLG entre os anos de 2023 e 2026 demonstram que as barreiras estruturais e emocionais de uma escola técnica de tempo integral podem ser superadas por meio de intervenções pedagógicas intencionais diante do trabalho colaborativo. Para garantir uma análise minuciosa de cada trajetória, os dados foram organizados individualmente por estudante.

Análise dos estudos de caso

Abaixo, detalham-se as tabelas correspondentes a cada um dos quatro estudantes acompanhados pelas professoras da Educação Especial e do AEE.

Quadro 1: Estudo de Caso do Estudante 1 / Turma “A” de Informática 2023 - 2025.

Análise	Descrição dos Dados e Mediações
Período de Acompanhamento	Ciclo de 3 anos (Conclusão em 2025).
Comportamento Inicial	Apresentava introversão, isolamento total e extrema irritabilidade com estímulos do ambiente escolar.
Intervenções do Guia Pedagógico Inclusivo	Desenvolvimento de ações voltadas à socialização guiada, à mediação de conflitos e ao suporte na escolha e transição para o Estágio Técnico, assegurando o respeito ao tempo de adaptação, ao ritmo de aprendizagem e às singularidades de cada estudante.
Desfecho Acadêmico e Social (2026)	Realizou estágio técnico em empresa da área, apresentou o relatório em

	banca avaliadora com sucesso, foi aprovado no ENEM e ingressou no curso de Matemática na universidade em 2026.
Articulação Teórica	Fundamentado em Gasparini (2020, p. 124) no tocante à emersão das potencialidades e em Piaget e Vigotski (2011, p. 78) sobre o social como propulsor do desenvolvimento.

Quadro 2: Estudo de Caso do Estudante 2 / Turma “B” de Informática /2023

Análise	Descrição dos Dados e Mediações
Período de Acompanhamento	Ciclo de 3 anos (Conclusão em 2025).
Comportamento Inicial	Estudante verbal, porém não se comunicava com <i>os colegas</i> ou professores por falta de confiança no ambiente; apresentava seletividade alimentar (recusa em comer na escola).
Intervenções do Guia Pedagógico Inclusivo	Uso do WhatsApp no 1º semestre de 2023 como recurso inclusivo para criar vínculo; antecipação de rotinas/avaliações; incentivo gradual à alimentação coletiva e inserção na liderança de projetos técnicos.
Desfecho Acadêmico e Social (2026)	Passou a almoçar no refeitório e fazer trabalhos em grupo; liderou uma equipe no desenvolvimento de um protótipo gamificado (Quiz na disciplina de Química Orgânica)

	aplicado para 119 estudantes; aprovado no ENEM, ingressou em Engenharia da Computação na UFRN em 2026.
Articulação Teórica	Conectado a Oliveira (2021, p. 63) sobre a necessidade de canais de confiança para a linguagem e a Lauria (2022, p. 112) na ativação das funções executivas por meio da gamificação.

Quadro 3: Estudo de Caso do Estudante 3 /Turma “B” de Informática /2025-2027

Análise	Descrição dos Dados e Mediações
Período de Acompanhamento	Ciclo iniciado em 2024 (Previsão de conclusão em 2027).
Comportamento Inicial (1º Ano)	Não socializava, resistia ao cumprimento de combinados, recusava-se a realizar avaliações formais e confrontava colegas e professores; uso de boné em sala de aula. No ano anterior, o estudante participou de uma aula de campo em outro estado, permitindo-se ficar 20h na companhia dos professores e colegas.
Intervenções do Guia Pedagógico Inclusivo (2º Ano)	Substituição estratégica do boné por fone de proteção auricular (abafador de ruídos); integração de hiperfocos benéficos (habilidade com desenho e

	fluência em Língua Inglesa) para trabalhos coletivos.
Desfecho Acadêmico e Social (<i>atualmente</i> - 2026)	Atualmente (final do 1º semestre de 2026), realiza todas as atividades avaliativas em sala, apresenta ótima socialização com pares e professores e já vivencia o plano de transição para o 3º ano do ensino médio.
Articulação Teórica	Dialoga com Levin (2019, p. 92) sobre o corpo inscrito na linguagem e a reconfiguração de objetos simbólicos no espaço escolar, além das diretrizes estruturais de Pontis (2019, p. 45).

Quadro 4: Estudo de Caso do Estudante 4 /Turma "A" de Redes de Computadores /2026-2028

Análise	Descrição dos Dados e Mediações
Período de Acompanhamento	Novo ciclo iniciado em 2026 (Previsão de conclusão em 2028). Turma do 1º A Redes.
Comportamento Inicial	Nível 2 de suporte; restrição e seletividade de texturas alimentares (recusa total em almoçar na escola); desregulação emocional frequente e isolamento.
Intervenções do Guia Pedagógico Inclusivo	Acolhimento inicial com a família; uso do planner de antecipação de rotina para os dois turnos; autorização para almoço inicial reservado na Sala do

	AEE com transição gradativa para o refeitório comum.
Desfecho Acadêmico e Social (atualmente - 2026)	Ao final deste primeiro semestre de 2026, o estudante já almoça junto aos demais colegas no refeitório, participa ativamente de brincadeiras e trabalhos em grupo e consegue expressar verbalmente seus desejos e frustrações.
Articulação Teórica	Embasado em Pontis (2019, p. 45) sobre a previsibilidade ambiental na redução da ansiedade e em Piaget e Vigotski (2011, p. 78) sobre a potência da interação social no desenvolvimento do sujeito.

Conclusão

A inclusão escolar na perspectiva da equidade exige dos profissionais da educação um compromisso ético e afetivo que transcende os normativos legais. O percurso formativo e biográfico delineado neste trabalho evidencia que o estudante com Transtorno do Espectro Autista é plenamente capaz de alcançar o protagonismo acadêmico e social, desde que o ambiente escolar esteja estruturado sem barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais.

A experiência coletiva desenvolvida no CEEP-PLG a partir de 2021 demonstra que a articulação entre as professoras da Educação Especial, do AEE e do corpo docente da base técnica/geral, corporificada no Guia de Ações Pedagógicas Inclusivas, obteve êxito em converter o isolamento em liderança e a seletividade em inserção social. As aprovações dos discentes em cursos de alta concorrência como Engenharia da Computação na UFRN e Matemática atestam a eficácia das intervenções focadas nas potencialidades individuais.

Conclui-se que o acolhimento humanizado na escola e o respeito ao tempo biopsicossocial do estudante autista constituem os pilares para a

construção do sentimento de pertencimento. O legado afetivo originado na vivência familiar da pesquisadora reverbera hoje nas práticas pedagógicas de uma equipe resiliente, reafirmando o direito inalienável do estudante com TEA de ser o que ele escolher ser.

Referências

- GASPARINI, Julian. Do diagnóstico à batalha inicial. *In*: GASPARINI, Julian (org.). **Um olhar para o autismo**. 1. ed. [S. l.: s. n.], 2020. cap. 15, p. 123-126.
- LAURIA, Fernando. **TEA, TDAH e funções executivas: uma abordagem neurocientífica e inclusiva**. 1. ed. São Paulo: Editora Inclusiva, 2022.
- LEVIN, Esteban. **A clínica psicomotora: o corpo na linguagem**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.
- OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça. **Pergunte a u/a autista**. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2021.
- PIAGET, Jean; VIGOTSKI, Lev. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social**. 6. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- PONTIS, Marco. **Autismo: o que fazer e o que evitar**. Guia rápido para professores do ensino fundamental. 1. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.
- SEBASTIAN-HEREDERO, Eládio; PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza; VITALIANO, Célia Regina**. *Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA): uma abordagem inclusiva*. 1. ed. São Carlos: De Castro, 2022.
- ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves**. Desenho Universal para a Aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. *Educação Unisinos*, v. 22, n. 2, p. 147-155, abr./jun. 2018.

O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECÍFICAS NA REDE MUNICIPAL DE NATAL: PERSPECTIVAS ATUAIS

Edileide Ribeiro Pimente, Rosa Núbia Floriano dos Santos Canuto
pimenteledileide@gmail.com, profrosanubia1@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução

A consolidação dos marcos regulatórios da inclusão escolar transformou a sala de aula comum em um espaço de valorização da diversidade, o que passou a exigir dos sistemas públicos suportes humanos e materiais robustos para viabilizar o acesso, a permanência digna e o aproveitamento pedagógico real de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE).

Nesse panorama de transição, o antigo modelo de atendimento — pautado em monitorias informais ou estágios temporários — foi substituído nacionalmente pela figura jurídica e funcional do Profissional de Apoio Escolar (PAE). No âmbito da Rede Municipal de Natal/RN, a atuação desse agente é regulamentada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), que circunscreve suas atribuições operacionais à eliminação de barreiras cotidianas de locomoção, higiene, alimentação e comunicação, vedando expressamente a substituição das funções docentes.

Embora a inserção do PAE se sustente no princípio de que o acesso físico é incompleto sem apoios individualizados que garantam a autonomia do estudante, a universalização desse suporte é severamente tensionada por processos contemporâneos de precarização laboral. A indefinição jurídica sobre a profissionalização da categoria, a fragilidade dos vínculos contratuais e a ausência tanto de formação continuada quanto de espaços de

planejamento coletivo submetem esse profissional a um cenário crônico de instabilidade e de invisibilidade perante a comunidade escolar.

Os estudos de Silva (2022) indicam que essa desvalorização sistemática gera alta rotatividade institucional e lacunas formativas que comprometem a construção de vínculos afetivos estáveis, dificultando a emancipação do educando e atuando como um vetor de segregação velada, na qual o aluno permanece fisicamente presente, mas pedagogicamente marginalizado.

Historicamente, a Rede Municipal de Natal tem recorrido a estagiários e voluntários via convênios com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) desde 2014. Essa realidade gerencial contrasta sensivelmente com o modelo da Rede Estadual do Rio Grande do Norte que, desde 2015, dispõe de professores especialistas efetivos providos por concurso público, garantindo maior estabilidade ao processo inclusivo.

Objetivo

Análise crítica sobre o profissional de apoio escolar no processo de inclusão de estudantes com NEE na Rede Municipal de Natal, contrapondo suas responsabilidades normativas às dinâmicas contemporâneas de precarização do trabalho que vulnerabilizam a categoria.

Método

Esta investigação de natureza qualitativa fundamenta-se no pressuposto de que o ambiente institucional e as relações humanas dinâmicas constituem fontes diretas para a compreensão minuciosa de fenômenos sociais complexos (Bogdan; Biklen, 1994). A análise assume um caráter descritivo e indutivo, voltando-se à apreensão dos significados que as contradições estruturais exercem no cotidiano das escolas públicas.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental baseada em fontes secundárias e normativas legais vigentes (Gil, 2017). O corpus documental organizou-se a partir do cruzamento dialético entre o Documento Técnico-Orientador da SME Natal, o Caderno 4 do Instituto

Paradigma (Russo; Pereira, 2025), o Edital nº 01/2026-COMPEC/SME (Natal, 2026), e a Legislação Federal Aplicada ao tema (Brasil, 2025).

Resultados preliminares

1. Atribuições do PAE na Rede Municipal de Natal

Antes da introdução formal do PAE, a Rede Municipal de Natal recorria predominantemente a estagiários para a mediação na Educação Especial. Contudo, o baixo valor da bolsa-auxílio, a sobrecarga de atribuições, a falta de formação e o isolamento em sala geraram dificuldades crônicas de recrutamento. Ademais, pesquisas apontam que a atuação do estagiário sem suporte técnico pode consolidar uma exclusão interna: o aluno acaba isolado com o graduando, o que exime o professor regente da responsabilidade direta pelo processo de ensino-aprendizagem (Lopes, 2018) e gera sentimentos de angústia nos estudantes de Pedagogia (Silva, 2022).

Para superar esse modelo, o cenário legislativo nacional instituiu marcos regulatórios fundamentais. Inicialmente, a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) garantiu o "Acompanhante Especializado" para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015) consolidou a nomenclatura "Profissional de Apoio Escolar" (art. 3º, XIII), definindo sua atuação nas áreas de alimentação, higiene e locomoção, sem substituir o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Alinhadas a esse panorama, as diretrizes locais da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Natal (Natal, 2024) detalham a natureza essencialmente não pedagógica do PAE, circunscrevendo sua prática a protocolos técnicos de eixos específicos: Alimentação e higiene, locomoção e acomodação, comunicação, monitoramento interno.

O texto normativo local enfatiza que o PAE deve submeter-se estritamente às orientações do professor regente para evitar "interferências no trabalho pedagógico". No entanto, essa delimitação rígida e puramente instrumental fragmenta as práticas escolares. No desenvolvimento de pessoas com deficiência, a indissociabilidade entre o "cuidar" e o "educar"

constitui princípio fundamental; ambos representam duas faces da mesma moeda no trabalho pedagógico inclusivo.

2. O Processo de Precarização, Alinhamento Legal e Impactos sobre os Estudantes

No âmbito federal, os Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025 padronizaram o suporte de apoio escolar com a exigência de nível médio, formação continuada de 180 horas e vinculação direta ao Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e ao Plano de Ensino Individualizado (PEI), estipulando que sua concessão decorra de um estudo de caso pedagógico para despatologizar a educação.

Contudo, a Rede Municipal de Natal diverge dessa diretriz ao instituir o Edital nº 01/2026-COMPEC/SME para o cargo de "Educador Social Voluntário", estabelecendo um vínculo instável via Termo de Adesão, com jornada de 20 horas semanais e bolsa-auxílio de R\$ 900,00. Essa precarização reflete a lógica gerencialista de redução do Estado e de restrição orçamentária que, na docência geral, engendra o "precariado professoral" (Silva; Motta, 2019) e, na Educação Especial, impõe soluções baratas que resultam em uma "pseudo inclusão", na qual o aluno é inserido fisicamente, mas excluído da apropriação real do conhecimento (Martins, 2011).

Do confronto analítico entre o modelo de Natal, as normas federais e o relatório do Instituto Paradigma (Russo; Pereira, 2025), emergem três desdobramentos críticos que vulnerabilizam o processo inclusivo: Terceirização e Isolamento da Inclusão; Instabilidade Laboral e Quebra de Vínculo e Invisibilidade Estatística nos Censos Oficiais.

Conclusões preliminares

A investigação sobre o profissional de apoio escolar em Natal/RN evidenciou que os avanços técnicos federais de 2025 são mitigados localmente pela precarização trabalhista, por meio da baixa remuneração, ausência de concurso público, contratos temporários frágeis, rotatividade constante de pessoal e a contratação massiva de estagiários de Pedagogia para assumirem funções de profissionais de carreira.

Para superar esses impasses, é urgente conferir visibilidade estatística à categoria no Censo Escolar para viabilizar o financiamento pelo Fundeb, além de substituir os modelos voluntários municipais por concursos públicos e planos de carreira. Essa valorização estrutural e a formação continuada permitirão integrar o PAE ao projeto político-pedagógico como um legítimo agente de acessibilidade, superando sua concepção como elemento clínico isolado.

Referências

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, Bruna Cariza Amorim de Castro. O papel do estagiário na inclusão escolar de alunos com deficiência: reflexões sobre a mediação pedagógica. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 63, p. 985-998, 2018.

MARTINS, Silvia Maria. **O profissional de apoio na rede regular de ensino**: a precarização do trabalho com alunos da educação especial. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

NATAL. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Setor de Educação Especial. **Orientações acerca das atribuições do Profissional de Apoio Escolar - PAE**. Natal: SME, 15 de fev. 2024.

NATAL. Secretaria Municipal de Educação (SME). Comissão Permanente de Concurso Público (COMPEC). **Edital nº 01/2026-COMPEC/SME**: Processo Seletivo Simplificado para o Programa Educador Social Voluntário. Diário Oficial do Município, Natal, RN, ano 26, n. 6100, p. 7-8, 5 jun. 2026.

RUSSO, Luiza; PEREIRA, Luiza Percevallis. **O profissional de apoio escolar e a inclusão educacional de estudantes com deficiência**. São Paulo: Instituto Paradigma, 2025. (Cadernos Instituto Paradigma, 4).

SILVA, Allan M.; MOTTA, Vania C. O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 3, p. 1-20, 2019.

SILVA, Ana Karoline Duarte da. **A atuação do aluno de pedagogia no estágio remunerado na educação infantil como apoio escolar de crianças com necessidades educacionais específicas**. 2022. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

PRODUÇÃO LITERÁRIA E LÚDICA, COMO ESTRATÉGIA PARA O TRABALHO DOS GÊNEROS TEXTUAIS, DE UM ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Fernanda Macedo Rodrigues, Dheborah Conceição de Moura
fernanda.2012782@educar.rn.gov.br

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte

Introdução

Na atualidade a medicina utiliza o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA) para denominar o Autismo e foca nas características do neurodesenvolvimento, que está dividida em duas áreas principais: 1) Dificuldades na Comunicação e Interação Social com desafios em iniciar ou manter conversas, uso de linguagem atípica, e dificuldade de compreender interações sociais ou linguagem não-verbal; 2) Padrões de Comportamento e Interesses restritos/repetitivos com forte apego a rotinas, movimentos repetitivos (estereotipias), apego a manias e interesses altamente focados (Brasil, 2026).

O termo "espectro" é utilizado porque o Transtorno do Espectro Autista se manifesta de maneiras distintas, com diferentes intensidades e necessidades de suporte para cada indivíduo.

A mediação no desenvolvimento das atividades para um aluno com TEA é imprescindível independentemente do nível de suporte. Percebemos que apesar do aluno em questão se encontrar no nível alfabético, com base na Teoria da Psicogênese da Escrita, ainda necessita se apropriar da função social da leitura e da escrita, diferenciando características e estruturas que proporcionem embasamento para desenvolver e realizar produções de forma autônoma e significativa.

Em Nunes e Walter (2016) cita-se uma das hipóteses sustentadas por White et al. (2009), e corroborada por Brown et al. (2013), é que indivíduos com TEA podem apresentar distintos níveis de sucesso na compreensão leitora de diferentes tipos de narrativas. Por exemplo, os textos que requerem um conhecimento social limitado tipicamente são mais bem compreendidos do que aqueles que demandam mais inferências e compreensão de situações sociais.

Diante das contribuições das autoras, utilizamos a ludicidade como estratégia pedagógica para o desenvolvimento da sua literalidade em relação a compreensão leitora, aprofundando a subjetividade no processo de produção textual e possibilitando assim, uma aprendizagem mais significativa através de expressão individual, criatividade e construção de sentidos. Como vimos em Borba (2007), os processos de desenvolvimento e de aprendizagem envolvidos no brincar são também constitutivos do processo de apropriação de conhecimentos.

Objetivo

O presente texto tem por objetivo relatar a experiência de mediação docente no processo de alfabetização de uma criança com TEA em que se buscou contribuir para o desenvolvimento do aluno de forma a proporcionar um maior reconhecimento de suas potencialidades e utilizar a sua capacidade criativa para expandir a compreensão dos gêneros textuais em seu cotidiano.

Ampliar o seu repertório através da prática, compartilhar o conhecimento construído em sua interação com os vários gêneros textuais e vivenciar a função social de cada um deles.

Conforme apontam Nunes e Walter (2016), O ensino da leitura para educandos com autismo deve ser respaldado nas especificidades cognitivas, sociocomunicativas e comportamentais aqui destacadas. Nessa perspectiva, é relevante identificar, na literatura científica, as estratégias interventivas mais eficazes.

Método

O presente estudo é de caráter qualitativo e tem como autoras referenciadas Nunes e Walter (2016), é fruto de uma análise crítico reflexiva do trabalho desenvolvido pelas professoras mediadoras nos dois últimos anos com um aluno autista com nível de suporte 2, em meio ao seu processo de aquisição da leitura e escrita.

O levantamento se deu com base nas observações do aluno por meio de suas interações, o estudo dos gêneros textuais na sala regular e ao fato, que mesmo desenvolvendo a leitura e escrita adequada, ainda apresentava dificuldade em compreender a função social, realizar a interpretação ou reproduzir de forma funcional em seu dia a dia, no ambiente escolar ou no convívio sociofamiliar.

Realizamos a construção de um jogo e um livro com o aluno de forma significativa, contextualizada em que ele pudesse compreender as funções sociais e estruturais do texto, o processo de escrita ortográfica e a organização espacial:-

Resultados preliminares

À medida que os gêneros textuais foram trabalhados, diante do interesse do próprio aluno, as professoras foram produzindo intervenções que proporcionam um aprofundamento do estudo com ele, desenvolvendo momento e imersão através da ludicidade e da contextualização com as suas vivências pessoais.

No intuito de ajudar o discente no reconhecimento e memorização do nome dos colegas, foi proporcionado a ele a elaboração de um jogo pedagógico, mediado por umas das professoras, que contribuiu para o desenvolvimento da interação social, no processo de alfabetização, aprofundamento da estrutura do gênero textual e a aprendizagem dos estudantes. O jogo consistia em adivinhar o nome do aluno escolhido pelo oponente apenas dizendo características e tentar fazer com que o adversário não descobrisse o seu. Foram impressas fotos duplicadas de cada um da

turma e dispostas em oposição no tabuleiro aleatoriamente e um em recôndito para que o outro adivinhasse.

Por meio de outra mediação docente, em que a outra professora proporcionou, a partir de momentos de leitura deleite e análise da estrutura e discurso textual, o discente de maneira autônoma produziu um livro voltado ao trabalho com o gênero textual fábula, obedecendo todos os critérios estruturais e ampliando suas competências de leitura, escrita, criatividade e compreensão das características dessa modalidade literária.

Em ambos os casos, o aluno ainda compartilhou com a turma a sua compreensão da atividade, assim concordando com os pressupostos teóricos defendidos por John Dewey (1979) em que a concepção de aprendizagem é baseada na experiência, na participação ativa do estudante e na construção do conhecimento ou por meio da interação com o ambiente e das vivências significativas.

Conclusões preliminares

Analizamos ainda os estudos avaliados em Nunes e Walter (2016) sobre a literatura científica e a incipiência em publicações nacionais voltadas para o tema e ressaltamos a dificuldade que a população autista tem em ler e compreender textos e a relevância de um trabalho voltado para o letramento e desenvolvimento de práticas textuais, leitura e interpretação que proporcionem autonomia.

Diante disso é notória a importância da oportunidade de estudar e produzir leitura sobre o assunto para que seja referenciado e agregue positivamente nas classes regulares, para as crianças típicas e atípicas e para os professores que buscam esse objetivo em suas práticas pedagógicas.

Observamos também com o estudo, a importância da mediação para o desenvolvimento das crianças autistas na escola regular, do planejamento individualizado e do protagonismo do estudante no desenvolvimento das atividades.

Referências

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

NUNES, Débora Regina de Paula; WALTER, Elizabeth Cynthia. Processos de leitura em educandos com autismo: um estudo de revisão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 4, p. 619–632, out./dez. 2016. DOI: 10.1590/S1413-65382216000400011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/autismo>. Acesso em: 29 jun. 2026.

BORBA, Ângela Meyer. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (org.). **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 33-46.

NÚCLEO DE ATIVIDADES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE: FUNDAMENTOS, IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO

Maria José Silva Lobato, Eliude Generino da Silva Lucas
mariadeorfeu@gmail.com

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte, Subcoordenadoria de Educação Especial

Introdução

A consolidação da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva representa um avanço ao reconhecer a diversidade humana como princípio estruturante do processo educativo. Nesse contexto, os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) demandam políticas específicas voltadas à identificação de potenciais e à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Entretanto, esse público historicamente enfrenta desafios como subnotificação, invisibilidade e estereótipos que dificultam o acesso aos serviços educacionais. Com o objetivo de fortalecer essa área, o Ministério da Educação instituiu, em 2006, o Programa de Implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S). No Rio Grande do Norte, o NAAH/S-RN consolidou-se como referência estadual, vinculado à SEEC/SUESP, atuando na identificação, acompanhamento e formação de profissionais da educação. O cenário atual é fortalecido por marcos legais importantes, como a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/1996, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei nº 13.146/2015, a Resolução CEE/RN nº 03/2016, a Portaria SEI nº 4.522/2024, a Resolução CEE/RN nº 01/2025, além das recentes Leis nº 15.153/2025 e nº 15.436/2026, que reforçam o reconhecimento das AH/SD como condição do neurodesenvolvimento e instituem diretrizes nacionais de identificação precoce e flexibilização curricular.

Objetivo

Analisar a trajetória histórica do NAAH/S-RN, com foco nos processos de identificação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) e Dupla Excepcionalidade, na formação continuada de professores e demais profissionais da educação, bem como na contribuição do núcleo para o fortalecimento das políticas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Rio Grande do Norte.

Método

Trata-se de uma pesquisa documental de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico. Foram analisadas legislações nacionais e estaduais (Constituição de 1988, LDB nº 9.394/1996, Política Nacional de 2008, Portaria SEI nº 4.522/2024 e Resolução CEE/RN nº 01/2025), além de documentos institucionais do NAAH/S-RN (2006–2026), relatórios técnicos da SEEC/SUESP e dados do Censo Escolar (INEP) e do SIGEduc (2015–2025). A análise foi fundamentada em autores da área de AH/SD e educação inclusiva, como Guenther (2000), Winner (1998), Fleith e Virgolim (2007), Pérez Barrera (2003), Hakim (2016), Roama-Alves e Nakano (2021) e Mendes et al. (2025).

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que, ao longo de sua trajetória, o NAAH/S-RN ampliou significativamente sua atuação nas 16 Diretorias Regionais de Educação e Cultura (DIRECs), fortalecendo processos de identificação e acompanhamento de estudantes com AH/SD. Em 2026, destaca-se a intensificação das ações voltadas à Dupla Excepcionalidade (DE), caracterizada pela coexistência entre altas habilidades e deficiências ou transtornos. Um dos principais desafios identificados é o fenômeno do mascaramento, no qual as potencialidades do estudante ficam ocultas pelas dificuldades apresentadas, comprometendo o acesso ao AEE. O fortalecimento do arcabouço legal recente contribuiu para maior sistematização do Plano Educacional Individualizado (PEI) e ampliação de estratégias de enriquecimento curricular. Dados do SIGEduc indicam crescimento nas identificações, embora a subnotificação ainda seja um

desafio relevante nos sistemas educacionais. A trajetória institucional do NAAH/S-RN, apresentada na Figura 1, evidencia o processo de amadurecimento do núcleo ao longo de duas décadas, consolidando sua presença nas políticas públicas de educação inclusiva no estado.

Os resultados também demonstram aumento das matrículas de estudantes com AH/SD, de 181 (2015) para 603 (2025), evidenciando a expansão das ações de identificação e acompanhamento. Esse avanço está diretamente relacionado às ações de formação continuada, assessoramento pedagógico e apoio às escolas, conforme apontado por Fleith e Virgolim (2007), Guenther (2000) e Winner (1998). Apesar dos progressos, persistem desafios relacionados à subnotificação, à fragilidade dos registros oficiais e à necessidade de integração entre sistemas de informação. Esses aspectos reforçam a importância de práticas avaliativas interdisciplinares e políticas públicas mais consistentes, conforme discutido por Hakim (2016), Roama-Alves e Nakano (2021) e Mendes et al. (2025).

Figura 1 - Trajetória do NAAH/S-RN: duas décadas de fortalecimento da educação inclusiva no RN (2006–2026)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentos institucionais estaduais do RN e federais (2006-2026).

Conclusão

Conclui-se que o NAAH/S-RN desempenha papel fundamental na consolidação da Educação Especial Inclusiva no Rio Grande do Norte. Ao longo de quase duas décadas, o núcleo tornou-se referência na identificação de estudantes com AH/SD, na formação de professores, no assessoramento pedagógico e no apoio às redes de ensino. Os avanços evidenciam maior visibilidade desses estudantes, ampliação das formações em todas as DIRECs e crescimento das matrículas registradas no Censo Escolar. Em 2026, destaca-se o fortalecimento das ações voltadas à Dupla Excepcionalidade, com foco no aprimoramento da avaliação pedagógica e do AEE. Entretanto, desafios como subnotificação, fragilidade dos sistemas de registro e necessidade de integração de dados ainda persistem, exigindo investimentos contínuos em formação docente e políticas públicas de educação inclusiva.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S)**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação: orientação pedagógica e formação de professores**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 15.153, de 2025**. Reconhece as Altas Habilidades/Superdotação como condição do neurodesenvolvimento e dispõe sobre direitos de identificação e atendimento educacional especializado. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.436, de 2026**. Institui a Política Nacional para estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

FLEITH, Denise de Souza; VIRGOLIM, Angela M. R. **Altas habilidades/superdotação: atendimento educacional especializado**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

GUENTHER, Zenita Cunha. **Desenvolver capacidades e talentos: um conceito de inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HAKIM, Claudia. **Superdotação e dupla excepcionalidade**. Curitiba: Juruá, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica: sinopses estatísticas (2015–2025)**. Brasília, DF: INEP, 2015–2025.

MENDES, V. C. C. et al. **Dupla excepcionalidade: impactos no desenvolvimento cognitivo e social da pessoa no espectro do autismo**. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, n. 4, 2025.

PÉREZ BARRERA, Susana Graciela. **Mitos e crenças sobre as pessoas com altas habilidades/superdotação: alguns aspectos que dificultam o seu atendimento**. *Cadernos de Educação Especial*, Santa Maria, n. 22, p. 45-59, 2003.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Decreto Estadual nº 19.245, de 15 de agosto de 2006**. Institui o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S-RN). Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2006.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/RN nº 03, de 2016**. Dispõe sobre normas da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no sistema estadual de ensino do RN. Natal: CEE/RN, 2016.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer. **Portaria SEI nº 4.522, de 2024**. Diretrizes para identificação e atendimento de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. Natal: SEEC/RN, 2024.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/RN nº 01, de 2025**. Organização da Educação Especial na perspectiva inclusiva no sistema estadual de ensino. Natal: CEE/RN, 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC). **Sistema Integrado de Gestão da Educação (SIGEduc): base de dados da educação básica do RN (2015–2025)**. Natal: SEEC, 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer. Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S-RN). **Relatórios técnicos institucionais (2006–2026)**. Natal: SEEC/SUESP, 2026.

ROAMA-ALVES, Rauni Jandé; NAKANO, Tatiana de Cássia. **Dupla excepcionalidade: altas habilidades/superdotação nos transtornos neuropsiquiátricos**. São Paulo: Vetor, 2021.

WINNER, Ellen. **Crianças superdotadas: mitos e realidades**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DA INVISIBILIDADE AO DIREITO EDUCACIONAL: IMPLICAÇÕES DA LEI Nº 15.436/2026 PARA ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E DUPLA EXCEPCIONALIDADE

Maria José Silva Lobato ¹; Eliude Generino da Silva Lucas ²
generinoeliude@hotmail.com

*Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do Rio Grande
do Norte (SEEC), Subcoordenadoria de Educação Especial (SUESP) ^{1,2}*

Introdução

O reconhecimento dos direitos educacionais dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) e Dupla Excepcionalidade (DE) integra a Educação Especial na perspectiva inclusiva. A Constituição Federal assegura a educação como direito de todos e orienta a igualdade de condições para acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). A Lei nº 9.394/1996 reconhece os estudantes com altas habilidades ou superdotação como público da Educação Especial, prevê atendimento educacional especializado e admite aceleração de estudos para estudantes com desempenho escolar superior (Brasil, 1996). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reafirma o direito de acesso, participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino (Brasil, 2008). Essa orientação foi complementada pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que trata do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e pelo Decreto nº 7.611/2011, que regulamenta a oferta da Educação Especial e dos serviços de apoio à inclusão (BRASIL, 2009; BRASIL, 2011). A Lei nº 15.436, de 17 de junho de 2026, constitui marco normativo ao instituir a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, criar o Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação e estabelecer diretrizes para identificação precoce, atendimento especializado,

desenvolvimento integral e inclusão plena (BRASIL, 2026). As normativas contribuem para enfrentar a invisibilidade desse público nas redes de ensino, especialmente em contextos de desigualdade social, territorial e institucional. Do ponto de vista teórico, AH/SD não se limita a desempenho escolar elevado. Alencar (1986) destaca dimensões cognitivas, emocionais e educacionais; Gardner (1995) amplia a compreensão das capacidades humanas por meio das inteligências múltiplas; Renzulli (2004) compreende a superdotação pela interação entre habilidade acima da média, criatividade e envolvimento com a tarefa; e Renzulli e Reis (2014) defendem práticas de enriquecimento escolar que favoreçam experiências investigativas, criativas e desafiadoras. Um avanço da Lei nº 15.436/2026 é o reconhecimento da Dupla Excepcionalidade, entendida como a coexistência de altas habilidades ou superdotação com outra condição em área específica, como TEA, TDAH, dislexia, discalculia, transtornos motores ou deficiência (Brasil, 2026). Esse reconhecimento evita que potencialidades sejam ocultadas por dificuldades acadêmicas, comportamentais, emocionais ou comunicacionais.

Objetivo

Discutir as implicações da Lei nº 15.436/2026 para o fortalecimento dos direitos educacionais dos estudantes com AH/SD e DE, considerando identificação, AEE, flexibilização curricular, permanência escolar e desenvolvimento integral.

Método

Este estudo caracteriza-se como análise documental, de abordagem qualitativa, fundamentada na leitura interpretativa da Lei nº 15.436/2026 e de marcos normativos da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Foram analisados a Constituição Federal, a LDB, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei nº 15.436/2026 (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2008; Brasil, 2009; Brasil, 2011; Brasil, 2026). A análise foi organizada em quatro eixos: reconhecimento jurídico dos estudantes com AH/SD e DE; identificação e acompanhamento educacional; organização do

AEE, dos Centros de Referência e do Planejamento Educacional Individualizado; e mudanças esperadas quanto à progressão, ao enriquecimento curricular, à formação de profissionais, ao financiamento e ao monitoramento da política. Também foram considerados os referenciais de Alencar (1986), Gardner (1995), Renzulli (2004) e Renzulli e Reis (2014).

Resultados preliminares

A análise indica que a Lei nº 15.436/2026 produz mudanças estruturantes. A primeira refere-se ao reconhecimento legal da dupla excepcionalidade, que amplia a compreensão do público da Educação Especial e impede que uma condição associada seja utilizada para negar o reconhecimento das altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2026), como indica a Fig 1, a seguir.

Figura 1 – Eixos estruturantes da Política Nacional para estudantes com AH/SD e Dupla Excepcionalidade



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Brasil (2026).

A segunda implicação envolve a identificação precoce. A política ratifica os sistemas de ensino a criarem procedimentos mais sistemáticos de observação, registro e acompanhamento. Essa orientação dialoga com Renzulli (2004), para quem o potencial pode manifestar-se por criatividade, curiosidade, envolvimento com tarefas, pensamento original e interesse intenso por determinados temas, e não apenas por notas elevadas. A terceira mudança refere-se ao AEE. A Lei nº 15.436/2026 prevê atendimento que contemple as especificidades dos estudantes com AH/SD, com ou sem DE,

incluindo enriquecimento, diferenciação ou aprofundamento curricular, aceleração de estudos e agrupamentos por pares ou áreas de interesse (Brasil, 2026). Tal diretriz aproxima-se do Modelo de Enriquecimento Escolar de Renzulli e Reis (2014). No caso da dupla excepcionalidade, o AEE deve articular potencialidades e necessidades de apoio, evitando planos fragmentados. O Planejamento Educacional Individualizado torna-se instrumento estratégico para definir objetivos, recursos, estratégias, avaliação e acompanhamento compatíveis com o perfil do estudante (Brasil, 2026). A quarta implicação relaciona-se à flexibilização da trajetória escolar. A legislação fortalece a progressão educacional flexível, incluindo aceleração por disciplina, área de conhecimento ou etapa, conforme regulamentação dos sistemas de ensino (Brasil, 1996; Brasil, 2026).

Essa medida, entretanto, deve considerar maturidade socioemocional, interesses, convivência, parecer pedagógico e diálogo com a família. A quinta mudança envolve a formação de profissionais. A efetividade da política depende de professores, gestores e equipes do AEE capazes de identificar indicadores de AH/SD e DE, elaborar estratégias de enriquecimento, flexibilizar avaliações, construir PEI e articular ações intersetoriais. Alencar (1986) e Gardner (1995) contribuem para essa formação ao defenderem uma compreensão ampliada das capacidades humanas. A sexta implicação refere-se ao Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, que poderá subsidiar o planejamento, a distribuição de recursos, o monitoramento da identificação e o acompanhamento da trajetória educacional (Brasil, 2026). Além disso, os Centros de Referência tendem a fortalecer o apoio às escolas, às famílias, às redes de ensino e à participação dos estudantes em projetos científicos, culturais, tecnológicos, esportivos e artísticos.

Conclusões preliminares

A Lei nº 15.436/2026 representa avanço significativo ao instituir uma política nacional específica para estudantes com AH/SD e ao reconhecer explicitamente a DE. A norma fortalece o direito à identificação, ao AEE, à flexibilização curricular, ao acompanhamento da trajetória escolar e ao

desenvolvimento integral. Conclui-se, preliminarmente, que a efetividade da política dependerá da adesão dos entes federados, da regulamentação pelos sistemas de ensino, da garantia de financiamento, da formação continuada e do monitoramento das ações. A lei desloca o debate sobre AH/SD e DE de uma perspectiva centrada no desempenho individual para uma abordagem de direito educacional, equidade e inclusão.

Referências

ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. **Psicologia e educação do superdotado**. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: CNE, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei nº 15.436**, de 17 de junho de 2026. Institui a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação; cria o Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação; e altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente**: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RENZULLI, Joseph S. O que é esta coisa chamada superdotação e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. **Educação**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 75-131, 2004.

RENZULLI, Joseph S.; REIS, Sally M. **The Schoolwide Enrichment Model: A How-To Guide for Educational Excellence**. 3. ed. Waco, TX: Prufrock Press, 2014.

ENTRE DESAFIOS, AFETOS E APRENDIZAGENS: O OLHAR DOCENTE SOBRE O AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Tamires Alves Oliveira, Iure Coutre Gurgel, Joana Aucicleide Saraiva
de Sousa

tamiresprof050@gmail.com, iuregurgel@uern.br,
saraivaaucicleide@gmail.com

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade do Estado do
Ceará*

Introdução

Esta pesquisa discute sobre o olhar docente acerca do trabalho com o autismo em sala de aula, a partir de uma concepção de criança como sujeito histórico e de direitos.

A educação inclusiva vem ganhando cada vez mais visibilidade nas discussões e pesquisas educacionais na contemporaneidade, [...] a luta pela inclusão das pessoas com deficiência é fortalecida no mundo todo, deixando para trás a história de séculos de descaso e discriminação em relação às suas necessidades diferenciadas. (Pires; Sanches; Torres, 2011, p. 02). Nesse contexto, falar sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente no nível 3 de suporte, tornasse um dos grandes desafios no ensino e uma temática cada vez mais presente na educação infantil, etapa essa fundamental para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais das crianças. Mas, ainda existem desafios relacionados à formação docente principalmente diante das demandas da educação inclusiva, recursos pedagógicos e adaptações necessárias para atender às necessidades dos alunos atípicos, desafiando os professores a repensarem sua prática pedagógica, as estratégias de ensino e as formas de interações e comunicações que favoreçam e contribuam para a aprendizagem e a participação de todos os alunos de maneira igualitária no ambiente escolar.

É notório que muitos docentes se importam e possuem interesse em estudar sobre a educação inclusiva, mesmo assim se sentem inseguros para aplicar uma prática que vá além de uma educação mecânica de repasse de conhecimentos e que realmente consiga realizar uma prática inclusiva para todos. Dessa maneira:

Percebe-se que os professores têm dificuldades de inserir um aluno autista em sala de aula, ou seja, eles não estão preparados para lidar com a inclusão escolar de alunos com autismo, pois não tiveram uma formação desde o nível básico, quanto ao nível mais complexo contínuo. Os professores veem a necessidade de formações complementares para que possam realizar a inclusão destes, explicitando que são úteis e válidos no processo de seu próprio desenvolvimento (Paula; Peixoto, 2019, p. 43).

Isso, mostra uma carência de ambientes formativos que proporcione não somente a aprendizagem dos aspectos teóricos, mas também de trocas significativas, de experiências, vivências e estratégias presentes no chão da sala de aula.

Ao mesmo tempo, a convivência diária com essas crianças proporcionam Importantes aprendizagens tanto pessoal quanto profissional, assim abrindo caminhos para a construção de práticas mais inclusivas e sensíveis às necessidades individuais de cada criança, para que todas tenham um desenvolvimento integral, além de ampliar a compreensão sobre diferentes formas de aprender, comunicar-se, sentir e interagir.

[...] o professor tem que adequar a prática pedagógica proposta para atender à necessidade da criança e estimular suas potencialidades, utilizando recursos e estratégias como: previsibilidade com a rotina, apoio visual, além de adequar as atividades das quais as crianças se recusam a participar para que, aos poucos, as aceitem, utilizando recursos de comunicação alternativa quando necessário, atendendo à criança, para que, diante de cada situação, compreenda se a criança está entendendo o que foi proposto, se condiz com as suas possibilidades de aprendizagem e se a organização da aula está satisfatória, pois para o processo inclusivo é imprescindível a mediação do professor (Costa, Zanata; Capellini, 2018, p. 305).

Dessa forma, apesar dos desafios existentes, quando o professor passa a ter uma atuação e um olhar sensível e reflexivo pode ajudar de maneira

significativa no desenvolvimento tanto social, quanto educacional dos estudantes. Assim, o professor desempenhar um papel de mediador do ensino e da aprendizagem, através do desenvolvimento de estratégias pedagógicas e de um ambiente acolhedor e receptivo:

A mediação da aprendizagem é um tipo especial de interação entre alguém que ensina (o mediador) e alguém que aprende (o mediado). Essa interação deve ser caracterizada por uma interposição intencional e planejada do mediador que age entre as fontes externas de estímulo e o aprendiz. A ação do mediador deve selecionar, dar forma, focalizar, intensificar os estímulos e retroalimentar o aprendiz em relação às suas experiências a fim de produzir aprendizagem apropriada intensificando as mudanças no sujeito. (Feuerstein; Feuerstein; Falik, 1998, *apud* Almeida, 2016, p. 15).

Dessa maneira, entender o olhar dos docentes sobre o processo de inclusão de crianças com TEA na educação infantil traz grandes contribuições para ampliar os olhares e discussões acerca da prática docente, evidenciando assim desafios, possibilidades e experiências que podem proporcionar uma educação mais acolhedora sensível e inclusiva.

Objetivo

Refletir sobre os desafios e as perspectivas do autismo a partir da prática docente, mostrando como o olhar do professor pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, acolhedoras e significativas para crianças com TEA.

Método

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a partir de uma pesquisa bibliográfica reflexiva, fundamentada em estudos sobre educação inclusiva, autismo e práticas docente. A análise foi feita a partir da leitura de obras e artigos científicos, buscando compreender os desafios dos profissionais e as possibilidades de práticas inclusivas na educação infantil.

Resultados preliminares

Os resultados evidenciam que a inclusão escolar de crianças com TEA ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de formação específica para professores, limitações estruturais das escolas e escassez de recursos pedagógicos adequados. Observou-se que muitos profissionais constroem conhecimentos sobre o autismo a partir das experiências vivenciadas no cotidiano escolar. Também foi constatada a importância do vínculo afetivo, do acolhimento, da ludicidade, das adaptações pedagógicas, dos recursos visuais e da organização da rotina para favorecer a aprendizagem e a participação da criança autista. Além disso, a parceria entre escola, família e profissionais especializados mostrou-se fundamental para o desenvolvimento integral do aluno e para a efetivação de uma inclusão significativa e verdadeira.

Conclusões preliminares

Conclui-se que a inclusão escolar de crianças com TEA exige práticas pedagógicas mais flexíveis, acolhedoras e comprometidas com o respeito às individualidades. O professor e o profissional de apoio desempenham papel essencial na promoção da aprendizagem, da autonomia e do sentimento de pertencimento da criança no ambiente escolar. Apesar dos desafios existentes, estratégias como o fortalecimento do vínculo afetivo, a ludicidade, as adaptações pedagógicas e o trabalho colaborativo demonstram-se fundamentais para a construção de uma educação mais humana e inclusiva.

Nessa direção, espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões sobre a inclusão escolar e fortalecer práticas pedagógicas sensíveis às singularidades das crianças.

Referências

- PAULA, Jessyca Brennand de; PEIXOTO, Mônica Ferreira. A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 13, n. 26, 2019. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1289>. Acesso em: 23 de maio. 2026;
- ROCHA, Artur Batista de Oliveira. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaios Pedagógicos**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revistapedagogia/pdf/n14/n14->

artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf. Acesso em: 31 de maio. 2026.

SILVA, Erica Dantas da; MILAN, Davi. O papel do professor na inclusão de alunos com autismo na educação infantil: uma análise dos desafios e das possibilidades. **Revista Educação Especial em Debate**, Vitória, v. 8, n. 16, p. 18–35, 2023. Disponível em: <https://ojs4.ufes.br/reed/article/view/42907>. Acesso em: 24 de maio. 2026;

TURIBI, Anne Caroline Pedroso; SANTOS, Lucilene Pacheco. Inclusão na educação infantil: desafios e perspectivas no fazer docente com criança autista. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU)**, 6., 2019. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID13878_03102019210112.pdf. Acesso em: 25 de maio. 2026;

VAZ, Marlucia Vieira; PORTILHO, Maria Ovídia Muniz. Inclusão escolar e o transtorno do espectro do autismo: desafios e possibilidades da prática docente. **Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas**, v. 9, 2023. Disponível em: <https://www.periodicojs.com.br/index.php/hp/article/view/1484>. Acesso em: 29 maio. 202;

NEURODIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Marize da Silva Davino
marize.davino.uern.t5@gmail.com

*Programa de Pós-Graduação Educação Inclusiva, Faculdade de educação,
Universidade do Estado do rio Grande do Norte*

Introdução

A Educação Infantil no Brasil evoluiu bastante nos últimos anos saindo de uma função assistencialista para uma abordagem pedagógica que reconhece a criança como sujeito de direitos, sendo oficialmente integrada como primeira etapa da educação básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Neste contexto o trabalho aborda a neurodiversidade como paradigma essencial para a educação infantil. Segundo Aitken e Fletcher Watson, (2022) “[...] a neurodiversidade é uma verdade científica básica: as pessoas variam na maneira como seus cérebros absorvem, processam e respondem à informação”.

Na década de 1990, a socióloga Judy Singer apresentou o conceito de neurodiversidade, entendendo as diferenças neurológicas em relação ao “padrão” como parte da diversidade humana e contrapondo-se ao modelo médico dominante. Diante disso percebe-se que a necessidade de disponibilizar materiais acessíveis que promova a inclusão transforma os espaços escolares, respeitando a diversidade e promovendo a participação de todos no processo de aprendizagem com estratégias e práticas pedagógicas afirmativas, buscando eliminar obstáculos que limitam a comunicação, a participação e a aprendizagem das crianças com TEA.

De acordo com Grant (2015, n.p.), “[...] a compreensão de neurodiversidade foi utilizada, inicialmente, como uma forma de descrever

peças com autismo”. Com o passar do tempo abrange os indivíduos com Dispraxia, Dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade-TDHA, Discalculia, Transtorno de Aprendizagem não verbal, Sinestesia e visualização.

As políticas públicas desempenham um papel crucial nesse processo de inclusão, ao oferecer suporte educacional, acessibilidade e equidade aos que pensam em uma educação que aborde a neurodiversidade. Segundo Lopes, Quadros e Silva, (2024) “[...] a transposição da segregação social do indivíduo com deficiência para a inclusão social, por meio das políticas públicas, trouxe a possibilidade de se almejar uma sociedade mais justas”. Essa mudança de paradigma não apenas promove a igualdade de oportunidades, mas também valoriza a diversidade e respeita os direitos de todos.

Objetivo

Apresentar estratégias pedagógicas inclusivas direcionadas as crianças, não oralizadas, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala de aula da rede municipal de Parnamirim/RN, com a faixa etária entre 3 a 4 anos.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, desenvolvida por meio de revisão literária e práticas pedagógicas voltadas à neurodiversidade de crianças autistas, não oralizadas, em uma escola de educação infantil localizada na cidade de Parnamirim/RN.

As participantes da pesquisa são a professora e auxiliar da sala. A coleta de dados foi realizada por observação participante. Os dados da observação foram analisados por meio da técnica de análise, conforme Bardin (2011) para obter uma compreensão mais aprofundada à luz dos pressupostos teóricos da pesquisa.

Resultados Preliminares

A pesquisa encontra-se nas revisões bibliográficas sobre as intervenções pedagógicas inclusivas na educação infantil das crianças com TEA e na observação das práticas desenvolvidas em sala de aula. A experiência colaborativa entre a professora regente e a auxiliar de sala desenvolveu a autonomia comunicativa das crianças com TEA, não oralizada e oralizada, por meio de suportes visuais que traduzem a linguagem oral em imagens, favorecendo sua participação na rotina escolar. Foram elaborados materiais pedagógicos acessíveis, como cartelas com imagens dos espaços do centro infantil para indicar a sequência das atividades diárias, além de crachás e “caixas de memórias” individuais.

Figura 1 - Caixas de Memórias



Fonte: elaboração do próprio autor

Nessas caixas, as famílias inseriram fotografias e objetos das crianças que foram utilizadas na roda de conversa para que cada criança comentasse o significado das imagens e objetos estimulando assim a sua comunicação oralizada e não oralizada. Segundo Delfrate, Massi e Santana (2009), para que aconteça o desenvolvimento da comunicação a criança depende de quatro condições básicas sendo elas:

[...] A primeira seria a presença de um interesse subjetivo na criança, isto é, uma disposição de brincar. Crianças embrutecidas ou emocionalmente desorganizadas não aprendem a falar. A segunda seria a

existência de pelo menos um sistema sensório-motor íntegro (audiovisual ou visomanual). A terceira seria a inserção em um meio onde a linguagem faça parte de rotinas significativas. Crianças negligenciadas ou severamente institucionalizadas não aprendem a falar. A quarta e última seria a presença de uma língua minimamente autorreferenciada que contenha alguns mecanismos gramaticais ... (Delfrate, Massi e Santana, 2009, p. 322).

O texto de Delfrate, Massi e Santana (2009), estabelece que “[...] a aquisição da linguagem na criança não é automática, é um processo multidimensional e que depende, também, de suas vivências”. Não basta apenas o cérebro estar pronto, o mundo ao seu redor e o estado emocional da criança precisam estarem organizados para que a comunicação possa acontecer de forma tranquila.

Segundo Camargo, Leão e Martins, (2019) “torna-se importante estratégias pedagógicas que possam favorecer o desenvolvimento e a participação das crianças com TEA no contexto escolar”. Nesse mesmo texto os autores relatam “a importância de estimular as iniciativas das crianças com TEA, ensinando-as a usar estratégias de resolução de conflitos” Ting, Weiss, (2017)

Conhecer estratégias e práticas pedagógicas, surgidas de soluções criativas no cotidiano da educação infantil, permite dar visibilidade a esse fazer e contribuir para a efetivação da educação inclusiva, garantindo direitos de ensino e aprendizagem mesmo diante de desafios das crianças com TEA nos espaços educacionais.

Conclusões preliminares

As propostas de estratégias para a interação das crianças com TEA no processo escolar mostram que quando elas se sentem seguras no ambiente e que são disponibilizados materiais para que as oralizadas e não oralizadas possam se expressarem elas começam a sentir-se segura e assim as vivências no dia a dia seguem com tranquilidade, resultados significativos na comunicação e interação. A experiência e os estudos mostram também, que o uso de material pedagógico acessível, articulado a práticas colaborativas, aprimora a comunicação das crianças, fortalece vínculos interpessoais,

potencializa aprendizagens e promove o protagonismo infantil. Os materiais produzidos indicam que o uso de imagens e cartelas concretas constitui uma estratégia positiva para o desenvolvimento da linguagem de crianças com TEA, tanto as oralizadas quanto as não oralizadas.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2008a.

DELFRATE, Christiane de Bastos; SANTANA, Ana Paula de Oliveira; MASSI, Giselle de Athaíde. A aquisição de linguagem na criança com autismo: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 321-331, abr./jun. 2009.

GRANT, D. **Neurodiversity. Dislexia and Employment: A Guide for Assessors. Trainers and managers**, 2015.

LEÃO, Andréia Texeira; MARTINS, Juliana dos Santos; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. Revisão de estudos sobre a co-regulação para alunos com transtorno do espectro autista. **Revista Gepesvida**, v. 5, n. 13, p. 93-103, 2019. Disponível em: <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida/article/view/372>. Acesso em 30/01/2026.

MAGALHÃES, João. Técnicas e instrumentos. In: **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 2. ed. São Paulo: Editora Atena, 2023. p. 180.

SILVA, I.; LOPES, B. J. S.; QUADROS, S. Práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular em colaboração com a educação especial. **Revista Educação Especial** Santa Maria. Disponível: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/74315/63944>

A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO: MEDIAÇÃO DE LEITURA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Rafael Batista de Souza
rafaelsouza350@educar.rn.gov.br

*Diretoria Regional de Educação e Cultura, Secretaria Estadual de Educação
e Cultura do Rio Grande do Norte*

Introdução

A inclusão escolar, consolidada como paradigma educacional Brasileiro a partir da década de 1990, impõe o desafio constante de garantir não apenas o acesso, mas a participação efetiva e a aprendizagem de todos os estudantes. No contexto da Educação Especial, a Biblioteca Escolar (BE) assume um papel de relevância estratégica, deixando de ser um mero depósito de acervos para se tornar um espaço vivo de mediação pedagógica e construção de saberes. (Campelo, 2003) Entretanto, estudantes com Deficiência Intelectual (DI) ainda enfrentam barreiras significativas nos processos de letramento e interação social, o que demanda ações intencionais que integrem os diferentes setores da escola.

Este estudo justifica-se pela necessidade de superar a fragmentação das práticas inclusivas, propondo uma articulação entre a BE, a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e a sala de aula regular. A pesquisa parte da hipótese de que a mediação de leitura, quando desenvolvida de forma colaborativa entre esses ambientes, pode potencializar os processos dialógicos e interacionais de estudantes com DI. Assim, busca-se compreender como essa parceria intersetorial contribui para o desenvolvimento da comunicação e para a efetiva inclusão desses alunos no cotidiano escolar, utilizando o gênero textual "fábulas" como ferramenta de engajamento e aprendizagem.

Objetivo

O objetivo principal deste estudo consistiu em analisar a contribuição da parceria entre a Biblioteca Escolar (BE), a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e a sala de aula regular na mediação de leitura para estudantes com Deficiência Intelectual (DI). De forma específica, buscou-se verificar se essa ação conjunta favoreceu a interação social e os processos dialógicos dos alunos, utilizando a leitura mediada de fábulas como estratégia para o desenvolvimento de competências comunicativas e inclusivas.

Método

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, fundamentada no método da pesquisa-ação (Tripp, 2005), o que permitiu a intervenção direta no campo de estudo. O local da investigação foi a Escola Estadual Senador Dinarte Mariz, situada em São Paulo do Potengi/RN, envolvendo turmas do 7º e 8º anos do Ensino Fundamental. Os sujeitos participantes incluíram estudantes com Deficiência Intelectual (DI) e uma equipe multiprofissional composta por professores de sala regular, da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e o professor regente da Biblioteca Escolar (BE).

Em decorrência do cenário pandêmico da Covid-19, a coleta de dados utilizou ferramentas digitais, consistindo em: a) observação sistemática das interações escolares; e b) aplicação de entrevistas estruturadas via Google Formulários com os profissionais envolvidos. A intervenção pedagógica centrou-se na mediação de leitura utilizando o gênero textual "fábulas", desenvolvida em três etapas: contação de histórias para diagnóstico de conhecimentos prévios; atividades em grupo para criação de estratégias de inclusão; e a culminância com apresentações de teatro de fantoches e mesas redondas, visando estimular os processos dialógicos e a interação social dos estudantes com DI.

Resultados preliminares

Os resultados da pesquisa evidenciaram que a ação coordenada entre a Biblioteca Escolar, o SRM e a sala de aula regular potencializou as competências comunicativas dos estudantes com Deficiência Intelectual (DI). Observou-se que a mediação de leitura, estruturada a partir das fábulas, funcionou como um elemento facilitador do diálogo, permitindo que os alunos expressassem opiniões e realizassem interpretações críticas, superando a visão meramente passiva do estudante com deficiência.

A análise dos dados coletados revelou dois eixos principais. O primeiro refere-se à interação social: o uso de estratégias lúdicas e teatrais removeu barreiras de comunicação, promovendo um sentimento de pertencimento. O segundo eixo evidenciou os desafios da intersetorialidade: embora a parceria tenha sido efetiva durante o projeto, as entrevistas indicaram que a falta de tempos e espaços institucionais para o planejamento conjunto entre o professor regente e o da Educação Especial ainda é um obstáculo para a perenidade dessas ações. Contudo, a experiência demonstrou que a BE, ao assumir seu papel pedagógico, torna-se um elo vital para a inclusão social e acadêmica no cotidiano escolar.

Conclusões preliminares

A pesquisa demonstrou que a efetivação da inclusão escolar de estudantes com Deficiência Intelectual (DI) transcende o cumprimento de dispositivos legais de acesso, como os previstos na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), exigindo o redesenho de práticas pedagógicas e ações intencionais de mediação. Conclui-se que a parceria entre a Biblioteca Escolar (BE), a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e a sala de aula regular constitui-se como uma estratégia potente para romper com o isolamento pedagógico. A transformação da BE de um espaço estático para um ambiente dinâmico de interação e letramento revelou-se fundamental para ressignificar o papel do bibliotecário e do professor regente no processo inclusivo.

Os resultados confirmaram que a mediação de leitura, estruturada por meio de gêneros narrativos como as fábulas, atuou como um elemento catalisador dos processos dialógicos. Observou-se que, ao oferecer estímulos

adequados e um ambiente acolhedor, os estudantes com DI foram capazes de superar barreiras comunicativas, desenvolvendo autonomia e um sentimento de pertencimento ao grupo. Isso reforça que a deficiência não deve ser vista como uma limitação absoluta, mas como uma condição que demanda suportes pedagógicos específicos e colaborativos.

Por fim, a experiência evidenciou que a intersetorialidade escolar ainda enfrenta desafios estruturais, como a escassez de tempos e espaços institucionais destinados ao planejamento conjunto. No entanto, o estudo deixa claro que a articulação entre os diferentes setores da escola é o caminho mais viável para garantir que o direito à aprendizagem e à convivência seja uma realidade. Espera-se que este trabalho inspire novas investigações sobre o papel mediador da biblioteca na Educação Especial, reafirmando-a como um elo vital para uma educação genuinamente democrática e inclusiva.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 jun. 2026

CAMPELO, Bernadete. **A biblioteca escolar**: um espaço de aprendizagem. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

A UTILIZAÇÃO DOS CONTOS DE FADA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA INCLUSIVA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Maria Auxiliadora Cristaldo da Silva
auxiliadoracristaldo43@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução

A educação inclusiva constitui um direito fundamental e tem como objetivo garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas diferenças e necessidades educacionais específicas. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha papel essencial no desenvolvimento de estratégias pedagógicas que favoreçam a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. O presente trabalho resulta das experiências vivenciadas durante o Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva, realizado na Sala de Recursos Multifuncional da Escola Estadual Almirante Tamandaré, localizada no município de Extremoz/RN. O estágio teve como foco o acompanhamento de um estudante com deficiência intelectual que apresentava dificuldades relacionadas à leitura, oralidade, compreensão textual e concentração. Considerando o interesse demonstrado pelo estudante por histórias infantis e atividades lúdicas, optou-se pela utilização dos contos de fada como recurso pedagógico para estimular a aprendizagem e ampliar sua participação nas atividades escolares.

Objetivo geral:

Promover o desenvolvimento da leitura, da oralidade e da compreensão textual de um estudante com deficiência intelectual por meio da utilização dos contos de fada como estratégia pedagógica inclusiva no contexto do Atendimento Educacional Especializado. Especificamente,

buscou-se estimular o interesse pela leitura, ampliar o vocabulário, fortalecer a participação nas atividades pedagógicas, desenvolver a imaginação, a criatividade e favorecer a interação social.

Objetivos específicos:

Estimular o interesse do estudante pela leitura por meio dos contos de fada;

- Desenvolver a oralidade através da contação e do reconto de histórias;
- Ampliar o vocabulário oral e a compreensão textual do estudante;
- Favorecer a identificação de personagens, cenários e acontecimentos presentes nas narrativas;
- Desenvolver a atenção, a concentração e a memória durante as atividades pedagógicas;
- Incentivar a participação ativa e a interação social do estudante nas atividades propostas;
- Contribuir para o fortalecimento da autoestima e da confiança no processo de aprendizagem.

Método

A pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência desenvolvido durante o estágio supervisionado em Educação Especial Inclusiva. Inicialmente foram realizadas observações na Sala de Recursos Multifuncional e na sala regular para identificação das necessidades educacionais do estudante. Em seguida, foram planejadas e executadas intervenções pedagógicas utilizando contos de fada como recurso metodológico. As atividades envolveram leitura compartilhada, contação e reconto de histórias, identificação de personagens e cenários, dramatizações, jogos pedagógicos, associação de imagens, atividades de sequência lógica e exploração de vocabulário. Os contos trabalhados incluíram Chapeuzinho Vermelho, Os Três

Porquinhos, Branca de Neve, João e Maria e Cinderela. A avaliação ocorreu de forma contínua, considerando a participação, interesse, oralidade, interação e avanços apresentados pelo estudante ao longo das atividades.

Resultados e Discussão

Os resultados evidenciaram avanços significativos no envolvimento do estudante durante as atividades pedagógicas. Observou-se aumento do interesse pela leitura, maior participação nas propostas desenvolvidas, ampliação do vocabulário oral e melhor desempenho na identificação de personagens e acontecimentos das histórias. As atividades de reconto favoreceram a organização do pensamento e o desenvolvimento da oralidade, enquanto os jogos e dramatizações contribuíram para a atenção, concentração e interação social. Os resultados corroboram os estudos de Vygotsky, que destacam a importância das interações sociais no desenvolvimento da aprendizagem, bem como as contribuições de Abramovich e Coelho sobre o potencial da literatura infantil na formação cognitiva e emocional da criança. A utilização dos contos de fada mostrou-se uma estratégia pedagógica acessível, motivadora e capaz de favorecer a aprendizagem significativa no contexto da educação inclusiva.

Conclusão

Conclui-se que os contos de fada constituem importante recurso pedagógico para o desenvolvimento da leitura, oralidade, compreensão textual e participação de estudantes com deficiência intelectual. As atividades lúdicas e adaptadas contribuíram para ampliar o interesse do estudante pela aprendizagem, fortalecer sua autoestima e favorecer sua interação social. A experiência reforçou a importância do planejamento pedagógico inclusivo, do trabalho colaborativo entre os profissionais da educação e da utilização de metodologias diversificadas que respeitem as necessidades e potencialidades dos estudantes. O estágio supervisionado proporcionou importantes aprendizagens para a formação docente e para a compreensão da prática inclusiva no contexto escolar.

Referências

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil**: teoria, análise e didática. São Paulo: Moderna, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

O COTIDIANO E OS DESAFIOS DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Maria Érica Gomes Mendonça
megmendonca10@gmail.com

Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um serviço fundamental para a consolidação da escola inclusiva, atuando de forma complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Regulamentado por diretrizes nacionais, o AEE pressupõe uma atuação articulada entre o professor especialista e os docentes da sala de aula comum. No entanto, a materialização dessa proposta no cotidiano escolar enfrenta desafios de ordem estrutural, formativa e relacional. Compreender a realidade laboral e as percepções desses profissionais é indispensável para identificar as lacunas existentes entre as previsões legais e a prática pedagógica diária.

Objetivo

Analisar o perfil profissional, as condições de infraestrutura e os desafios pedagógicos e interacionais vivenciados por professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no exercício de suas funções.

Método

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa-descritiva, realizada por meio da aplicação de um formulário de entrevista (intitulado "*Pesquisa: O Cotidiano e os Desafios do Professor de AEE*"). A amostra foi composta por 5 (cinco) professores atuantes na área. Os dados coletados integraram variáveis socioprofissionais (formação, vínculo e carga

de atendimento) e questões abertas de teor qualitativo (focadas na infraestrutura, relação interprofissional e desafios com a comunidade escolar). A análise dos dados foi realizada por meio de categorização temática das respostas obtidas.

Resultados preliminares

A totalidade dos participantes (5 professores) possui formação inicial em Pedagogia. No âmbito da pós-graduação voltada à Educação Especial, observou-se que 3 professores possuem Especialização (*lato sensu*), 1 professora possui Mestrado e 1 possui curso de Aperfeiçoamento/Extensão. Quanto à atualização profissional recente, 4 professores realizaram ou estão concluindo cursos na área nos últimos dois anos, enquanto 1 professora não realizou cursos nesse período.

Todos os sujeitos possuem vínculo funcional efetivo e atuam sob regime de dupla jornada, trabalhando em duas escolas distintas dentro da mesma modalidade (Educação Especial), sendo uma delas obrigatoriamente no segmento da Educação Infantil. A demanda de atendimento é alta, registrando uma média de 16 a 20 estudantes por turno para cada docente. Entre o público assistido, as condições e deficiências mais frequentes apontadas foram: Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Deficiência Intelectual (DI), Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e Deficiência Física.

Os dados revelaram que todos os professores demonstram pleno conhecimento teórico e prático acerca da verdadeira função do professor de AEE, identificando-a como um suporte focado na eliminação de barreiras e na promoção da acessibilidade, e não como atividade de docência substitutiva.

Contudo, ao avaliarem as condições materiais de trabalho, todos responderam que a infraestrutura das salas atende apenas parcialmente às necessidades dos estudantes. Os principais entraves estruturais destacados foram: Falta de materiais pedagógicos adaptados; escassez de recursos tecnológicos; e limitação do espaço físico/arquitetônico.

A relação pedagógica estabelecida entre o professor do AEE e o professor da sala de aula regular foi classificada entre os níveis insuficiente e regular. As respostas analíticas do questionário evidenciaram desafios profundos distribuídos em três eixos principais:

- **Percepção da Comunidade Escolar:** Os docentes relatam a existência de cobranças indevidas sobre o seu papel. Persiste na comunidade escolar a concepção equivocada de que a sala de AEE configura um espaço de "reforço escolar". Apontou-se que os professores regentes não compreendem a natureza do trabalho do AEE, ocorrendo um cenário inverso com as famílias, que demonstram uma melhor compreensão do serviço.
- **Barreiras Formativas:** A falta de ações de formação continuada promovidas pelas redes de ensino, somada a uma postura de resistência por parte dos profissionais da escola em buscar conhecimento. Registrou-se também a falta de estrutura e o comprometimento irregular de algumas famílias, evidenciado pelo alto índice de faltas dos estudantes aos atendimentos.
- **Sugestões e Angústias:** No plano prático, os professores sugerem reparos na estrutura básica (como consertar a impressora da sala para confecção de materiais), maior envolvimento dos professores da sala regular nas reuniões e a oferta de formação para os auxiliares. O sentimento de angústia coletiva do grupo decorre diretamente de testemunhar a falta de compromisso da maioria dos professores da sala regular com o processo inclusivo.

Conclusões preliminares

Os resultados desta pesquisa evidenciam que, embora os professores do AEE possuam formação acadêmica sólida na área da Educação Especial e clareza sobre suas atribuições pedagógicas, a prática cotidiana é severamente limitada por barreiras estruturais e institucionais. A carência de materiais adaptados e a infraestrutura parcial das salas de recursos restringem o potencial dos atendimentos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

REBOUÇAS PEREIRA, Larissa Miquerine; ARAÚJO, Edvania Nogueira de. **A importância do professor que atua em sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no processo de aprendizado da criança com deficiência**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos, 2024.

SILVA, Josiane Silveira da. **Atendimento educacional especializado (AEE) em sala de recursos multifuncionais**: a visão do professor da sala regular e da família. UERGS: 2024.

ENTRE DIÁLOGOS E PRÁTICAS INCLUSIVAS: A EXPERIÊNCIA DO ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE PARNAMIRIM/RN

Ilanna Márnea Araújo Chagas
ilannamarnea@gmail.com

Secretaria Municipal de Educação de Parnamirim-RN

Introdução

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado nos princípios da equidade, da participação e da garantia dos direitos humanos. Sua consolidação resulta de movimentos sociais e políticos que reivindicavam o reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo da sociedade e da escola.

Os dados mais recentes do Censo Escolar 2025 evidenciam avanços significativos na inclusão de crianças com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação na Educação Básica brasileira. Entre 2011 e 2025, o número de matrículas da Educação Especial alcançou 2,5 milhões, representando um crescimento de 227% no período. Destacamos, sobretudo, a expansão das matrículas na Educação Infantil, etapa fundamental para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, demonstrando a ampliação do acesso à educação inclusiva desde os primeiros anos de vida, reforçando a importância de políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação para todos.

Nesse cenário, torna-se necessário compreender como os sistemas municipais de ensino têm organizado estratégias de acompanhamento e apoio às instituições educacionais para garantir a participação e a aprendizagem das crianças público-alvo da Educação Especial. O município de Parnamirim/RN vem desenvolvendo ações de assessoramento pedagógico articuladas entre os setores da Educação Infantil e da Educação Especial,

buscando qualificar práticas, promover o diálogo entre profissionais e fortalecer o direito à participação e à aprendizagem de todas as crianças.

A literatura especializada destaca que os primeiros anos de vida constituem período fundamental para a constituição da subjetividade, da linguagem, das relações sociais e das aprendizagens. Nesse sentido, a inclusão na Educação Infantil representa importante oportunidade para a promoção da convivência com a diversidade, favorecendo experiências de participação, pertencimento e desenvolvimento desde a infância.

Segundo Mantoan (2015), a construção de uma escola inclusiva requer a superação de modelos pedagógicos homogeneizadores e classificatórios, reconhecendo que as diferenças fazem parte da condição humana. A autora defende que o processo educativo deve considerar as singularidades dos estudantes sem transformá-las em justificativas para sua exclusão ou segregação.

No âmbito da Educação Infantil, essa discussão torna-se ainda mais relevante, considerando que as práticas pedagógicas se estruturam a partir da observação das crianças, da escuta sensível, do movimento e da construção de experiências que respeitem seus tempos e modos de aprender. Dessa forma, o planejamento pedagógico inclusivo requer flexibilidade, intencionalidade e permanente reflexão sobre as estratégias adotadas pelos profissionais da educação.

Outro aspecto amplamente discutido na literatura refere-se à importância do trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais que atuam na escola. Baptista (2019) destaca que a efetivação da inclusão demanda processos de cooperação entre professores da sala comum, profissionais da Educação Especial, equipes gestoras e famílias, favorecendo a construção coletiva de estratégias pedagógicas e o compartilhamento de responsabilidades.

Nesse contexto, o assessoramento pedagógico na rede municipal de ensino de Parnamirim/RN assume papel relevante ao possibilitar espaços de diálogo, formação e reflexão sobre as práticas educativas. A experiência apresenta uma perspectiva de assessoramento pedagógico colaborativo que ultrapassa ações pontuais de orientação, constituindo-se como estratégia permanente de formação em serviço e de fortalecimento das práticas inclusivas nas instituições de Educação Infantil.

Por meio da integração entre os setores da Secretaria Municipal de Educação, dos assessoramentos in loco, das orientações pedagógicas e do diálogo permanente entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo educacional, torna-se possível identificar potencialidades, necessidades e caminhos para o fortalecimento das ações inclusivas nas instituições de Educação Infantil.

Objetivo

Analisar as contribuições do assessoramento pedagógico desenvolvido pelo setor da Educação Infantil em articulação com a Educação Especial, da Secretaria Municipal de Educação de Parnamirim/RN, para o fortalecimento dos processos de inclusão das crianças público-alvo da Educação Especial, por meio do diálogo com diretores, coordenadores pedagógicos, professores, estagiários e famílias.

Método

Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir das ações de acompanhamento pedagógico realizadas pela equipe de assessoramento pedagógico da Educação Infantil em parceria com a Educação Especial na rede municipal de ensino de Parnamirim/RN.

As ações ocorreram por meio da articulação entre os setores da educação infantil e da educação especial, de assessoramentos pedagógicos nas unidades de ensino, reuniões com equipes gestoras, orientações aos professores e estagiários, além de encontros e diálogos com as famílias das crianças acompanhadas. Os registros produzidos durante o processo, tais como relatórios técnicos, registros de observação e devolutivas das equipes escolares, constituíram o material de análise.

A proposta fundamenta-se nos princípios da educação inclusiva, compreendendo que a escolarização das crianças público-alvo da Educação Especial é responsabilidade coletiva e requer ações colaborativas entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo.

Resultados Preliminares

Os assessoramentos realizados evidenciam que o diálogo intersetorial entre Educação Infantil e Educação Especial permitiram identificar demandas específicas relacionadas aos processos de inclusão das crianças público-alvo da Educação Especial. Entre elas destacaram-se as dificuldades quanto ao processo de adaptação das crianças as unidades de ensino, a construção da rotina na educação infantil, elaboração de planejamentos pedagógicos que contemplassem diferentes formas de participação das crianças, bem como a necessidade de fortalecimento do diálogo entre professores, estagiários, equipes gestoras e famílias.

Nos acompanhamentos observou-se que muitas unidades concentravam as responsabilidades relacionadas à inclusão nos estagiários da Educação Especial, o que motivou discussões sobre a corresponsabilização de toda a equipe escolar pelos processos de ensino e aprendizagem, postulando mais diálogo e um planejamento conjunto.

Entre as demandas mais recorrentes observadas durante os assessoramentos destacaram-se a necessidade de fortalecimento do planejamento pedagógico fundamentado no desenho universal para a aprendizagem, preconizando a promoção de momentos reflexivos sobre flexibilização de atividades, uso de recursos, mediação pedagógica e organização dos espaços para ampliar as possibilidades de participação.

Para o fortalecimento da parceria entre escola e família, propor-se ampliar os espaços de escuta e diálogo com os responsáveis, visando ao compartilhamento de informações sobre o desenvolvimento das crianças e à construção conjunta de estratégias de acompanhamento.

Nesses acompanhamentos pedagógicos além do diálogo com a comunidade escolar, foram identificadas demandas relacionadas à implantação de Salas de Recursos Multifuncionais em unidades de educação infantil da rede municipal, considerando as necessidades formativas, a necessidade de ampliação de recursos de acessibilidade, organização de espaços destinados ao Atendimento Educacional Especializado.

Deste modo, os registros analisados indicam que o assessoramento pedagógico sistemático tem favorecido a construção de soluções coletivas para desafios presentes no cotidiano escolar, fortalecendo práticas

colaborativas e ampliando as possibilidades de participação das crianças público-alvo da Educação Especial no contexto da educação infantil.

Conclusões preliminares

A experiência desenvolvida no município de Parnamirim/RN evidencia que o assessoramento pedagógico colaborativo pode constituir uma estratégia potente para a consolidação de sistemas educacionais inclusivos, fortalecendo práticas pedagógicas, ampliando o diálogo entre os diferentes atores escolares e contribuindo para a efetivação do direito à educação das crianças público-alvo da Educação Especial.

A construção de espaços de diálogo, escuta e formação junto aos gestores, coordenadores pedagógicos, professores, estagiários e famílias favorece a identificação de necessidades, o compartilhamento de responsabilidades e a elaboração de práticas mais acessíveis e inclusivas.

Conclui-se, preliminarmente, que a atuação colaborativa entre os diferentes profissionais envolvidos no processo educativo fortalece a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças público-alvo da Educação Especial, contribuindo para a consolidação de uma cultura inclusiva nas instituições de Educação Infantil, indicando a necessidade de continuidade e ampliação dessas ações, considerando seu potencial para fortalecer políticas públicas inclusivas e qualificar os processos de escolarização das crianças público-alvo da Educação Especial desde a Educação Infantil.

Referências

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Políticas de Educação Especial e Inclusão Escolar no Brasil**. Porto Alegre: Mediação, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2025**. Rio de Janeiro: IBGE. 2025

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM FOCO: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFRN

Jammerson Yuri da Silva, Kamilly Kawane Pontes Pimenta,
Mônica Karina Santos Reis
jammerson_yuri@hotmail.com, kamilly.kawane.128@ufrn.edu.br,
monicabiblioufrn@gmail.com

*Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer,
Centro de Educação e Departamento de Fundamentos e Políticas
Educativas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Introdução

Desde a década de 1990, o debate sobre a educação na perspectiva inclusiva tem sido fortalecido por documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), e por políticas públicas brasileiras, entre elas a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Nesse contexto, o aumento do número de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados em classes comuns, evidenciado pelo Censo Escolar de 2024 (Brasil, 2025), tem ampliado a necessidade de práticas pedagógicas capazes de responder às demandas da inclusão escolar.

O TEA caracteriza-se por alterações no desenvolvimento neurológico que afetam a comunicação, a interação social e o comportamento, manifestando-se em diferentes níveis de suporte (APA, 2013). Entre as abordagens utilizadas para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dessas crianças, destaca-se a

Análise do Comportamento Aplicada (ABA), definida como a aplicação de princípios da Análise do Comportamento para promover a aquisição e a generalização de habilidades socialmente relevantes (Cooper; Heron; Heward, 2007). Embora tradicionalmente associada ao contexto terapêutico, a ABA tem sido cada vez mais incorporada ao ambiente escolar, contribuindo para o planejamento de estratégias de ensino de habilidades adaptativas voltadas aos estudantes com TEA (Papim, 2020).

Ao mesmo tempo, a Pedagogia oferece fundamentos relacionados ao desenvolvimento humano, às teorias da aprendizagem, ao currículo e à mediação pedagógica, ampliando a compreensão dos processos educativos. Nesse sentido, a aproximação entre Pedagogia e ABA pode favorecer a construção de práticas pedagógicas inclusivas fundamentadas em evidências, respeitando as especificidades dos estudantes autistas e promovendo sua participação no contexto escolar.

A escolha da temática relaciona-se à trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora como terapeuta ABA, experiência que possibilitou observar a crescente inserção dessa abordagem nos contextos educacionais e os desafios enfrentados pelos profissionais da educação diante da inclusão de estudantes com TEA. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa contribui para ampliar as discussões sobre a relação entre Pedagogia, TEA e ABA, temática ainda pouco explorada nos cursos de formação docente. Socialmente, busca fortalecer o debate sobre práticas educacionais inclusivas que favoreçam a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento de estudantes autistas.

Objetivo

Analisar as produções acadêmicas sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) presentes no Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), identificando tendências, lacunas e contribuições para a construção de práticas pedagógicas inclusivas fundamentadas em evidências.

Método

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e levantamento documental. A coleta de dados foi realizada no Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), utilizando os descritores "Transtorno do Espectro Autista" e "Análise do Comportamento Aplicada". As produções identificadas foram organizadas e analisadas quanto ao ano de publicação, área de formação, nível de ensino e temáticas abordadas. Como estratégia complementar de análise, elaborou-se uma nuvem de palavras a partir das palavras-chave dos trabalhos relacionados ao TEA no curso de Pedagogia, possibilitando identificar os temas mais recorrentes nas pesquisas.

Resultados preliminares

O levantamento realizado no Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) identificou 204 produções acadêmicas relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), distribuídas entre 150 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), 49 dissertações e 5 teses. Os resultados evidenciaram crescimento progressivo das pesquisas sobre a temática ao longo dos anos,

especialmente a partir de 2023, refletindo a ampliação do interesse acadêmico pelo autismo no contexto educacional.

Entre as áreas analisadas, destacaram-se o curso de Pedagogia (58 TCCs) e o Programa de Pós-Graduação em Educação (6 dissertações e 1 tese), evidenciando o fortalecimento das discussões sobre inclusão escolar, formação docente e práticas pedagógicas voltadas aos estudantes com TEA. Também foram identificadas produções em áreas como Educação Física, Psicologia, Fonoaudiologia, Música, Direito e Neurociências, demonstrando o caráter interdisciplinar da temática.

Em contraste, as produções relacionadas especificamente à Análise do Comportamento Aplicada (ABA) mostraram-se reduzidas, totalizando cinco trabalhos, dos quais três pertencem ao curso de Pedagogia. Esse resultado evidencia que, embora a ABA esteja cada vez mais presente na prática educacional, sua produção acadêmica na UFRN ainda permanece limitada.

A análise das pesquisas revelou predominância de estudos voltados à Educação Infantil (21 produções), aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (24 produções) e à Educação Especial (18 produções), concentrando discussões sobre inclusão escolar, formação de professores, Atendimento Educacional Especializado (AEE), alfabetização, adaptação curricular, comunicação alternativa e estratégias pedagógicas para favorecer a aprendizagem e a participação de estudantes com TEA.

Quadro 1 – Predominância de níveis e modalidades nas produções acadêmicas relacionadas ao TEA no curso de Licenciatura em Pedagogia na UFRN e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Educação Especial

ETAPA/ MODALIDADE	TCC	DISSERTAÇÃO	TESE
EDUCAÇÃO INFANTIL	19	2	
ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	22	2	
ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS	1		
ENSINO MÉDIO		2	
EJA			
EDUCAÇÃO ESPECIAL	16	1	1
EDUCAÇÃO SUPERIOR		1	
TOTAL	58	8	1

Fonte: Elaboração pelo autor (2026)

A nuvem de palavras construída a partir das palavras-chave das produções reforçou esses resultados. Os termos de maior frequência foram TEA (34 ocorrências), autismo (19), educação especial (13), inclusão escolar (13), educação infantil (11) e educação inclusiva (10), evidenciando que as pesquisas concentram-se principalmente na escolarização e inclusão de estudantes autistas. Em contrapartida, observou-se baixa ocorrência de termos relacionados à ABA, corroborando a reduzida produção identificada sobre essa abordagem.

ampliem o levantamento para outras instituições e aprofundem as contribuições da ABA para o contexto educacional.

Referências

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

COOPER, John O.; HERON, Timothy E.; HEWARD, William L. **Applied behavior analysis**. 2. ed. Harlow: Pearson, 2007.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe. **Autismo e aprendizagem**: os desafios da Educação Especial. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.